



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 039 – TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3ª - João Durval - (PDT-BA)
	4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,69) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,69) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (106) Romero Jucá (40,105) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,89) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (85,88) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (25,71,92) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,94) Rodrigo Rollemberg (68,100) Inácio Arruda (90,101) Eduardo Lopes (37,44,65,102) Líder do PT - 12 Wellington Dias (25,71,92) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,26,96) Aníbal Diniz (27,97) Paulo Paim (98) Eduardo Suplicy (99) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,94) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (68,100) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,84) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (90,101) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44,65,102) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,77)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (32,62) Vice-Líderes Wilder Moraes (103) Ataídes Oliveira (104) Cyro Miranda (33,95) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,63) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (75) Alvaro Dias (79) Paulo Bauer (5,31,80,81) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,59,60) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,67) Eduardo Amorim (17,47,48,73) João Costa (82,83) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,59,60) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,67) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (93) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,73) Líder do PPL - 1 João Costa (82,83)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (38) Vice-Líderes Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (30,39,84) Jorge Viana Vital do Rêgo	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 39ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE ABRIL DE 2013	13922	
1.1 – ABERTURA	13922	
1.2 – EXPEDIENTE	13922	
1.2.1 – Leitura de requerimento		
Nº 227, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando informações ao Presidente do Banco Central do Brasil.	13922	
1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados		
Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2013 (nº 1.023/2011, na Casa de origem), de autoria do Deputado Esperidião Amin, que <i>altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio.</i>	13923	
Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2013 (nº 6.240/2005, na Casa de origem), de autoria da Deputada Sandra Rosado, que <i>altera o art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto do Idoso”.</i>	13929	
Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2013 (nº 333/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010.</i>	13932	
Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2013 (nº 561/2012, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.</i>	13937	
Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2013 (nº 564/2012, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.</i> ..	13943	
1.2.3 – Comunicação da Presidência		
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 39 a 41, de 2013, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição.		13950
1.2.4 – Mensagens da Presidente da República		
Nº 105/2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.791, de 2013. ...		13950
Nº 106/2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.792, de 2013.		13950
1.2.5 – Comunicação		
Da Comissão Especial Externa destinada a acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, de adiamento da visita às obras na Paraíba e Pernambuco para o dia 19 do corrente (Ofício nº 42/2013).		13950
1.2.6 – Discursos do Expediente		
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Apoio à regulamentação equilibrada do Fundo de Participação dos Estados.		13950
SENADOR ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Preocupação com os congestionamentos nas vias de acesso ao Porto de Santos-SP.		13952
SENADOR JORGE VIANA – Lamento pelas cheias do rio Liberdade, no Estado do Acre.		13953
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Tristeza pelo falecimento do Sr. Jairo Maia.		13954
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Ponderações sobre a aprovação da PEC que amplia os direitos das empregadas domésticas.		13955
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Críticas à mídia pelo tratamento dado a viagens de presidentes da República.		13959
SENADOR VITAL DO RÊGO – Defesa da necessidade de maior celeridade na tramitação dos processos penais.		13962
1.2.7 – Leitura de requerimento		
Nº 228, de 2013, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Ramiro Marcelo.		13964

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA ANA AMÉLIA – Busca de um modelo equilibrado de partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados; e outro assunto..... 13964

SENADOR ACIR GURGACZ – Comemoração pela aprovação do projeto que dispõe sobre o enquadramento dos servidores do ex-Território de Rondônia para os quadros da União; e outro assunto..... 13970

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Críticas ao Governo Federal no que se refere ao combate à inflação..... 13973

SENADOR BLAIRO MAGGI – Apelo à necessidade de investimentos em infraestrutura no País... 13974

SENADOR WALTER PINHEIRO – Expectativa com reunião, entre governadores de estados e a Presidente Dilma Rousseff, sobre a implementação de políticas relativas à seca no Nordeste. 13978

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Destaque à importância de acordo firmado pelo Ministério da Agricultura para a defesa animal e vegetal do País. 13982

SENADOR PAULO PAIM – Tristeza pelo falecimento da Srª Sonia Saraí; e outros assuntos... 13983

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Críticas ao modelo de desenvolvimento econômico do Distrito Federal. 13992

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 229, de 2013, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União. 13998

1.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR PAULO PAIM – Registro do falecimento do ex-Senador Mauro Borges. 14001

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 14002

1.3 – ENCERRAMENTO..... 14002

2 – ATAS

2.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 603, de 2013

Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de fevereiro de 2013 14006

Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de março de 2013..... 14008

3 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – Secretaria-Geral da Mesa

3.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de março de 2013 (Publicada em Suplemento “A”)

3.1.2 – Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões (Publicadas em Suplemento “B”)

3.1.3 – Atas de Comissões Temporárias (Publicadas em Suplemento “C”)

3.1.4 – Atas de Comissões Mistas Permanentes (Publicadas em Suplemento “D”)

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 14023

Bancadas dos Partidos 14024

Por ordem alfabética 14025

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 14026

6 – LIDERANÇAS 14027

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 14031

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 14032

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 14044

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 14050

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 14054

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 14060

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 14065

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 14075

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 14081

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura . 14090

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 14097

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..... 14103

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 14107

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 14111

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 14112

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 14113

Procuradoria da Mulher (Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013) 14114

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 14114

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 14115

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 14117

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 14119

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 14121

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 14123

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 14125

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 14129

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007) 14131

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 14132

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. 14133

Comissões Mistas Especiais 14135

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 14139

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 14140

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 14141

Ata da 39ª Sessão, Não Deliberativa, em 1º de abril de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Srs. Jorge Viana, Antonio Carlos Rodrigues,
Ataídes Oliveira e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 5 minutos e
encerra-se às 18 horas e 43 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 227, DE 2013

Considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no art. 49, inciso X, e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e atendendo aos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitados ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil os seguintes esclarecimentos acerca dos spreads verificados nas operações de adiantamento de antecipação de faturas de cartão de crédito:

1. No Relatório de Política Monetária e Operações de Crédito da competência de janeiro de 2013, consta o Quadro XVI, no qual se verifica que a taxa média cobrada nas operações de adiantamento de faturas de cartão de crédito foi de 29,3% ao ano. A operação, como se sabe, não tem risco de crédito, que, em geral, é a explicação prevalecente para os elevados spreads bancários no Brasil. A taxa de 29,3%, entretanto, é taxa média; para alguns empresários de pequeno porte a taxa de desconto tem sido de até 66,7% ao ano. Em vista disso, pergunta-se:

1. O que explica tão elevado spread nessas operações de adiantamento em que não há risco de crédito?

2. O Banco Central avalia que o mercado de credenciamento no Brasil é excessivamente concentrado ou tem algum outro tipo de falha de mercado?

3. Em caso positivo à questão nº 2, que providências vêm sendo tomadas para a solução do problema?

Justificação

As taxas de desconto cobradas de pequenos comerciantes em operações de antecipação de faturas de cartão de crédito chegam a 4,35% ao mês, o que equivale à taxa de 66,7% ao ano, enquanto, segundo o Relatório de Política Monetária e Operações de Crédito do Banco Central para o exercício de janeiro de 2013, a taxa de captação das operações para pessoas jurídicas é de aproximadamente 7,2% ao ano, e a taxa média cobrada nessas operações de adiantamento de faturas de cartão é de 29,6% ao ano.

Dessas circunstâncias resultam duas conclusões importantes. Em primeiro lugar, há grande variação entre as taxas preferenciais e as taxas mais elevadas; em segundo, há grande spread na média da modalidade em relação à taxa de captação para operações de pessoas jurídicas.

Parece não haver explicação lógica para a discrepância entre taxas preferenciais e as cobradas dos pequenos comerciantes, uma vez que o risco de crédito inexistente nessas operações. A tributação é idêntica para grandes e pequenos clientes e os custos administrativos também não variam significativamente, visto que tais operações são praticamente automatizadas.

A discrepância entre a taxa média e as taxas para pequenos clientes, na ausência de diferença relevante no risco de crédito, na tributação e no custo administrativo é forte indício de possível poder de mercado das credenciadoras.

Considerando a importância de o Congresso Nacional tomar conhecimento sobre a forma como o Sistema Financeiro Nacional vem prestando serviços à sociedade e a que custos, é relevante que o Banco Central, na qualidade de autoridade reguladora, esclareça as questões aqui levantadas.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Amélia**, (PP-RS).

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2013** (nº 1.023/2011, na Casa de origem, do Deputado Espe-

ridião Amin), que altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 8, DE 2013
(nº 1.023/2011, na Casa de origem, do Deputado Esperidião Amin)

Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo à Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, que autoriza a União a delegar aos Municípios, aos Estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais, com o intuito de conceder isenção de pagamento de pedágio aos que possuam residência permanente ou exerçam atividades profissionais permanentes no Município em que se localiza praça de cobrança de pedágio.

Art. 2º A Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A É isento do pagamento de tarifa de pedágio o veículo cujo proprietário possua residência permanente ou exerça atividade profissional permanente no próprio Município em que esteja localizada praça de cobrança de pedágio.

§ 1º Para se beneficiar da isenção na praça de cobrança de pedágio do Município em que reside ou trabalha, o proprietário deverá ter seu veículo credenciado pelo poder concedente e pelo concessionário, periodicamente.

§ 2º Os procedimentos aplicáveis ao credenciamento a que se refere o § 1º deste artigo serão fixados em regulamento.

§ 3º A isenção fixada no caput deste artigo dá ensejo a que o concessionário reclame ao poder concedente, se assim julgar necessário, a revisão da tarifa de pedágio, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

§ 4º Em havendo reclamação do concessionário, nos termos previstos no art. 4º, a isenção somente terá lugar após deliberação do poder concedente quanto à manutenção ou revisão das tarifas existentes.

§ 5º Na hipótese de o poder concedente decidir pela improcedência da reclamação feita pelo concessionário, este poderá recorrer a processo amigável de solução de divergência contratual, nos termos previstos no contrato de concessão, sem que, todavia, no decorrer do período de resolução do conflito, fique prejudicada a concessão do benefício instituído por este artigo.

§ 6º O disposto no caput aplica-se, também, às rodovias federais que, tendo sido delegadas pela União ao Distrito Federal, aos Estados ou aos Municípios, sejam exploradas pela iniciativa privada, mediante concessão."

Art. 3º O reequilíbrio econômico pelo cumprimento do disposto no § 3º do art. 4º-A da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, dar-se-á automaticamente a partir do primeiro dia do ano subsequente à entrada em vigor desta Lei, calculando-se o percentual de reajuste no mesmo percentual do volume de isenções em relação ao volume total de veículos do ano anterior, sendo refeito a cada ano o referido cálculo, ou a critério do concessionário em acordo com o poder concedente, a dilação do prazo de concessão para atender o reequilíbrio.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.023, DE 2011

Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio,

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo à Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, "que autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais", com o intuito de conceder isenção de pagamento de pedágio aos que possuam residência permanente ou exerçam atividades profissionais permanentes no município em que se localiza praça de cobrança de pedágio.

Art. 2º A Lei nº 9.277, de 1996, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte dispositivo:

"Art. 4º-A. É isento do pagamento de tarifa de pedágio o veículo cujo proprietário possua residência permanente ou exerça atividade profissional permanente no próprio município em que esteja localizada praça de cobrança de pedágio.

§ 1º Para se beneficiar da isenção na praça de cobrança de pedágio do município em que reside ou trabalha, o proprietário deverá ter seu veículo credenciado pelo poder concedente e pelo concessionário, periodicamente.

§ 2º Os procedimentos aplicáveis ao credenciamento a que se refere o § 1º deste artigo serão fixados em regulamento.

§ 3º A isenção fixada no caput deste artigo dá ensejo a que o concessionário reclame ao poder concedente, se assim julgar necessário, a revisão da tarifa de pedágio, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

§ 4º Em havendo reclamação do concessionário, nos termos previstos no artigo anterior, a isenção somente terá lugar após deliberação do poder concedente quanto à manutenção ou revisão das tarifas existentes.

§ 5º Na hipótese de o poder concedente decidir pela improcedência da reclamação feita pelo concessionário, este poderá recorrer a processo amigável de solução de divergência contratual, nos termos previstos no contrato de concessão, sem que, todavia, no decorrer do período de resolução do conflito, fique prejudicada a concessão do benefício instituído por este artigo.

§ 6º O disposto no caput aplica-se, também, às rodovias federais que, tendo sido delegadas pela União ao Distrito Federal, aos Estados ou aos Municípios, sejam exploradas pela iniciativa privada, mediante concessão.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Recoloco em discussão na Casa proposta originalmente apresentada pela deputada Angela Amin, em 2008. Trata-se de projeto de lei que concede isenção de pagamento de pedágio a pessoas que morem ou trabalhem em município no qual esteja instalada praça de cobrança. A gratuidade, por óbvio, só abrange a praça de cobrança do município em que o beneficiado resida ou trabalhe.

Em que pese ter recebido parecer favorável de todos os relatores nas comissões encarregadas de analisá-lo – Comissões de Viação e Transportes, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania – o Projeto de Lei nº 3.062/08 terminou por ser arquivado em virtude do que dispõe o art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O fato de a CCJC não ter tido tempo hábil de apreciar o parecer do relator, na legislatura passada, penso eu, não pode condenar matéria que tão boa acolhida recebeu neste Parlamento – friso que o projeto tramitava sob regime de apreciação conclusiva pelas comissões. É o que me move a reapresentá-lo.

Esclareço, todavia, que a proposta não volta com seu texto primitivo, mas já com sugestões incorporadas no processo de tramitação do PL 3.062/08, além de pequenas modificações feitas por mim, as quais, suponho, poderão trazer mais clareza à redação final.

Feitas essas considerações, gostaria de reproduzir a justificação que acompanhou o PL 3.062/08, posto que seus argumentos continuam válidos.

"Nos últimos anos, a carência de recursos públicos para a realização de investimentos em infra-estrutura levou à adoção de uma política de concessão de rodovias à exploração por parte da iniciativa privada, mediante a cobrança de pedágio. Tal movimento, que inclui tanto os trechos rodoviários licitados diretamente pelo órgão competente da União, como aqueles delegados por convênio a Estados e Municípios e, então, repassados à exploração comercial, viabilizou a implementação de melhorias importantes para a nossa malha rodoviária, mas trouxe também inconvenientes que, só com o tempo estão sendo percebidos e corrigidos.

Um dos problemas mais comuns diz respeito ao ônus desproporcional que pesa sobre a população dos Municípios onde se instalam as praças de cobrança de pedágio. De fato, essa população é penalizada economicamente em seus deslocamentos diários, para trabalhar, estudar ou fazer compras, realizados muitas vezes no âmbito do território do próprio Município. Indústrias e produtores rurais, empresas que realizam entregas a domicílio ou profissionais que atendem a área rural se vêm às voltas com um aumento, difícil de suportar, de seu custo operacional.

Assim, a simples decisão de localizar uma praça de cobrança de pedágio num determinado Município pode comprometer seriamente a competitividade das atividades econômicas nele localizadas e, por conseguinte, a competitividade do próprio Município. No mundo globalizado em que vivemos, tal situação pode assumir contornos inimagináveis, em termos de estagnação da economia local, redução do número de empregos e evasão populacional.

Para tentar corrigir essa distorção, estamos oferecendo à apreciação da Casa a presente proposta, que visa isentar do pagamento de tarifa de pedágio os veículos cujos proprietários possuam residência permanente ou que exerçam atividades profissionais permanentes no Município em que se localizar a praça de pedágio. Para evitar desvios e mal uso da norma, estamos prevendo que o benefício da isenção dependa de cadastramento e identificação dos veículos pelo órgão executivo de trânsito com jurisdição no Município onde se localizar a praça de pedágio.

Dessa forma, esperamos estar contribuindo sobremaneira para que a cobrança de pedágio, necessária aos investimentos demandados por nossas rodovias, seja realizada de forma justa e equânime."

Sala das Sessões, em 13 de abril de 2011.

Deputado **ESPERIDIÃO AMIN**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.277, DE 10 DE MAIO DE 1996.

Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.

.....

Art. 4º Para a consecução dos objetivos indicados nesta Lei, poderá o Município, o Estado ou o Distrito Federal explorar a via ou o porto diretamente ou através de concessão, nos termos das leis federais que regem as concessões e da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

Art. 5º A União poderá destinar recursos financeiros à construção, conservação, melhoramento e operação das rodovias ou trechos de rodovias e obras rodoviárias federais ou aos portos, objeto de delegação, desde que tais obras e serviços não sejam de responsabilidade do concessionário.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2013, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Depu-

tados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2013** (nº 6.240/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *altera o art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2013

(nº 6.240/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado)

Altera o art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e do Decreto nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e, no que couber, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.240, DE 2005

Altera o art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei Altera o art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

Art. 2º o art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, passa a vigorar com a seguinte redação :

"Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade seja superior a 2 (dois) anos e não exceda a 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento sumaríssimo previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto tem por fim precípua corrigir algumas controvérsias que estão ocorrendo em relação ao conteúdo do artigo 94 do Estatuto do Idoso. Esse artigo submete os crimes, previstos na lei 10.741/03, cujas penas

máximas não excedam a 4 (quatro) anos, ao procedimento previsto na Lei nº 9.099/95, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Ocorre, porém que a atual redação do dispositivo tem gerado algumas polêmicas no meio jurídico, distorcendo a vontade do legislador, sobretudo no que se refere aos crimes de menor potencial ofensivo.

Originalmente, o conceito de infração de menor potencial ofensivo abrangia os crimes em que a lei cominasse pena máxima de até 1 (um) ano de reclusão, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.099/95. Posteriormente, segundo a inteligência do parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 10.259/2003, a definição foi estendida, alcançando-se os delitos cuja pena máxima não fosse superior a 2 (dois) anos de reclusão.

Parte da doutrina defende que o Estatuto do Idoso, em seu artigo 94, deu nova definição ao conceito de crimes de menor potencial ofensivo, elevando-se o seu critério restritivo de 2 (dois) para 4(quatro) anos. Assim, todos os delitos que se enquadrassem no critério quantitativo, previsto no artigo em debate, seriam beneficiados por institutos despenalizadores contidos na lei 9.099/95, tais como a transação penal e o termo circunstanciado.

Cabe salientar que as seguintes infrações, previstas no Estatuto do Idoso, comportariam os benefícios despenalizadores da lei 9.099/95: abandono de idoso (art. 98); maus tratos qualificado por lesão corporal grave (art. 99, § 1º); apropriação indébita de proventos, pensão ou renda do idoso (art. 102); exibição de informações ou imagens depreciativas ou injuriosas ao idoso (art. 105); indução do idoso sem discernimento à assinatura de procuração para administração de bens (art. 106); e, lavratura de ato notarial que envolva idoso sem discernimento e sem representação legal (art. 108).

Destarte, estar-se-ia gerando benefícios àqueles que praticassem crimes contra a pessoa idosa, acentuando ainda mais a posição de maior vulnerabilidade ostentada pela vítima. Seria, portanto, ilógico que o Estatuto, visando coibir a prática de delitos contra idosos, aumentasse o rigor de penas para alguns delitos e, paradoxalmente, permitisse a aplicação de benefícios despenalizadores durante a persecução criminal. Não há razões para dispensar tratamento de menor gravidade aos crimes previstos no Estatuto do Idoso. Não seria razoável que, impondo um tratamento penal mais rigoroso aos autores de crimes contra o idoso, o Estatuto, ao mesmo tempo, permitisse a aplicação de institutos despenalizadores.

Na verdade, a intenção do legislador, expressa no artigo 94 do Estatuto do Idoso, é somente aplicar o *procedimento sumaríssimo* previsto na Lei dos Juizados Especiais Criminais, imprimindo maior celeridade aos processos criminais em que figurem como vítimas pessoas idosas. Nesse caso, a demora na aplicação do direito tem maior relevo, visto que a vítima é pessoa com idade igual ou superior a 60 (Sessenta) anos.

Portanto, o Estatuto não ampliou o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo, nem tão pouco permitiu a aplicação dos institutos da transação penal e do termo circunstanciado aos delitos contidos na lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.

Assim, com o intuito de corrigir esta distorção legislativa e pacificar o entendimento acerca do artigo 94 da Lei 10.741/2003, apresenta-se essa reforma legislativa.

Nesse sentido, o projeto estabelece nova redação ao artigo 94 do Estatuto do Idoso. Esclarece que aos crimes previstos nessa Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade seja superior a 2 (dois) anos e não exceda a 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento sumaríssimo previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 9.099/95. Não se admite, por conseguinte, a aplicação dos institutos despenalizadores da transação penal e do termo circunstanciado, previstos respectivamente nos artigos 69 e 76 da Lei 9.099/95.

Isso posto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 2005.

Deputada SANDRA ROSADO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.

Código de Processo Penal.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal. (Vide ADI 3.096-5 - STF)

(À Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– O Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2013, vai à Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT –

AC) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 2013 (nº 333/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010.

Parágrafo Único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO DO LESOTO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

**o Governo do Reino do Lesoto
(doravante denominados “Partes”),**

Reconhecendo o desejo de fortalecer os laços de amizade existentes entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em promover o desenvolvimento sócio-econômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade premente de promover o desenvolvimento sustentável;
Reconhecendo as vantagens recíprocas da cooperação técnica em áreas de interesse comum; e

Desejosos de desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico,
Acordam o seguinte:

Artigo I

O presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado "Acordo", visa promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes.

Artigo II

As Partes poderão beneficiar-se de mecanismos de cooperação trilateral, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais, a fim de alcançar os objetivos deste Acordo.

Artigo III

1. Os projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares.
2. As instituições executoras e coordenadoras das atividades de cooperação e os insumos necessários à implementação dos projetos referidos no parágrafo 1 deste Artigo serão estabelecidos em Ajustes Complementares.
3. As Partes poderão deliberar sobre a participação de instituições dos setores público e privado, bem como de organizações não-governamentais de ambos os países, na implementação dos projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, em conformidade com os Ajustes Complementares.
4. As Partes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para implementar os projetos aprovados de comum acordo, bem como buscarão o financiamento necessário de organizações e fundos internacionais, programas internacionais e regionais e outros doadores, em conformidade com suas legislações nacionais.

Artigo IV

1. As Partes realizarão reuniões para tratar de assuntos pertinentes aos projetos de cooperação técnica, incluindo:
 - a) avaliação e definição de áreas prioritárias comuns nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;
 - b) identificação de mecanismos e procedimentos a serem adotados por ambas as Partes;
 - c) avaliação e aprovação de Planos de Trabalho;
 - d) avaliação, aprovação e implementação de programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e
 - e) avaliação dos resultados da execução dos projetos implementados no âmbito deste Acordo.
2. O local e a data das reuniões serão acordados por via diplomática.

Artigo V

Cada Parte garantirá que documentos, informações e dados obtidos em função da implementação deste Acordo não sejam divulgados nem transmitidos a terceiros sem consentimento prévio, por escrito, da outra Parte.

Artigo VI

As Partes fornecerão, ao pessoal enviado por uma das Partes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário relativo à sua acomodação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária ao cumprimento de suas funções específicas, bem como outras facilidades a serem acordadas nos Ajustes Complementares, em conformidade com as respectivas legislações das Partes.

Artigo VII

1. Cada Parte concederá, em seu território, ao pessoal designado pela outra Parte para exercer suas funções no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando necessário, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de nacionais da Parte anfitriã ou estrangeiros com residência permanente na Parte anfitriã:

- a) visto, conforme as regras aplicáveis de cada Parte, solicitado por via diplomática;
- b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais destinados à primeira instalação, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, e desde que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos serão reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;
- c) isenção idêntica àquela prevista na alínea “b” deste parágrafo, quando da reexportação dos referidos bens;
- d) isenção de impostos sobre renda relativa a salários pagos pelas instituições da outra Parte. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição anfitriã, será aplicada a legislação do país anfitrião;
- e) o pessoal oficial de uma Parte que exerça atividade nos termos deste Acordo ou de Ajustes Complementares no território da Parte anfitriã será tratado em conformidade com sua condição oficial, com base na reciprocidade; e
- f) facilidades de repatriação em situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte que o envie e será submetida à aprovação da Parte anfitriã.

Artigo VIII

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte à outra para a execução de projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, como definido e aprovado nos respectivos Ajustes Complementares, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

2. Ao término dos projetos de cooperação, todos os bens, equipamentos e outros itens referidos no parágrafo 1 deste Artigo, salvo se transferidos a título permanente à Parte anfitriã, serão reexportados com igual isenção de taxas e encargos relativos à importação e exportação, com

exceção de taxas e encargos governamentais relacionados com despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens destinados à execução de projetos desenvolvidos no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução das atividades de cooperação tomará as medidas necessárias para a liberação alfandegária dos referidos bens.

Artigo IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento da última notificação pela qual uma Parte informa a outra, por via diplomática, do cumprimento de seus requisitos internos para a entrada em vigor deste Acordo.

2. O presente Acordo terá vigência de cinco (5) anos, sendo renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos, salvo denúncia por qualquer das Partes, em conformidade com o parágrafo 3 deste Artigo.

3. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação. Em caso de denúncia, as Partes decidirão sobre a continuação das atividades em andamento, inclusive no âmbito de cooperação triangular com terceiros países.


O presente Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes. As emendas entrarão em vigor em conformidade com os procedimentos referidos no parágrafo 1 deste Artigo.

Artigo X

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação deste Acordo será resolvida por meio de negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Feito em Brasília, em 8 de setembro de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DO REINO
DO LESOTO



Mohlabi Kenneth Tsekoe
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Mensagem nº 117, de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010.

EM Nº 00064 MRE

Brasília, 8 de fevereiro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso, o anexo texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010, e assinado pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino do Lesoto, Mohlabi Kenneth Tsekoa.

2. A assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo que são consideradas prioritárias.

3. Os programas e projetos serão implementados por meio de Ajustes Complementares, que definirão quais serão as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários à implementação dos projetos. Dos citados programas e projetos poderão participar instituições dos setores público e privado, organismos internacionais, assim como organizações não - governamentais de ambos os países.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art.49, inciso I, combinado com o art.84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo em seu formato original.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 40, DE 2013

(nº 561/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE
INTERNACIONAL SOBRE O RIO PEPERI-GUAÇU, ENTRE AS CIDADES DE
PARAÍSO, BRASIL, E SAN PEDRO, ARGENTINA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina
(doravante denominados "Partes")

Tendo em conta a vontade expressa na Declaração Conjunta firmada pelos Presidentes das Partes, em 23 de abril de 2009, no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina; e

Considerando a conclusão das obras de pavimentação da BR-282, no Estado de Santa Catarina, Brasil, e o início do processo de construção das obras básicas e de pavimentação sobre a Rodovia Provincial Nº 27, entre a Rodovia Nacional Nº 14 (San Pedro) e a Ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu, na Província de Misiones, Argentina;

Acordam:

Artigo I

1. As Partes comprometem-se a iniciar, por intermédio de suas respectivas autoridades competentes, o exame das questões relativas à construção de uma nova ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre os municípios de Paraíso (Brasil) e San Pedro (Argentina), que permitirá a interconexão da BR-282/SC com a Rodovia Nacional Nº 14, Província de Misiones.

2. As Partes comprometem-se, igualmente, a definir a melhor alternativa de instalação do passo de fronteira.

Artigo II

Para os fins mencionados no Artigo I do presente Acordo, as Partes estabelecem uma Comissão Mista integrada por igual número de representantes de cada país, com a seguinte composição:

- a) Pela Parte argentina: Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços; Direção Nacional de Vias e outros organismos nacionais competentes; e
- b) Pela Parte brasileira: Ministério das Relações Exteriores; Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério da Integração Nacional e outros organismos nacionais competentes.

Artigo III

1. Será da competência da Comissão Mista:

- a) reunir os antecedentes para a elaboração dos Termos de Referência relativos aos aspectos técnicos, econômicos, ambientais, físicos, financeiros e legais do empreendimento, levando em consideração as condições hidrológicas e hidráulicas do local;
- b) preparar a documentação necessária à construção da ponte e à realização de obras complementares e acessos;
- c) referendar o Projeto executivo das obras;
- d) preparar a documentação necessária, proceder ao chamado à licitação pública e adjudicar o Projeto;
- e) supervisionar a construção das obras até o seu término e realizar duas vistorias, a primeira após seis meses e a segunda um ano após a inauguração.

2. A Comissão Mista terá poderes para solicitar assistência técnica e toda a informação que considerar necessária para o cumprimento de suas funções.

3. Cada Parte será responsável pelas despesas decorrentes de sua representação na Comissão Mista.

4. A Comissão Mista reger-se-á por Regulamento acordado entre as Partes, mediante Acordo por troca de Notas.

Artigo IV

1. Os custos relativos aos estudos, aos projetos e à construção da Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu serão compartilhados entre o Brasil e a Argentina, inclusive no que se refere às obrigações tributárias de cada Parte.

2. Cada Parte ficará responsável pelas despesas relativas aos respectivos acessos à Ponte, à construção do posto de fronteira do seu lado, bem como às desapropriações necessárias à implantação das obras em cada território nacional, segundo as condições a serem acordadas internamente com os governos locais.

3. As Partes poderão optar por compartilhar um único posto de fronteira, cujos custos necessários para a construção e operação serão rateados de modo uniforme, em conformidade com o disposto no parágrafo 1 deste Artigo.

Artigo V

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da segunda notificação pela qual uma Parte informa a outra, por via diplomática, do cumprimento dos respectivos requisitos internos para sua entrada em vigor.

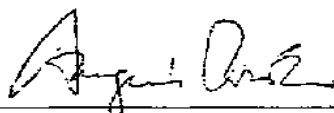
2. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação do presente Acordo será dirimida por negociação entre as Partes, pela via diplomática.

3. Este Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática. As emendas entrarão em vigor em conformidade com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 1 deste Artigo.

4. Cada Parte poderá, a qualquer momento, notificar à outra sua decisão de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeitos trinta (30) dias após a data da notificação. As Partes acordarão os detalhes para a conclusão das atividades que já estiverem em execução no âmbito deste Acordo.

Feito em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ARGENTINA



Héctor Marcos Timerman
Ministro de Relaciones Exteriores, Comercio
Internacional e Culto



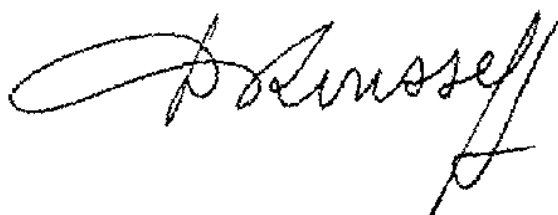
Julio De Vido
Ministro de Planejamento Federal,
Investimento Público e Serviços

Mensagem nº 46, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, dos Transportes, da Integração Nacional e Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, interino, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.



EMI Nº 00236 MRE/MT/MI/GSI

Brasília, 19 de maio 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011, pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, pelo Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Héctor Marcos Timerman, e pelo Ministro de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da Argentina, Julio De Vido.

2. O referido Acordo fornece a base jurídica de direito internacional para que ambos os Governos adotem as iniciativas necessárias para a construção de uma nova Ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre os municípios de Paraíso (Estado de Santa Catarina, Brasil) e de San Pedro (Provincia de Misiones, Argentina). A nova Ponte permitirá a interconexão entre a rodovia BR-282, do lado brasileiro, e a Rodovia Nacional Nº 14, do lado argentino. A construção da nova Ponte, ao atender a uma antiga reivindicação das comunidades de ambos os lados da fronteira, representará importante contribuição para a dinamização do comércio e do turismo entre os dois países, abrindo um novo corredor de interconexão viária para o intercâmbio de mercadorias e o fluxo de pessoas.

3. O Acordo prevê a criação de uma Comissão Mista, composta por igual número de membros de cada país, cujos representantes serão indicados pelos seguintes órgãos: do lado argentino, o Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços; a Direção Nacional de Vias e outros organismos nacionais competentes; do lado brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores; o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; e o Ministério da Integração Nacional.

4. A Comissão Mista, segundo o Artigo III do Acordo, terá a responsabilidade de reunir os antecedentes necessários para a elaboração dos Termos de Referência relativos aos aspectos técnicos, econômicos, ambientais, físicos, financeiros e legais do empreendimento; referendar o projeto executivo das obras; preparar a documentação necessária para proceder ao chamado à

licitação pública, à adjudicação do projeto, à construção da Ponte e à execução das obras complementares relativas aos acessos; supervisionar a execução das obras até o seu término e realizar duas vistorias, a primeira após seis meses e a segunda transcorrido um ano da inauguração da nova Ponte. O Acordo estabelece que a referida Comissão poderá solicitar assistência técnica e toda a informação que julgar necessária para o cumprimento de suas funções.

5. O Acordo em tela define, conforme o Artigo IV, que os custos relativos aos estudos, aos projetos e à construção da Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu serão futuramente compartilhados entre o Brasil e a Argentina, inclusive no que se refere às obrigações tributárias de cada Parte. O Acordo dispõe, ademais, que cada Parte arcará com as despesas relativas aos respectivos acessos à Ponte e à construção do posto de fronteira do seu lado. Caso as Partes optem por compartilhar um único posto de fronteira, o Acordo prevê que os custos de construção e operação do posto sejam rateados de modo uniforme.

6. Uma vez que a Comissão Mista, criada pelo acordo, defina os custos relativos aos estudos, aos projetos e à construção da Ponte, caberá aos Governos de cada país tomar as providências internas pertinentes com vistas à sua execução e, quando for o caso, sua inclusão nos respectivos orçamentos.

7. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 49, inciso I, combinado com o Artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Fernando Bezerra de Souza Coelho,

Antonio Sergio Geromel, Paulo Sergio Oliveira Passos

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 41, DE 2013

(nº 564/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI SOBRE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE NA HIDROVIA URUGUAI-BRASIL

A República Federativa do Brasil

e

A República Oriental do Uruguai
(doravante denominadas "as Partes"),

Considerando os preceitos estipulados no “Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai relativo às fronteiras na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão e ao Comércio e à Navegação nessas Paragens”, de 30 de outubro de 1909; no “Tratado de Comércio e Navegação entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai”, de 27 de maio de 1949; no “Convênio entre a República Oriental do Uruguai e a República Federativa do Brasil sobre Transporte Fluvial e Lacustre”, de 12 de junho de 1975; e no “Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim”, de 7 de julho de 1977;

Convencidas de que, para concretizar o processo de integração brasileiro-uruguaio, é necessário contar com serviços de transporte e de comunicação eficientes, seguros, regulares e adequados aos requisitos atuais de comércio, de desenvolvimento e de proteção do meio ambiente e da saúde; e

Persuadidas de que o incremento da atividade de transporte fluvial e lacustre de carga e de passageiros constitui fator de suma importância para ambas as Partes,

Convém em celebrar o presente Acordo, nos seguintes termos:

Artigo I

O presente Acordo se aplica ao transporte fluvial e lacustre internacional de carga e de passageiros entre as Partes, em particular na Hidrovia Uruguai-Brasil, doravante denominada “Hidrovia”, a fim de permitir o acesso livre e não-discriminatório de empresas mercantes brasileiras e uruguaias aos mercados de ambos os países, excluindo-se o transporte de cabotagem nacional, os serviços de apoio portuário e de reboque, e o transporte de cargas que, de acordo com a legislação de cada Parte, esteja reservado a suas respectivas bandeiras.

Artigo II

1. O alcance da Hidrovia abrange o setor brasileiro da Lagoa Mirim e seus afluentes, especialmente o Rio Jaguarão; o Canal de São Gonçalo e seus afluentes; os canais de acesso hidroviário ao Porto de Rio Grande; a Lagoa dos Patos e seus afluentes; o Rio Guaíba e seus afluentes, especialmente os rios Taquari, Jacuí, dos Sinos, Gravataí e Cai, na República Federativa do Brasil; e o setor uruguaio da Lagoa Mirim e seus afluentes, especialmente os rios Jaguarão, Cebollati e Tacuari, na República Oriental do Uruguai, bem como os portos e terminais reconhecidos por cada Parte.

2. Cada uma das Partes enviará à outra Parte, por via diplomática, a lista de portos e terminais que integram a Hidrovia em seus respectivos territórios, bem como daqueles que se incorporarem à Hidrovia posteriormente.

Artigo III

Para os fins do presente Acordo, definem-se os seguintes termos:

1. “Embarcação das Partes”: qualquer embarcação inscrita ou registrada pelos órgãos competentes da Parte correspondente, exceto:

a) navios de guerra e a serviço do Estado que não estejam destinados a atividades comerciais;

b) outros navios a serviço exclusivamente das Forças Armadas;

c) navios de investigação hidrográfica, oceanográfica e científica;

d) embarcações de lazer, esporte e recreação; e

e) embarcações pesqueiras.

2. “Empresa de Navegação”: empresa constituída segundo a legislação de cada Parte, com sede social no território de uma das Partes e autorizada pelo órgão nacional competente a operar na Hidrovia.

3. “Porto” ou “Terminal” de uma Parte: atracadouro ou qualquer outro lugar habilitado a realizar o carregamento ou descarregamento de mercadorias e o embarque ou desembarque de passageiros.

Artigo IV

1. Para os efeitos de aplicação do presente Acordo, ficam designadas as seguintes autoridades:

a) Pela República Federativa do Brasil, o Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e

b) Pela República Oriental do Uruguai, o Ministério de Transportes e de Obras Públicas (MTOB), por meio da Direção Nacional de Hidrografia, no que concerne às vias navegáveis e aos portos, e da Direção Geral de Transporte Fluvial e Marítimo, no que diz respeito ao transporte.

2. Qualquer alteração referente à autoridade competente de uma das Partes deverá ser notificada, por via diplomática, à outra Parte.

Artigo V

1. De acordo com suas respectivas legislações e regulamentos, as Partes adotarão as medidas necessárias para facilitar e incrementar a navegação comercial entre os portos fluviais e lacustres brasileiros e uruguaios objeto do presente Acordo, de modo a impedir atrasos que prejudiquem as embarcações e a agilizar o cumprimento das formalidades em vigor.

2. Nas operações reguladas pelo presente Acordo, as Partes garantirão às embarcações comerciais da outra Parte que estejam em suas águas territoriais e em seus portos tratamento não-discriminatório, em conformidade com o que foi estabelecido no Artigo I do presente Acordo.

3. Os aspectos relacionados à segurança da navegação na Hidrovia serão definidos por meio de um Protocolo Adicional a este Acordo.

Artigo VI

1. O frete e suas condições serão negociados livremente entre os usuários dos serviços de transporte de carga e de passageiros e as empresas de navegação devidamente autorizadas pelo órgão nacional competente para operar na Hidrovia. O referido órgão nacional comunicará à sua contraparte a lista de empresas e embarcações autorizadas para tal fim.

2. Sem prévio acordo entre as Partes, não se poderá criar nenhum novo tributo, gravame ou direito, além daqueles já existentes nas legislações nacionais de cada uma delas sobre o transporte, as embarcações ou as suas cargas, baseado unicamente no fato da navegação.

Artigo VII

As embarcações deverão cumprir as normas pertinentes, promulgadas pelas Autoridades Marítimas de cada Parte, nos trechos sob sua responsabilidade.

Artigo VIII

Os regulamentos e as leis de ambas as Partes, no que se refere ao transporte na Hidrovia, à segurança, ao meio ambiente, às fronteiras, às alfândegas, às divisas, à saúde, à vigilância sanitária, à fiscalização veterinária e fitossanitária e à salvaguarda da vida humana, serão aplicados em suas respectivas jurisdições.

Artigo IX

Nenhuma das disposições do presente Acordo poderá limitar o direito das Partes de adotar medidas para proteger o meio ambiente, a saúde e a ordem pública, de acordo com suas legislações e os respectivos tratados de que sejam parte.

Artigo X

As empresas de navegação das Partes poderão utilizar, para a prestação de seus serviços, embarcações próprias ou sob contrato de afretamento ou de arrendamento a casco nu, em conformidade com a legislação nacional de cada Parte.

Artigo XI

As Partes se comprometem, em conformidade com seus planos e prioridades, a contribuir para o desenvolvimento e a execução das obras e das intervenções necessárias, em seus respectivos territórios, para permitir a plena navegação fluvial e lacustre na Hidrovia.

Artigo XII

1. Com a finalidade de garantir a efetiva aplicação do presente Acordo e a plena operação da Hidrovia, as Partes conformarão uma Secretaria Técnica integrada por funcionários das respectivas autoridades nacionais e das Chancelarias, que funcionará no âmbito da Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim.

2. A Secretaria adotará o seu próprio estatuto de funcionamento e será responsável pela definição de todos os regulamentos necessários para a correta operação da Hidrovia. A Secretaria realizará reuniões periódicas para avaliar, desenvolver e reforçar a cooperação bilateral, assegurar ações coordenadas e planejadas por todos os agentes envolvidos no presente Acordo, e buscar soluções para os problemas de interesse comum, bem como para as controvérsias que possam surgir. Mediante acordo entre seus membros, a Secretaria poderá reunir-se extraordinariamente em circunstâncias especiais.

3. As modificações ou adendos ao presente Acordo serão adotados pela Secretaria Técnica da Hidrovia e deverão ser definidos por meio de Acordos ou Protocolos Adicionais.

4. Em caso de divergência quanto à interpretação ou aplicação do presente Acordo, as Partes resolverão a divergência por via diplomática.

Artigo XIII

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias depois que cada Parte notifique à outra, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos internos necessários para a sua aprovação. O Acordo terá validade por tempo indeterminado, salvo se, em qualquer momento, uma das Partes notificar à outra, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, o seu desejo de denunciá-lo.

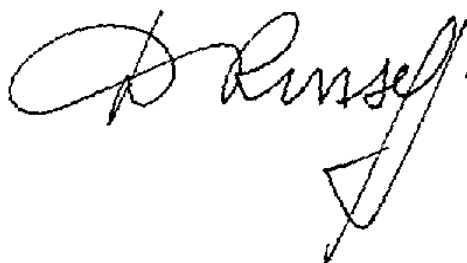
Mensagem nº 43

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso I, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhada da Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, inter-

Defesa, da Fazenda, dos Transportes e da Integração Nacional, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.



EMI No 00132 MRE/MD/MF/MT/MIN

Brasília, 25 de março de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010, pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim e pelo Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro.

2. O referido Acordo tem o objetivo de implantar um sistema de transporte moderno de cargas e de passageiros entre os dois países, que oferecerá uma alternativa de baixo custo para o transporte multimodal na área de influência da Bacia da Lagoa Mirim, revitalizando a economia da região e contribuindo para o desenvolvimento social das comunidades fronteiriças.

3. Do lado brasileiro, participaram das negociações do texto do documento o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério dos Transportes, o Ministério da Integração Nacional, a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, a Marinha do Brasil, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Secretaria da Receita Federal.

4. A assinatura do Acordo remete à celebração do Tratado da Lagoa Mirim, negociado pelo Barão do Rio Branco, cujo centenário foi comemorado em 30 de outubro de 2009. Ao longo dos cem anos de vigência do Tratado, Brasil e Uruguai avançaram na promoção da integração fronteiriça e do uso compartilhado da Bacia da Lagoa Mirim, em benefício do desenvolvimento da

região. Nesse sentido, foram firmados o Tratado de Comércio e Navegação entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em 27 de maio de 1949, o Convênio entre a República Oriental do Uruguai e a República Federativa do Brasil sobre Transporte Fluvial e Lacustre, em 12 de junho de 1975 e o Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, em 7 de julho de 1977.

5. O Acordo em tela define a área de alcance da Hidrovia e as Autoridades Nacionais diretamente responsáveis pela sua operação. Pelo lado brasileiro, foram designados o Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Pelo lado uruguaio, foi designado o Ministério de Transportes e de Obras Públicas (MTOB).

6. As Partes se comprometem, conforme disposto nos artigos V e VI, a adotar as medidas necessárias para viabilizar a plena navegação fluvial e lacustre na Hidrovia e estimular a navegação comercial entre os dois países, bem como para assegurar tratamento não discriminatório às embarcações da outra Parte.

7. Segundo os artigos VII, VIII e IX, as normas, regulamentos e leis de cada Parte deverão ser plenamente observados nas áreas sob sua jurisdição e fica preservado o direito de cada Parte de adotar as iniciativas necessárias à proteção do meio ambiente, da saúde e da ordem pública em seu território.

8. O Acordo prevê, ademais, a criação de uma Secretaria Técnica, que será composta por funcionários das Autoridades Nacionais indicadas pelos dois países e por representantes de suas respectivas Chancelarias. A Secretaria, que funcionará no âmbito da Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, deverá definir os regulamentos necessários para a operação da Hidrovia e coordenar ações conjuntas visando à sua implantação, bem como buscar soluções para eventuais controvérsias que possam surgir.

9. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Guido Mantega, Fernando Bezerra de Souza Coelho, Paulo Sergio Oliveira Passos, Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 39 a 41, de 2013**, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre as matérias, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– **nº 105, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2012 (proveniente da Medida Provisória nº 588, de 2012), que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00*, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 12.791, de 2013; e

– **nº 106, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2012 (nº 865/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.792, de 2013.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, comunicação que será lida.

É lida a seguinte:

Ofício nº 42/2013 – CTERIOSFR

Brasília, 1º de abril de 2013

Assunto: Adiamiento de visita da Comissão

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que a visita desta Comissão às obras de Transposição do Rio São Francisco, no Eixo Leste, Estados da Paraíba e Pernambuco prevista para o dia 5 foi transferida para o dia 19 do corrente mês.

Respeitosamente, – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu queria agradecer a presença do Senador

Requião, que permite que tenhamos o cumprimento do Regimento.

Convido, para fazer uso da palavra, em permuta com a Senadora Ana Amélia, para que possa usar a tribuna, o Senador João Capiberibe, o nosso querido amigo e bom Senador do Estado do Amapá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, em julho do ano passado, alertei, nesta Tribuna, que o Fundo de Participação dos Estados, mais conhecido pela sigla FPE, estava com os dias contados, pois perderia a sua validade em 31 de dezembro de 2012 por decisão do Supremo Tribunal Federal, que deu ao Parlamento quase três anos de prazo para a edição de uma nova lei de partilha do fundo.

Naquela ocasião, alertei a Casa que, apesar de haver prazo suficiente para o Parlamento tomar uma decisão, nós estávamos tratando uma questão complexa de forma desleixada, ainda mais que depende de consenso de 27 Estados da Federação, cada um destes Estados com interesses específicos e até mesmo contraditórios.

Naquele julho, restavam menos de seis meses para se tomar a decisão. Infelizmente, perdemos o prazo e não votamos a nova Lei do FPE.

Provocado por alguns Estados, o STF concedeu um novo prazo de 150 dias. O problema é que o impasse continua e estamos, novamente, tratando o tema no afogadilho.

Nos últimos meses, os veículos de comunicação têm evidenciado a questão do FPE, registrando as inúmeras reuniões, grupos de estudo, propostas, discussões nos diversos fóruns e no Congresso Nacional, encarregado de estabelecer os novos critérios de repartição.

A conjuntura destaca ainda mais o assunto. Por um lado, o esgotamento do prazo, prorrogado recentemente pelo STF até o primeiro semestre de 2013 – estamos no começo de abril. De outro lado, os Estados são obrigados a administrar repasses da União abaixo das previsões, como consequência da política de desoneração para combate da crise da indústria nacional, comprometendo o equilíbrio financeiro e, consequentemente, o planejamento de todos os Estados. E já foi anunciada a prorrogação da redução do IPI para os automóveis, o que vai continuar afetando as receitas de Estados e Municípios.

Neste momento de crise, as mais diversas fontes de recursos públicos ganham inevitável relevância: FPE, ICMS, *royalties*, financiamentos públicos, entre outros.

Discute-se, enfim, a Federação como um todo e como custear os serviços públicos a cargo de cada ente.

No entanto, é essencial que cada instrumento cumpra seu objetivo, especialmente aqueles previstos na Constituição Federal, como é o caso do FPE.

Integrante do conjunto de instrumentos de políticas de desenvolvimento regional, o fundo redistribui recursos de impostos federais para os Estados membros com o propósito de reduzir as desigualdades internas e promover a integração nacional.

Em busca deste equilíbrio socioeconômico em todo o País, o FPE conta com um montante de mais de R\$70 bilhões, valor que é abatido em parte para composição do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

A falta de consenso surge por conta dos critérios de rateio, congelados há mais de 20 anos. Questiona-se a validade dos coeficientes para cada Estado, diante das mudanças nas condições socioeconômicas ocorridas durante esse período.

Este é o foco da decisão do STF. É preciso estabelecer critérios que sejam dinâmicos no tempo, para que a distribuição acompanhe as mudanças na condição de cada Estado.

Para resolver o impasse, várias propostas foram apresentadas.

No âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) foram apresentados inúmeros modelos ao longo de mais de dois anos de estudos.

No Congresso, há propostas diversas – na Câmara e no Senado – defendendo a utilização dos mais variados critérios: população, renda *per capita*, Produto Interno Bruto (PIB), extensão do território, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), receita pública, entre outros.

A falta de consenso no Confaz e a pluralidade de propostas no Congresso motivou a instalação, pelo Senado, de uma comissão para elaboração de uma proposta, a denominada Comissão dos Notáveis, formada por juristas, tributaristas e economistas, entre outros profissionais de renome nacional.

No final de 2012, essa comissão apresentou uma proposta: a utilização de uma regra de transição por cinco anos, utilizando como critérios “população” e “renda *per capita*”, durante os quais os Estados continuariam recebendo valores próximos aos atuais. Nesse período, deveria ser elaborado um novo modelo, com a metodologia da equalização (que utiliza a receita pública *per capita*), para ser aplicado a partir de 2018.

A proposta sofreu inúmeras críticas – como as demais apresentadas até então –, como, por exemplo, a de não estabelecer um modelo definitivo.

No intuito de aprimorar o modelo, o Senador Walter Pinheiro apresentou proposta similar, trocando a variável renda *per capita* por renda domiciliar *per capita*, justificando que a variável sofreria menos distorções porque é decorrente de uma pesquisa que o IBGE faz relativa à renda das famílias, ao contrário da anterior, que é calculada diretamente dividindo o PIB pela população.

Entretanto, apesar de apresentar melhores resultados para o Nordeste, a proposta do Senador Pinheiro provoca reduções significativas na participação dos Estados do Norte, especialmente os ex-Territórios.

O Amapá, por exemplo, tem seu índice reduzido de 3,41 – que é o atual – para 2,54, uma queda de quase 30%, solução insustentável para essa unidade.

Como resposta, propõem-se um ajuste, incluindo o inverso do PIB no cálculo, com peso reduzido de 10%. A justificativa é o reconhecimento das diferenças econômicas existentes entre os diversos Estados brasileiros, reduzindo as distorções da utilização exclusiva aos critérios população e renda domiciliar *per capita*.

Utilizar este ajuste é reconhecer, por exemplo, que os ex-Territórios, que apresentam indicadores de renda *per capita* próximos da média nacional, são Estados com população reduzida e com menor desenvolvimento econômico no País.

São Estados com uma dependência decorrente do seu recente processo de ocupação e inexistência de infraestrutura e de investimentos públicos e privados, limitando a sua capacidade de autossuficiência e crescimento, que é o caso do Amapá, Roraima, Acre, Rondônia.

Acrescento que esses Estados também não têm como crescer suas populações, dado que uma parte significativa dos seus territórios – como é o caso do Amapá, de Roraima – já está sob alguma tutela jurídica, não pode ser ocupada; são áreas destinadas a reservas biológicas, áreas indígenas, florestas nacionais, enfim, não há como expandir a população nesses novos Estados.

É preciso reconhecer, por exemplo, certas distorções como a que ocorre no Piauí e no Ceará, que, apesar de apresentarem renda domiciliar *per capita* similar ao Amapá, possuem condições econômicas completamente distintas: o Piauí é o 23º em participação do PIB, e o Ceará é o 12º do *ranking*.

O Amapá, que já sofre com a queda do FPE, decorrente da política de desonerações da União, não pode mais suportar perdas da magnitude propostas pelo substitutivo do Senador Pinheiro, sob pena de inviabilizar sua condição de ente federado.

Neste universo de propostas, cada uma delas apresenta, inevitavelmente, resultados positivos e ne-

gativos para cada Estado em relação aos percentuais atuais. E, com as dificuldades financeiras já mencionadas, a tensão acaba deslocando a discussão dos objetivos a serem alcançados pelo FPE: todos querem ganhar ou, pelo menos, não perder. E, com os repasses sendo realizados em valores inferiores aos inicialmente previstos, esta conta torna-se cada vez mais difícil de fechar.

O que não é justificável, especialmente pelo objetivo do FPE em reduzir desigualdades socioeconômicas, é a diminuição da já limitada participação dos Estados como o Acre, Amapá e Roraima, especialmente porque permaneceram com desenvolvimento estagnado durante todo o período.

É preciso considerar que são os Estados que são mais dependentes do FPE, sendo praticamente este o único instrumento de redistribuição de receita pública efetivamente aplicada nestas unidades. O percentual de participação no orçamento geral desses Estados varia de 70% a 80% a contribuição do FPE.

A própria manutenção da sua condição de Estado está atrelada diretamente ao FPE, considerando a inexistência de uma política nacional de desenvolvimento que possa, efetivamente, estruturar estas regiões para o desenvolvimento econômico e a autossuficiência.

Com esse cenário, discutir a Federação é essencial, mas não se pode perder o foco de que o FPE deve atender seu objetivo constitucional de buscar o equilíbrio socioeconômico nacional, que só será atingido sem o respeito aos Estados historicamente menos favorecidos.

Por essa razão, clamamos aos meus pares das demais regiões do País, em especial ao Relator Walter Pinheiro, para que acate a emenda sugerida pelos técnicos da Secretaria da Receita do Amapá, que minimiza as perdas dos Estados mais jovens da Federação. Essa é uma alternativa que foi apresentada ao Relator Walter Pinheiro, e a nossa expectativa é de que seja acatada para que as nossas perdas sejam reduzidas, que possam ser suportadas para que a gente possa continuar existindo como ente federado.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Capiberibe, inclusive por tratar desse tema que é da maior importância para todos os Estados do Brasil, mas especialmente, como bem frisou V. Ex^a, para os Estados do Norte e Nordeste brasileiro, que é a regra da distribuição do Fundo de Participação dos Estados.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o nosso Senador representante do Estado de São Paulo, Antonio Carlos Rodrigues.

Com a palavra V. Ex^a, pelo tempo regimental de 20 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, hoje, ocupo esta tribuna do Senado para manifestar a minha preocupação com os congestionamentos diários nas estradas que dão acesso ao Porto de Santos, em especial as cidades Cubatão, Guarujá e Bertioga. Essa região abriga o maior Índice de Desenvolvimento Humano do País. A Baixada Santista é considerada baluarte da qualidade de vida no Brasil.

Desde fevereiro último, os engarrafamentos de caminhões que ocorrem na Rodovia Cônego Domênico, a antiga Piaçaguera/Guarujá, utilizada como acesso aos terminais da margem esquerda do Porto de Santos, mudaram o dia a dia de toda a população da região.

A rodovia sofre com o volume excessivo de veículos, seus acessos terrestres estão saturados em razão da supersafra de grãos. Sei também que o escoamento da produção de soja e de milho afeta outros portos do País.

Vou me ater ao caso da Rodovia Cônego Domênico Rangoni, onde os congestionamentos chegaram a atingir 27 quilômetros, e a média diária registrada é de 20 quilômetros.

Além dos motoristas que chegam da Região Centro-Oeste e de outros pontos do interior do País e que perdem horas e horas na estrada aguardando uma vaga para descarregar, a situação prejudica o deslocamento da população que mora nos Municípios de Cubatão, Guarujá e Bertioga.

No parque industrial de Cubatão, as empresas reclamam dos frequentes atrasos no início dos turnos de trabalho.

Há ainda graves prejuízos para o turismo do Guarujá e Bertioga. Como todos sabem, a rodovia Cônego Domênico Rangoni é o principal acesso para os turistas nos finais de semana e feriados prolongados.

A rede hoteleira e o comércio das duas cidades, Bertioga e Guarujá, temem que, em razão dos congestionamentos na estrada, ocorra uma redução do número de turistas, ocasionando prejuízos econômicos.

Não podemos também nos esquecer da vida subumana dos caminhoneiros.

Nos últimos dias, fui procurado por autoridades do Guarujá. Estive com o Secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, Sr. Adilson de Jesus, que manifestou a preocupação das autoridades municipais com os problemas registrados na rodovia.

A direção de portos e logística da Prefeitura do Guarujá considera que o principal problema dos terminais de granéis do Município é que alguns não estariam

cumprindo o agendamento prévio de carretas, recebendo muito mais veículos do que a sua capacidade.

Há ainda um problema antigo que é a falta de opções de modais para chegar ao terminal do Guarujá. Existe apenas um acesso para os caminhões, que é a chamada Rua do Adubo. Com uma extensão de mil e cem metros, a via é passagem obrigatória para os veículos chegarem à zona portuária do Guarujá.

A solução para o problema será a Avenida Perimetral, ainda em construção. A Avenida terá um complexo de viadutos e vias que distribuirá melhor o fluxo de caminhões para a área portuária.

A partir dessa semana, teve início uma força tarefa entre a Prefeitura do Guarujá, da Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp, da Polícia Rodoviária e da Ecovias, concessionária do sistema viário que dá acesso à Baixada Santista. Vão procurar checar quais as instalações que não estariam em conformidade com as regras estabelecidas pela Codesp.

Considero a necessidade urgente de uma solução e espero que esta força tarefa seja capaz de encontrar uma saída, embora provisória, para este grave problema que atinge a Baixada Santista.

Como já afirmei, tenho conhecimento de que não é apenas a Baixada Santista que enfrenta os problemas para o escoamento da supersafra de soja e milho.

Confio, ainda, na sensibilidade do nosso Governo Dilma para minimizar os efeitos dessa situação, antes que outras medidas sejam adotadas para aliviar o escoamento ao exterior da nossa expressiva produção de grãos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Quero convidá-lo a presidir a sessão, enquanto eu possa fazer uso da tribuna, por favor.

Logo em seguida, falará o Senador Ricardo Ferraço. Falo eu e, em seguida, o colega Ricardo Ferraço.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) – Com a palavra, o nobre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna da Casa trazer minha solidariedade à população, especialmente, do Rio Liberdade, no Juruá, que viveu uma situação

de muita gravidade com a cheia do Rio Liberdade, que pegou de surpresa os ribeirinhos, mesmo acostumados com as cheias no Juruá e seus afluentes, e do próprio Juruá, que é um dos afluentes do Amazonas.

Foram centenas de famílias desabrigadas.

Foi necessária uma ação rápida do Governo do Estado, da própria Prefeitura de Cruzeiro do Sul, no sentido de tentar socorrer as famílias por conta da chuva intensa, concentrada naquela região.

O certo é que o rio subiu quase dez metros em algumas horas, com grande número de pessoas desabrigadas. Algumas perderam as suas casas e, hoje, estão na dependência do acolhimento de parentes, de amigos e do próprio Governo do Estado e da Prefeitura.

O Rio Liberdade corta a BR-364, próxima de Cruzeiro do Sul, a 80 quilômetros de Cruzeiro do Sul. Foram mais de cem famílias desabrigadas, que perderam plantação, animais. Perderam o que tinham. E essas famílias, no caso de 12 delas, tiveram suas casas arrancadas pela força da água, na enxurrada, e agora precisam de um socorro.

E eu, ainda hoje, estou tomando a providência de encaminhar expediente para o Ministério da Integração, para a Defesa Civil, solicitando, a partir de um entendimento com o Governo do Estado, apoio para que essas famílias que foram diretamente atingidas pela força das águas possam recomeçar suas vidas.

Só quem conhece aquela realidade sabe o quanto é difícil para um ribeirinho, que tudo que tem está na sua casa, está no seu quintal, está na sua área de plantação, quando perde o que tem, como perderam as dezenas de famílias do Rio Liberdade.

A situação, também em Rio Branco, se agravou muito nesse período da Semana Santa. Mas, felizmente, no final de semana, de ontem para hoje, o Rio Acre baixou – esse rio chegou a 15,3m, sendo que a cota de transbordamento é de 14m. Então, foi a segunda vez, neste período das chuvas, que o Rio Acre transbordou, desalojou milhares de pessoas, centenas de famílias.

Sei que o Brasil, que é solidário com todos nós, e o próprio Governo Federal se perguntam: “Como ocorre isso?”

De fato, está havendo uma mudança no ciclo das grandes cheias na Amazônia, especialmente no Acre. As cheias se davam a cada 10 anos, mas temos três anos seguidos com o transbordamento do rio, com o desalojamento de famílias e com grandes prejuízos, principalmente para as pessoas que, por incrível que pareça, são as mais necessitadas, as mais pobres, já que moram nas regiões mais baixas da cidade.

Embora há anos tanto a prefeitura como o Governo venham retirando as famílias dessas áreas e venham impedindo que outras ali se instalem, são

moradores da beira do rio. No Acre, quase todos os Municípios nasceram, foram fundados em função dos rios. Mas, hoje, com o crescimento urbano, é muito importante que todos os prefeitos não permitam ocupações indevidas e que haja uma expansão da ocupação das áreas baixas, áreas que estão sempre sujeitas às cheias dos rios.

No caso do Acre, neste ano, tivemos uma cheia também grande em Tarauacá. E, agora, no Vale do Juruá, especificamente em Cruzeiro do Sul, no Rio Liberdade, foi com muita intensidade que as águas subiram e afetaram centenas de famílias, sendo que muitas delas perderam tudo que tinham.

O expediente que encaminho hoje ao Ministério da Integração e à Defesa Civil é no sentido de ter as condições para que essas famílias possam reconstruir as suas vidas. O Governo do Estado trabalha com um *kit* de alimentação e de limpeza; disponibilizou o helicóptero do Estado para atender as famílias.

No caso de Rio Branco, já criamos, ao longo dos anos, ainda com o Prefeito Angelim, comigo mesmo no governo, bem como com o Governador Binho e, depois, com o Governador Tião Viana, uma maneira de trabalhar que não evita as cheias e os transtornos que as famílias enfrentam, mas que consiste num trabalho, feito com muita dedicação por técnicos, funcionários e pela própria sociedade, de acolhimento e de socorro aos desabrigados. Trata-se de uma ação muito competente por parte da prefeitura e do Governo do Estado, como foi agora a ação coordenada pelo Prefeito Marcos Alexandre e pelo Governador Tião Viana, de retirada de mais de 300 famílias para o Parque de Exposições e, ao mesmo tempo, a mudança de outras 850 famílias para casas de amigos e parentes.

Nós tivemos um número muito grande de pessoas atingidas, mas, felizmente, essa segunda cheia deste ano foi rápida. Já estamos quase em abril, mas as águas de março, no Acre, castigaram muito, como ocorreu no Rio de Janeiro, as populações ribeirinhas.

Então, Sr. Presidente, venho à tribuna da Casa informar que estou apresentando um requerimento em que solicito o apoio da Defesa Civil Nacional e também ao Ministério da Agricultura para as populações que foram atingidas pelas cheias, especialmente as populações do Juruá, do Rio Liberdade, no Vale do Juruá, em Cruzeiro do Sul.

E aproveito para dizer que, graças ao apoio da Presidenta Dilma, o Governador Tião Viana lançou o Programa Cidade do Povo, cuja maior prioridade é transferir o maior número possíveis de famílias dessas áreas mais suscetíveis às cheias do Rio Acre, que vêm ocorrendo cada vez com uma frequência maior.

E, também, essa solicitação que faço é no sentido de dar apoio às famílias que moram em áreas rurais, tendo em vista que, embora a Prefeitura e o Governo, no caso de Rio Branco, já tenham um programa elogiável de apoio às famílias, estou certo de que, em Cruzeiro do Sul, onde nós tivemos essa tragédia, onde pessoas perderam as suas casas, é fundamental que haja uma rápida ação da Defesa Civil Nacional e do Ministério da Agricultura dando apoio às famílias dos produtores rurais atingidas pela cheias do Rio Liberdade.

Era esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Ainda hoje, encaminharei requerimento solicitando uma posição de apoio imediato, tendo em vista a solicitação de emergência que nós vivemos, especialmente para as centenas de famílias que vivem nas margens do Rio Liberdade, no Vale do Juruá, em Cruzeiro do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) – Parabéns, Senador Jorge Viana. *(Fora do microfone.)*

Próximo orador inscrito, nobre Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Antonio Carlos Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Ricardo Ferraço, pelo tempo regimental de 20 minutos, como orador inscrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, amigas e amigos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado, é com muita tristeza que ocupo a tribuna do Senado para manifestar meu pesar e as minhas condolências pelo falecimento do radialista e amigo Jairo Maia. **uma das mais conhecidas vozes do Espírito Santo e, sem dúvida, o maior de nossos comunicadores; uma verdadeira legenda na história do rádio capixaba e do rádio brasileiro.**

Jairo Maia nos deixou na última sexta-feira. Ele estava internado há alguns dias para tratamento de um linfoma.

Sr. Presidente, durante mais de 50 anos, esse capixaba de Bom Jesus do Norte, lá no Sul do meu Estado, levou, por meio das ondas do rádio, alegria, informação, entretenimento e jornalismo a milhares e milhares de ouvintes espalhados por todo o Estado do Espírito Santo e Estados vizinhos, como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Jairo Maia iniciou a carreira em 1957, em um município que é, reconhecidamente, um dos grandes

celeiros de talentos do nosso Brasil, o Município de Cachoeiro de Itapemirim – e também tenho a honra de ter nascido lá.

Terra de nomes como o do nosso sempre rei Roberto Carlos, de um dos maiores e mais importantes cronistas brasileiros, Rubem Braga, de cujo nascimento se comemoram 100 anos, do compositor e cantor Sérgio Sampaio, enfim, de tantos ilustres filhos da minha terra, da nossa terra, a “capital secreta do mundo”, Senador Vital do Rêgo, como nós carinhosamente a chamamos, a partir de um conceito criado por um amigo dileto e fraterno do nosso sempre cronista Rubem Braga, Vinícius de Moraes. Foi Vinícius de Moraes quem um dia chamou a minha terra de “capital secreta do mundo”.

Pois foi da “capital secreta do mundo” que Jairo Maia seguiu para Vitória, a convite do amigo Lamar-tine Babo, para atuar como representante de direitos autorais da União Brasileira de Compositores.

Não demorou muito até que o inigualável comunicador capixaba estresseasse, em 1961, Senador Pimentel, o programa Jairo Maia. Líder absoluto de audiência por mais de 40 anos em meu Estado, atravessou gerações e criou uma legião de fãs das mais variadas idades deste que é um radialista que marcou época, não apenas pelo seu carisma, mas por ser um ser humano de extraordinária capacidade.

Quero aqui, portanto, da tribuna do Senado Federal, registrar o meu mais profundo respeito e reconhecimento por esse profissional talentoso, por esse ser humano extraordinário. Como poucos, soube transmitir mensagens de otimismo, de fé e de esperança a tantos e tantos ouvintes, que paravam tudo, no dia a dia, para assistir às suas manifestações. Trabalhadores, donas de casa, enfim, todos, todos, pelas manhãs, acompanhavam o programa desse inesquecível radialista, pai e cidadão que nos deixou, na última sexta-feira, depois de mais de 50 anos trabalhando à frente de um programa de comunicação em nosso Estado.

Portanto, quero expressar, Sr. Presidente, as minhas condolências, os meus pêsames aos seus familiares, aos seus amigos e a um conjunto muito, muito, muito grande de capixabas que, de uma forma ou outra, se sentiram órfãos em razão do falecimento, do passamento desse extraordinário amigo, desse grande radialista, Jairo Maia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, e também me solidarizo com V. Ex^a e com todos os capixabas.

Vou também apresentar, daqui a pouco, um voto de pesar em relação a uma perda que a classe do jor-

nalismo acriano também sofreu. Está chegando um expediente meu que vou ler daqui a pouco.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana, nosso 1º Vice-Presidente, nossos Senadores, nossas Senadoras, amanhã, terça-feira, o Congresso Nacional promulgará a Emenda Constitucional nº 72, que teve como origem a PEC nº 66, de 2012, a chamada PEC das trabalhadoras domésticas. E dizemos trabalhadoras domésticas porque, das quase sete milhões de pessoas que atuam nessa atividade, algo em torno de 93%, 6,653 milhões, são mulheres, conforme dados de 2011.

É bom registrar que a quantidade de trabalhadores domésticos no Brasil vem diminuindo, ano a ano, em face da oferta de empregos, o chamado regime de pleno emprego, cuja implementação o Presidente Lula iniciou nos seus oito anos de Governo e que a Presidenta Dilma dá continuidade.

Em 2009, a pesquisa PNAD, do IBGE, identificava 7,223 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Dois anos depois, tivemos uma diminuição para 6,653 milhões, exatamente fruto da precariedade do trabalho doméstico e do aumento, ao mesmo tempo, do trabalho formal no Brasil.

Com essa emenda constitucional, a cuja votação por unanimidade, na Câmara e no Senado, o Brasil inteiro assistiu na última semana, e que, amanhã, com as bênçãos de Deus, haveremos de promulgar às 18 horas, Presidente Jorge Viana, nós faremos um reparo significativo no que muitos consideram como a conclusão do fim da escravidão no Brasil. Lamentavelmente, este País, que é a sexta potência econômica do Planeta, ainda tinha boa parte das suas trabalhadoras e dos seus trabalhadores sem as mesmas garantias e os mesmos direitos dos demais trabalhadores.

Exatamente por isso, essa emenda constitucional está sendo festejada por toda a sociedade brasileira, porque estamos fazendo justiça e corrigindo um grave erro praticado pelos nossos Constituintes de 1988, que resolveram tratar de maneira diferente as trabalhadoras domésticas.

Com essa decisão que o Congresso Nacional tomou e que amanhã nós vamos sancionar, toda trabalhadora doméstica, todo trabalhador doméstico passa a ter direito ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário.

Essa era a última categoria que não tinha sido assistida durante os anos noventa. E, nos oito primeiros meses do Presidente Lula, nós conseguimos universalizar o seguro defeso, que é o seguro-desemprego para

o pescador artesanal, para o extrativista, o quilombola e as populações que atuam nessas atividades em que predomina a informalidade e o trabalho individual.

Agora, estamos estendendo para as trabalhadoras domésticas esse direito, que vigora no Brasil desde 1990, através da Lei nº 7.998, e que, no meu entender, é automático para o trabalhador doméstico.

Portanto, ao fazer a inclusão desse dispositivo que assegura à trabalhadora doméstica o seguro-desemprego, nós estamos automaticamente incluindo na Lei nº 7.998, de 1990, esse conjunto de trabalhadores e de trabalhadoras que são em torno de dois milhões com carteira assinada.

O outro desafio que surge para toda a sociedade brasileira, em especial para o Congresso Nacional, é uma política de convencimento para que o empregador doméstico assine a carteira da sua trabalhadora doméstica.

E aqui eu quero chamar a atenção daqueles que acham que, ao reconhecerem direitos, se poderá trazer a informalidade para esse segmento. Eu quero registrar que, de todas as atividades laborais no Brasil, a que tem o maior índice de informalidade é exatamente a da trabalhadora doméstica, apesar do reconhecimento desses direitos.

Desses 6 milhões, 653 mil trabalhadores domésticos que o Brasil tinha em 2011, apenas 30,6% deles têm carteira assinada. É verdade que, em 2009, era apenas 27%. Isso melhorou um pouco. Mas tínhamos e temos hoje algo em torno de 70% de todas as trabalhadoras domésticas sem carteira assinada, deixando claro que o problema aqui não é apenas de custo; é também de compreensão e de estender a todos os trabalhadores brasileiros os mesmos direitos.

Da mesma forma, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que hoje era facultativo, ao promulgar a lei, passa a ser automática a sua obrigação. Ou seja, a Lei nº 8.036, também de 1990, assim determina, e o que vai faltar é uma portaria por parte do Ministério do Trabalho e da Caixa Econômica Federal disciplinando a forma do recolhimento dessas contribuições, e, na verdade, e a forma do recolhimento que hoje já é feito para esses 30% que tem carteira assinada. Ou seja, uma conta individual, identificada pelo CPF da empregada doméstica e ali, todo mês é feito o seu aporte.

Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, entre outros direitos previstos na Constituição, já é válido para aqueles que têm carteira assinada e queremos estender a todos os demais trabalhadores, na proporção em que forem

assinando a sua carteira, convencendo o empregador desses direitos, dessas obrigações.

Irredutibilidade do salário também já é um direito consagrado para aqueles que têm carteira assinada e queremos que seja estendido para os 6 milhões, 653 mil outros trabalhadores domésticos, que, lamentavelmente, não recebem sequer o salário mínimo porque viviam na informalidade.

Garantia de salário nunca inferior ao salário mínimo. Também é uma proteção que o Brasil conquistou ainda nos anos 1980, que o Constituinte de 1988 assim garantiu e que queremos manter e estender para as nossas trabalhadoras domésticas.

Décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria. Também é um direito que já existe para aqueles que têm carteira assinada e queremos, agora, estender para as demais trabalhadoras domésticas para que elas possam ter o mesmo tratamento.

Aqui eu quero chamar a atenção de que boa parte do próprio empregador doméstico que é servidor público ou que é empregado da iniciativa privada tem esse direito assegurado e, nas suas convenções coletivas de trabalho, tem benefícios muito superiores. E nós queremos assegurar, pelo menos, um terço nas férias para as trabalhadoras domésticas, porque, hoje, da forma que elas estão, na informalidade, não têm qualquer direito.

Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno. Também é autoaplicável. O art. 73 da CLT já determina que essa remuneração é 50% superior à hora normal, prorrogável por até duas horas. A grande dificuldade que teremos aqui é exatamente a questão da fiscalização e do controle do trabalho noturno, do adicional de trabalho noturno a que cada um tem direito.

Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei, também é autoaplicável. A lei nº 4.266, de 1963, que instituiu o salário-família, assegura o direito de recebê-lo. Todos aqueles que têm a carteira assinada passam a ter os mesmos benefícios, e é a Previdência Social quem paga esse benefício.

Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos. Todo trabalhador tem o direito de ter o repouso semanal remunerado e a legislação também já prevê esse repouso para aqueles que têm carteira assinada. Queremos agora estendê-lo para os 6 milhões, 653 mil que, lamentavelmente, precisam regularizar os seus direitos.

Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à da hora normal. Esse é um direito que a chamada PEC nº 66, que passa a ser a Emenda Constitucional nº 72, traz e que também é

autoaplicável, já que o art. 59 da CLT assim determina. Basta simplesmente um sistema de controle, que também nesse item vai exigir, na fase primeira, todo um acompanhamento por parte do trabalhador e por parte da empregadora para que a hora extra, como nós chamamos, seja também garantida.

O gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal. Esse é um direito também já reconhecido no art. 7º, que se mantém, e que os trabalhadores que têm carteira assinada no setor doméstico já recebem, mas lamentavelmente para aqueles que estão na informalidade, que é a sua ampla maioria – mais de 70%, volto a dizer –, não está sendo reconhecido por parte dos empregadores domésticos.

Licença-gestante sem prejuízo do emprego e do salário com a duração de 120 dias. Aqui eu quero registrar que uma boa parte das patroas, das empregadoras, já tem seis meses de licença-maternidade para cuidar da sua criança, mas, lamentavelmente, a doméstica que não tem carteira assinada, quando ganha sua criança, muitas vezes sai diretamente da maternidade para a casa da empregadora porque, se não for trabalhar, não tem direito a receber o salário e não tem sequer um dia para dar o peito à sua criança, ao seu filho, um tratamento que nem as escravas, no final do século XIX, tinham no Brasil. Mas, infelizmente, em pleno século XXI, nós temos algo em torno de 70% dessas trabalhadoras domésticas que não têm o seu direito reconhecido, sem que possam dar assistência mínima aos seus filhos, às suas filhas, como é assegurado aos demais trabalhadores.

Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias. Também já é aplicado para aqueles que têm carteira assinada e esperamos que, nesse esforço que a sociedade brasileira está fazendo para reconhecer os direitos trabalhistas da trabalhadora doméstica, possamos assinar a carteira das demais trabalhadoras para também terem direito ao aviso prévio proporcional.

Redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de norma de saúde, higiene e segurança. Esse é um dos itens que vai exigir de todos nós muita atenção, porque o índice de acidentalidade no trabalho da trabalhadora doméstica é muito alto, principalmente no que diz respeito ao índice de deslocamento ou de trajeto, como nós chamamos.

Como essas trabalhadoras domésticas moram longe do seu local de trabalho, deslocam-se, às vezes, a pé, de bicicleta, de moto e de ônibus e terminam sofrendo, nobre Senador Vital do Rêgo, um alto índice de acidentalidade. Como não têm contribuição previdenciária, como não têm o reconhecimento do

vínculo empregatício, essas trabalhadoras não têm qualquer proteção e, muitas vezes, são demitidas e não têm qualquer forma de sobrevivência a não ser os favores da família, de uma entidade de caridade ou de alguém que tenha certa sensibilidade. Com essa PEC e com o reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas, também estamos assegurando a esse segmento.

Aposentadoria. Todos nós sabemos que vamos chegar à terceira idade. Aliás, só não chega à terceira idade aquele que morre cedo, e Deus não nos criou para viver pouco. Por isso, todos nós queremos chegar à terceira idade, quando precisamos de um benefício, que é a aposentadoria.

A aposentadoria para os segurados especiais, o agricultor familiar, o pescador artesanal, o extrativista, o quilombola e os povos indígenas já universalizamos, no ano de 2008, com uma decisão do Congresso Nacional e uma iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na época.

Na área urbana, nós ainda temos um grupo significativo de mulheres que chega aos 60 anos de idade e não têm qualquer proteção previdenciária. Boa parte delas era de trabalhadoras da sua própria casa, chamada dona de casa, de baixa renda ou a trabalhadora doméstica. Em 2011, a Presidenta Dilma criou instrumento para que a dona de casa de baixa renda possa contribuir para a Previdência Social com apenas 5% do salário mínimo e garantindo todos os seus direitos previdenciários; para esses 6 milhões, 653 mil trabalhadoras domésticas, nós precisamos também criar um mecanismo para reduzir a contribuição patronal porque pesa muito, são 12%, além da contribuição de 8% da empregada doméstica.

E precisamos, aqui, ter um olhar todo diferenciado para a diarista, setor que está crescendo muito nas atividades domésticas, e a tendência, a exemplo dos países que se desenvolveram, é também aumentar. E acredito que aqui a melhor saída seria enquadrar ou criar as condições legais para que a diarista seja inscrita como empreendedora individual e com esse procedimento a sua contribuição previdenciária também seria de 5% sobre o salário mínimo e teria todas as garantias e proteções previdenciárias, além da certeza da aposentadoria e também, na prestação de serviço, a emissão do seu recibo, que é a nota fiscal, para a empregadora, para que ela seja protegida de qualquer ação posterior por parte do Fisco.

Aqui, nós vamos precisar de uma iniciativa legislativa, a competência originária é do Poder Executivo, mas também pode a iniciativa ser do próprio Legislativo, no processo articulado, como fizemos com a dona de

casa de baixa renda, ao incluir, junto ao empreendedor individual, o seu direito de contribuir com até 5%.

Essa iniciativa foi das companheiras Deputadas e Senadoras aqui do Congresso Nacional, e em seguida tivemos a sanção presidencial. Portanto aquela iniciativa pode perfeitamente trazer para a diarista uma forma de se criar um mecanismo de proteção.

Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade. Esse é um item que a PEC 66/2012 está trazendo e vai exigir do Poder Executivo e do Poder Legislativo mecanismos para que possamos ofertar a creche para esse setor.

É bom lembrar que a Emenda nº 53, de 2006, já tratou dessa matéria, mas somente com a creche pública, ou seja, a oferta da rede pública de creche até três anos de idade e do ensino infantil, de quatro a cinco anos de idade, vamos cumprir essa determinação constitucional.

E, para isso, o Governo Federal autorizou a construção de seis mil creches: parte delas já foi feita, mas uma parcela ainda está pendente, principalmente por conta da falta de terrenos a serem doados pelos Municípios. E precisamos, nesse item, juntamente com o Plano Nacional de Educação, o nosso PNE, criar condições objetivas para que, efetivamente, essas trabalhadoras possam ter a sua proteção.

Quero também registrar que estamos assistindo a um conjunto de projetos de lei que estão sendo apresentados ao Congresso Nacional como forma de fazer uma adequação e reduzir a carga tributária sobre o empregador doméstico. Cada matéria dessas precisamos analisar com muita atenção, porque parte delas, ao isentar da sua contribuição, pode diminuir o repasse do FPE – Fundo de Participação dos Estados e do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, o que traria uma diminuição das receitas do Pacto Federativo, que já é objeto de grande preocupação.

Por isso, Sr. Presidente, quero saudar os nossos Congressistas da Câmara e do Senado pela aprovação da chamada PEC nº 66, de 2012, que será objeto da Emenda à Constituição nº 72, a ser sancionada amanhã, terça-feira, a partir das 18 horas. E, ao mesmo tempo, nós devemos iniciar toda uma articulação política junto ao Ministério da Previdência, ao Ministério do Trabalho para que aqueles itens que precisam ser alterados, que precisam ser modificados o sejam no menor tempo possível e para que, efetivamente, essa emenda à Constituição possa vir a beneficiar 6,653 milhões de trabalhadoras domésticas que havia em 2011, ano base de todo o estudo feito para a PEC nº 66, e também trazer igualdade de tratamento para todos os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Pimentel, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero, primeiro, cumprimentar V. Exª por vir à tribuna falar de um tema tão importante que está tendo, sem sombra de dúvida, uma grande repercussão em todo o País. Agora mesmo, em uma conversa – V. Exª esteve lá – com o Líder Walter Pinheiro, Relator do FPE, ele dizia que a Presidenta faz questão, embora esteja no Nordeste amanhã, de acompanhar a promulgação da PEC da empregada doméstica. Quero dizer que V. Exª tem toda razão quando pede que agilizemos os projetos em pauta para garantir a aplicação plena. O Senador Requião é autor de um projeto que garante direitos para o empregador doméstico em relação à empregada e pediu que eu assumisse a relatoria. O Senador Vital do Rêgo assim encaminhou, e também Waldemir Moka, de forma tal que eu seria o relator desse projeto. E há outro projeto – permita-me ainda dizer –, de nossa autoria, que foi aprovado aqui no Senado e está na Câmara, que, simplesmente, simplifica a burocracia para as contribuições do empregador em relação ao doméstico. Esse só diminui a burocracia.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mas o projeto do Senador Requião vai bem além. Então, meus cumprimentos a V. Exª e ao Senador Requião pela iniciativa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Paim, quero parabenizar V. Exª por, ao longo da sua vida parlamentar, seja na Câmara Federal – quando eu ali cheguei, em 1995, V. Exª já estava –, seja aqui no Senado Federal, estar sempre voltado para esses temas, ao lado de uma série de outros Senadores e Senadoras que também trabalham a importância e a necessidade de incluir todos esses trabalhadores domésticos nos mesmos direitos dos demais trabalhadores.

Acredito que poderíamos, com a anuência do nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Vital do Rêgo, fazer um levantamento de todos os projetos que estão tramitando na Casa e fazer um substitutivo global, de maneira que nós pudéssemos consolidar os vários direitos que a chamada PEC 66, de 2012, prevê e que carecem de regulamentação.

Eu queria ficar à disposição do nosso Senador Vital do Rêgo, se V. Exª assim acordar, para ajudar nesse trabalho.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senador Pimentel, primeiro, quero cumprimentar V. Exª por estar trazendo à tribuna uma verdadeira radiografia da meritória ação do Congresso Nacional, quando, em tempo oportuno, equilibrou, de forma já tardia, os di-

reitos dos trabalhadores domésticos. Mas V. Ex^a trouxe preocupações evidentes, como, ao meu lado, o Senador Requião, ao apresentar projeto de lei socorrendo uma dessas preocupações, e também o Senador Paim, que, há pouco, se manifestava. Na semana passada, já determinávamos à Secretaria da Comissão de Justiça que fizesse um levantamento, nessa área...

(Soa a campanha.)

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – ... de todos os projetos relativos à matéria, para que possamos entregá-lo na mão de um relator – e V. Ex^a poderá, efetivamente, nos honrar com essas atribuições – e oferecer, em tempo razoável e de forma oportuna, diversos diplomas legais, de forma ordinária, a fim de, concorrente com a promulgação da PEC, darmos a trabalhadores e empregadores tranquilidade na acomodação do mercado, o que efetivamente vai acontecer. E V. Ex^a falou sobre isso com muita propriedade. Temos que dissipar todas as dúvidas. A imprensa tem contribuído de forma muito forte, quando relata as dúvidas de donas de casa, de trabalhadores nessa área, e nós que temos a obrigação de legislar devemos fazê-lo de forma prudente, mas dentro de um prazo que não permita que essas dúvidas se avolumem ou que o Poder Judiciário volte a fazer o papel do Poder Legislativo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Vital do Rêgo, para nós, não é nenhuma surpresa a sua agilidade na condução desses trabalhos, até porque conheço V. Ex^a – seja da Câmara Federal, seja do Senado – e a forma como tem conduzido as várias tarefas que assume. Essa iniciativa de juntar, de apensar todas as matérias numa única iniciativa legislativa, além de agilizar, de acelerar o processo, também evita a aprovação de matérias contraditórias.

Por isso, quero me somar ao grupo para que possamos criar um ambiente que permita aprovar, no menor tempo possível, no Senado e, depois, na Câmara, essa matéria, chamando a atenção para a questão das diaristas.

Tenho uma leitura de que a tendência da diarista é aumentar, significativamente, no Brasil. E nós temos uma legislação que considera diarista quem trabalha até duas vezes por semana. Aqui, talvez, fosse melhor adequar, elevando para três vezes por semana, para melhor atender, e, ao mesmo tempo, alterar a Lei do Empreendedor Individual, para se inscrever como empreendedora individual que é. A partir dali, ela tem uma redução...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ... significativa da sua carga tributária, está isenta de todas as contribuições patronais, contribui com 5% sobre o salário mínimo e com R\$5,00 a título do ISS, porque

é prestadora de serviços e passa a estar totalmente regularizada.

Acho que é um tema que poderíamos olhar nesse conjunto de iniciativas que V. Ex^a está apresentando.

Portanto, quero parabenizá-lo, mais uma vez; parabenizar o Senador Paulo Paim pelas várias iniciativas que tem, e dizer, Sr. Presidente, que amanhã o Congresso Nacional terá um dia de muito resultado para a sociedade brasileira ao promulgar a Emenda à Constituição nº 66, que passará a ser a nº 72, após a sua promulgação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Líder no Congresso, Senador Pimentel.

Devo dizer, inclusive, que já confirmei a minha presença na solenidade amanhã, salvo engano às 18h. É mérito do Parlamento a realização dessa solenidade, que é fruto de uma decisão das comissões e do Plenário desta Casa, reconhecendo a importância das conquistas para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos.

Estão, aqui na frente, como oradores inscritos, três colegas. O Senador Vital do Rêgo pediu para fazer uma permuta com a Senadora Angela Portela por ter uma audiência. Logo em seguida, pode ser o Senador Requião e, depois, a Senadora Ana Amélia. Pode ser?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ficamos assim acordados: Requião, eu e Ana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Concordo com V. Ex^a, Senador Vital. O Senador Requião é um dos proprietários dessa tribuna, pelas qualidades que carrega consigo.

V. Ex^a tem, como a sessão está mais tranquila hoje, o tempo regimental de 20 minutos, prorrogável.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, venho à tribuna com uma grande preocupação. Ontem, acessando a Internet, eu assisti a uma pregação do Pastor Feliciano numa igreja de Minas Gerais, em que ele afirmava que, antes de ele ser o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, esta Comissão estava tomada pelo coxo, pelo torto, pelo cão, pelo capiroto, pelo satanás. Fiquei impressionado!

E, se realmente existe o tal do capiroto, Senadores, se realmente existe, ele anda possuindo mesmo é a nossa gloriosa e nunca suficientemente louvada, exaltada, enaltecida, aclamada e entoada mídia, que continua a cumprir, com zelo – talvez sob a inspiração do capiroto, se é que ele existe –, maestria e muito proveito, seu papel de liderança e guia da oposição, como aquela senhora que dirigia a Associação Nacio-

nal dos Jornais, superintendia a *Folha de S. Paulo* e proclamava com a desenvoltura e a plasticidade dos que sabem o que dizem e querem.

Pois bem. Cumprindo essa missão, a mídia – influenciada ou não pelo capiroto, quer ele exista ou não – foi atrás das viagens do ex-Presidente Lula depois de melindrar-se com a viagem da Presidente Dilma ao Vaticano para a entronização do Papa Francisco.

Mas há os escândalos reais, verdadeiros que envolvem, por exemplo, os leilões da Agência Nacional do Petróleo; as concessões sem precedentes às empresas de telefonia; a monumental *pizza* que foi a CPI do Cachoeira, que nos impediu de lançar uma réstia de luz, uma réstia que fosse sobre o tenebroso mundo das empreiteiras; a privatização dos portos, tão radical que embaraçaria Reagan, Thatcher e Yeltsin. Desses escândalos, desses atentados brutais à soberania brasileira, disse a mídia e seu braço parlamentar não querem saber. Eles querem saber das viagens do Lula e eles querem saber da viagem da Dilma ao Vaticano.

Sendo assim, eu também vou falar das viagens do ex-Presidente Lula. E, para isso, socorro-me de um texto de Hugo Carvalho, que recolhi no sítio do jornalista Luis Nassif.

O título do texto, que é um artigo, é o seguinte: “As viagens de Fernando Henrique Cardoso e Lula e a escandalização seletiva.”

Diz o autor – abre aspas:

Um ex-presidente brasileiro está rodando o mundo, em viagens patrocinadas por empresas e corporações que cresceram e ganharam muito dinheiro em seu período de governo. Nestas viagens, a presença do ex-presidente ajuda as empresas patrocinadoras a captar investimentos e ganhar mercados.

As empresas amigas também patrocinam palestras deste líder político no Brasil e contribuem com fundos milionários para o Instituto que leva o seu nome e destina-se a preservar a sua memória.

Coisa terrível, não é, Senador Viana?

Se este ex-Presidente se chamasse Luiz Inácio, suas atividades no exterior seriam manchete da Folha de S. Paulo, colocando-o sob suspeita de atuar como lobista de empresas sujas. Mas estamos falando de Fernando Henrique Cardoso, que também viaja fazendo palestras, a convite de empresas, ONGs e instituições diversas. A diferença mais notável entre eles (há muitas outras) [mas a mais notável] é que Fernando Henrique Cardoso vai lá fora para falar mal do Brasil.

Nas asas do Itaú, seu patrocinador master, Fernando Henrique esteve no Paraguai em 2010, no dia em que o banco inaugurou a operação para tomar o mercado no país vizinho.

O Itaú também o levou a Doha e aos Emirados Árabes ano passado, como informou a imprensa financeira, com a intenção de morder parte dos US\$100 milhões que o Barwa Bank tem para investir no mercado imobiliário brasileiro. Itaú, Unibanco and Fernando Henrique Cardoso visiting Qatar and the UAE

A Folha estava lá (mas não diz quem pagou a viagem da colunista Maria Cristina Frias). “Fernando Henrique Cardoso vai ao Oriente Médio com o Itaú para atrair investimento”, ela escreveu. Escreveu exatamente isso. Zero de suspeição ou malícia. O jornal não se preocupou em saber se a embaixada brasileira alugou impressoras para apoiar o ex-Presidente em sua missão, mas registrou direitinho o que ele disse lá sobre o Governo brasileiro atual: “Corrupção cresceu em relação a meu governo, diz Fernando Henrique Cardoso”. Com esse papo, o ex deve ter atraído investimentos para o Chile. [Não, seguramente, para o Brasil.]

Fernando Henrique Cardoso também falou mal do Brasil quando foi à China, em maio passado, de novo pelas asas do Itaú (nem parece que é um banco, deve ser uma agência de viagens). Reclamou do ajuste do câmbio, da falta de planejamento, e fez o comercial do patrocinador: “Baixar a taxa de juros (no Brasil) é importante, mas tem que olhar as consequências” [– fecha aspas –, ele disse [exatamente] isso aos chineses. O Estadão resumiu no título a visão de Brasil que Fernando Henrique passou em Pequim: “Não se pode crescer a qualquer a custo, diz Fernando Henrique Cardoso”.

Em novembro do ano passado, a casa americana JP Morgan pagou Fernando Henrique Cardoso para falar do Brasil sem sair de casa: “O Brasil está pagando o preço por não ter dado continuidade aos avanços implementados” [– entre aspas –, ele disse, numa palestra para investidores estrangeiros em São Paulo.

Na edição deste sábado, a Folha sugere ao Ministério Público que promova uma ação para alguém devolver “gastos indevidos” com horas extras de motoristas e deslocamento de funcionários, nas embaixadas por onde Lula passou. Mas não se comove com o fato de a estatal paulista Sabesp ter pingado R\$500 mil

na caixinha do Instituto FHC (ah, se fosse o Visanet...).

O que estaria dizendo em voz alta e com aquela sua firmeza característica, o Joaquim Barbosa?

Fernando Henrique ainda era presidente da República, em 2002, quando chamou ao Palácio da Alvorada os donos de meia dúzia de empresas para alavancar o instituto que ainda iria criar: Odebrecht, Camargo Corrêa, Bradesco, Itaú, CSN, Klabin e Suzano. A elas se juntaria a Ambev. Juntas, pingaram 7 milhões no chapéu de FHC. Mas foi o Tesouro que pagou o jantar, descrito em detalhes nesta reportagem da revista Época.

Todos à mesa eram gratos à Fernando Henrique pelo Plano Real e não se duvide de que alguns tenham coçado o bolso por idealismo. [Acredito que até isso poderia ter acontecido.] Mas, se a Folha utilizasse o mesmo relho com que trata Lula, teria registrado que o Itaú e o Bradesco eram gratos pela maior taxa de juros do mundo, [que passou a ser recorde no livro Guinness]; a Ambev deve seu monopólio ao Cade dos tucanos; a CSN é a primogênita da privataria e quase todos ali deviam algum ao BNDES.

FHC e seu instituto prosperaram. No primeiro ano como ex-Presidente, ele faturou R\$3 milhões em palestras [abre aspas] ("o critério é cobrar metade do que cobra o Bill Clinton", explicou, modestamente, um assessor de Fernando Henrique Cardoso). A primeira palestra, de US\$150 mil de cachê, que serviu de parâmetro para as demais, foi bancada pela Ambev. [Valia muitas cervejas.] O Instituto Fernando Henrique Cardoso já tinha R\$15 milhões em caixa e planejava gastar o dobro disso nas instalações.

O Instituto Fernando Henrique Cardoso abriga o projeto Memória das Telecomunicações (esqueçam o que ele escreveu, mas não esqueçam nunca o que ele privatizou), patrocinado, naturalmente, pela Telefônica de Espanha.

Todas as empresas citadas neste relato são anunciantes da Folha de S.Paulo e estão acima de qualquer suspeita enquanto anunciantes. Apodrecem, aos olhos do jornal, quando se aproximam de Lula. [Lula não pode. A Fernando Henrique tudo é permitido.]

Eis aí o segundo recado da série de manchetes: afastem-se dele os homens de bem. O primeiro recado, está claro, é: mãos ao alto, Lula!

A Folha também se considera acima de qualquer suspeita. Só não consegue mais disfarçar o ódio pessoal que move sua campanha contra o ex-Presidente Lula.

Fecham-se as aspas da citação.

A *Folha de S.Paulo*, como sabemos, é o mais provinciano dos jornalões brasileiros. Provinciano, Senador Vital, e tipicamente pequeno burguês, com aqueles tiques próprios dessa classe que revelam preconceito, despeito, inveja e tacanhice. E uma nada desprezível dose de sordidez, de torpeza, como comprova o caso da publicação da ficha policial, fraudada, da então candidata Dilma Rousseff.

Matriz, nutriente e propagadora desses sentimentos, a *Folha* revela, mais uma vez, seu lado sombrio. Do sociólogo que se diz poliglota, perdoa tudo. Afinal, trata-se de um puro exemplar da casa grande, embora com um pé na cozinha, como ele, querendo ser engraçado, disse.

Agora, o pau de arara, egresso da senzala, não tem perdão. Ora, que ousadia, viajar o mundo com a pretensão de representar o Brasil! Abespinham-se os antigos donos da rodoviária de São Paulo.

Esse ressentimento tem outro motivo. O pau de arara, o torneiro mecânico que cruza os oceanos e é extraordinariamente bem recebido aonde quer que desembarque, é também o responsável por outro tormento: o acesso dos mais pobres às viagens aéreas. Nas salas de embarque, dentro dos aviões, essa gente é um incômodo que provoca urticária nos enfatuados pequeno-burgueses e faz empinar o nariz da nova aristocracia, assim nobilitada pela frequência com que aparece nas colunas sociais; pois, acreditem, os nossos jornalões ainda têm, Senador Ferraço, colunas sociais. Eles ainda dão uma ênfase e uma importância enorme para as colunas sociais, dos endinheirados, dos que saíram da casa grande, do que têm receio e medo da senzala. Aquele medo conhecido: o medo dos que não dormem que têm pelos que não comem; os que não comem porque não têm o que comer e os que não dormem seguramente pelo medo que têm dos que não comem.

Assim, quando reclama das viagens de Lula, no fundo, a *Folha* está deplorando o aborrecimento do acesso dos pobres às viagens aéreas. Ela gostaria que uns e outros ficassem em terra, ocupando "os seus lugares".

Imagina agora com esta brutalidade que o Congresso aprontou, trazendo para a legislação trabalhista todos os direitos das empregadas domésticas. A *Folha de S.Paulo* tem mais com se preocupar!

Contam – mais de uma testemunha relata – que, em um encontro na *Folha*, a convite de Otávio, o Otá-

vio pai, o filho, dito Otavinho, que agora comanda o jornal, apostrofou com indelicadeza e arrogância o então candidato Lula. Abre aspas: “Como é que você quer ser presidente se não sabe falar inglês”, teria dito o júnior, o Otavinho.

Acho que é por aí: Fernando Henrique pode viajar patrocinado por quem quer que seja, pois a *Folha* acredita que ele fale inglês. E o Lula, Senador Viana, todos nós sabemos, de inglês, não diz, não fala, não sabe pronunciar uma única palavra que seja.

Obrigado pelo tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Requião, inclusive, semana passada, tomei liberdade de citar comentários que V. Ex^a fez numa das comissões, quando fez um discurso referente às viagens do Presidente Lula. Mas foi nesse sentido de chamar a atenção para a importância delas, especialmente a que a Presidenta Dilma fez. E eu aqui, num pronunciamento, registrava a necessidade de se separar os três ou quatro Ministros que tinham com ela daqueles que lhe dão segurança.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, trago hoje a preocupante situação da segurança pública no País.

Os dados estatísticos coletados e divulgados pelos órgãos de segurança pública e os estudos já realizados revelam as altas taxas de crimes letais e intencionais no Brasil.

Mostram, ainda, que, além das diferenças regionais, sociais, políticas, econômicas e conjunturais, que são condições que influenciam uma maior ou menor taxa de crimes violentos, dois fatores também interferem no aumento da criminalidade: a impunidade e a falta de sinergia entre os diversos órgãos responsáveis pela justiça e pela segurança pública.

Recebi, recentemente, Sr. Presidente, em meu gabinete, o *Relatório Nacional da Execução das Metas Judiciais 3 e 4* do Conselho Nacional de Justiça, enviado pelo Conselheiro Bruno Dantas, que, de forma estruturada e sistematizada, apresenta os resultados da mobilização de todos os tribunais de justiça do País, para o cumprimento das metas do Grupo de Perseguição Penal da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública.

O CNJ, dentro da sua missão declarada de contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade, estabeleceu, há algum tempo, um ambicioso conjunto de metas para as diversas fases

do Poder Judiciário. As metas 3 e 4 dizem respeito à ação penal. São destinadas a combater a demora no julgamento de processos de homicídios e permitir um profundo diagnóstico da quantidade de ações penais referentes a crimes dolosos contra a vida, que tramitam no Brasil há mais de cinco anos.

Já aponte aqui, em alguns outros pronunciamentos, a minha preocupação com o aumento de casos de homicídios no País, especialmente na minha amada Paraíba. Trago uma breve coletânea de informações da mídia dessa semana passada, semana dedicada a ações litúrgicas, Semana Santa, e vi que a escalada de violência em João Pessoa foi dramática. De sexta-feira para cá, 26 assassinatos – de sexta-feira para cá, Senador Requião, de sexta-feira para cá! –, 25 tentativas de homicídio, 11 esfaqueados e 13 espancamentos. Detalhe: ninguém foi preso, ninguém foi preso.

Outra informação: duas capitais brasileiras na lista das dez cidades mais violentas do mundo: João Pessoa, no décimo lugar desse *ranking*, e Maceió, como a sexta. Ambas nordestinas.

É lamentável que essa escalada de violência no Nordeste já esteja tomando as redes mundiais de informação, e este dado foi postado na CNN esta semana: “Procurador do Estado sofre seqüestro relâmpago na porta de casa. O Procurador Luiz Gonzaga de Carvalho, 76 anos, vítima de um sequestro relâmpago, graças a Deus, já está em companhia de familiares.”

“João Pessoa é a décima cidade mais violenta do mundo” – a lista tem cidades em Honduras; no México; na Venezuela; em Honduras; no México; Maceió; Cali, na Colômbia; cidades no México; na Venezuela; e, aí, João Pessoa. Lamentável.

“Semana Santa: sobe para 25 o número de pessoas assassinadas na capital”. E por aí.

São notícias que, lamentavelmente, eu não gostaria de trazer na tarde de hoje, mas mostram, efetivamente, a demora na tramitação processual penal, na persecução penal.

Por isso, eu louvo a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e o trabalho do Conselheiro Bruno Dantas e de todo o Conselho, em relação ao relatório – e o Jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe esse relatório e, do jornal, saiu esta análise, Sr. Presidente –, para que façamos esse movimento não apenas dentro do Poder Judiciário, mas no Poder Executivo e no Poder Legislativo, com uma nova seleção de prioridades. O Brasil precisa, efetivamente, acordar para essa escalada brutal de violência incontrolável que toma conta das nossas cidades.

A demora na tramitação de processos gera na população uma sensação de impunidade, pois ela acaba concluindo que a atividade de segurança pública

não consegue evitar o crime e não consegue garantir a punição àqueles que cometem atos tão odiosos.

Para combater essa impunidade, o CNJ estabeleceu, para o ano passado, metas de “alcançar e superar a fase de pronúncia em todas as ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 31 de dezembro de 2008 (Meta 3) e julgar as ações penais relativas a homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007 (Meta 4)”.

Infelizmente, as metas não foram cumpridas. Com relação à meta de julgamento, por exemplo, o ponto de partida foi a existência de 25,9 mil, quase 26 mil, ações de homicídio doloso devidamente instruídas, desde 2007. Dessas, quase 15 mil ações foram julgadas dentro do prazo, pouco mais de 57%.

Nas 27 unidades da Federação, a meta foi cumprida apenas em Sergipe; o Distrito Federal chegou perto e o Amapá completando o trio de destaques positivos.

Na meta da superação da fase de pronúncia, das 41 mil ações penais de homicídio ajuizadas até o final de 2008, 25 mil sequer chegaram à fase de pronúncia, por variadas falhas de instrução ou simples congestionamento da pauta dos tribunais, correndo sério risco de prescreverem – o coroamento absoluto da impunidade o instituto da prescrição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a vida humana não se brinca. Precisamos agir com mais intensidade na solução desses problemas.

Parte dessa solução está no Legislativo, a quem cabe formar a legislação de forma a dar mais celeridade ao cumprimento da lei.

Nos cabe, também, garantir, por intermédio da elaboração e do cumprimento da peça orçamentária, que não falte estrutura e pessoal qualificado no Poder Judiciário.

Cabe ao CNJ, e ele está claramente vigilante, o trabalho de esmiuçar o funcionamento interno do Judiciário, punindo e corrigindo desvios, aparelhamentos, zonas opacas e mazelas que ainda possam grassar naquele poder.

Eu queria parabenizar o Consultor Bruno Dantas, Consultor Legislativo do Senado, indicado inclusive por nós para compor o CNJ, o qual demonstrou condução firme, sob sua responsabilidade, desse relatório. É uma marca importante, Sr. Presidente, do que precisamos agir.

E esta reflexão final eu deixo para os senhores: como pensar em segurança pública se os Poderes estão tão diversos, tão distintos, nas suas execuções de tarefas respectivas?

Lembro que na Paraíba, por exemplo, não há nenhum projeto que alcance frear, minimizar esses números aterradores. De sexta para cá, foram 26 as-

sassinatos; ninguém foi preso. É um drama por que passa o meu Estado. Não há nenhuma política de segurança pública no Estado, como, decerto, em outros tantos Estados da Federação.

É o Executivo divorciado de ações do próprio Poder Judiciário. E o relatório está claro: é a inobservância das metas 3 e 4 de um relatório que, efetivamente, nos deixa preocupadíssimos, porque a grande chaga que alimenta a insegurança é a impunidade.

Nós estamos, Senadores Ataídes e Jorge Viana, preparando a nossa parte no Senado. Estamos com o Código Penal, uma obra belíssima, mas de 1940 – e V. Ex^a faz parte, é um entusiasta dessa matéria. Este discurso, este pronunciamento, este desabafo, esta reflexão serve também para nós, do Senado, acelerarmos a nossa tarefa de entregarmos rapidamente à sociedade um Código Penal discutido, mas com avanços que precisam ser postos em prática. Há um sentimento de profunda depressão que a impunidade gera: a falta de capacidade do Estado de combater essa escalada de violência.

Eu fico muito vitimado por tudo isso, Sr. Presidente. A Comissão de Segurança Pública se instalará na próxima quarta-feira, por ocasião da sessão ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Depois, nós teremos a comissão que cuida especificamente dessa matéria no Código Penal.

O Senador Pedro Taques, Relator do Código Penal, deverá já aprontar, neste mês, as audiências públicas. Nós haveremos de fazer, pelo menos, seis audiências públicas nos Estados, discutindo o Código Penal, os avanços necessários à atualização desse diploma legal tão importante para o País. Mas é necessário colocar a segurança pública na pauta do debate nacional. É necessário colocar a segurança pública neste momento em que vejo, por exemplo, esses números da Paraíba pouco comentados, inclusive no meu Estado, e o Poder Executivo distante de providências.

É lamentável, Sr. Presidente, mas eu quero, ao final, enaltecer o CNJ, enaltecer as providências tomadas a partir deste relatório do Conselheiro Bruno, repito, Conselheiro egresso dos quadros da nossa Consultoria do Senado, egresso dos nossos quadros, que mostrou claramente a preocupação, dentro do Poder Judiciário, de atacar este problema. As metas de pronúncia e as metas de julgamento não foram cumpridas, mas, pelo menos, expõem-se à opinião pública as deficiências dentro do Poder Judiciário, que também não cumpre com as suas tarefas, quando, em 2008 e 2007, precisava pronunciar-se e concluir ações de homicídios contra a vida.

Lamentavelmente, o bem supremo, que é o bem da vida, no momento em que nós saímos de uma semana dedicada a reflexões sobre a vida d'Aquele que

entregou a sua vida para resgatar a nossa vida, nós tenhamos números tão estarrecedores. É a vida de Deus, é a vida do Deus imolado, do Deus que faz vivo na vida de todos nós, sendo hoje muito pouco valorizada, entregue à própria sorte, nesse desequilíbrio social entre bandidos, muito mais bem armados do que nós, Estado, para combatê-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo, que preside a Comissão de Constituição e Justiça, ainda e tão próximo de uma data tão importante e simbólica para os cristãos, que é a Semana Santa, para a família, V. Ex^a traz dados, números, que, presidindo a sessão, não tenho receio de usar, que envergonham o nosso País, que são os números da violência, dos homicídios, presentes nas cidades e em todos os Estados.

Entendo que, falando sobre esses números, mostrando a gravidade deles, vamos conseguir reunir forças para superarmos uma situação tão delicada.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Ana Amélia.

Peço licença só para ler um requerimento que está sobre a mesa, inclusive de minha autoria:

Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ramiro Marcelo, na manhã desta segunda-feira, 1º de abril, em Rio Branco.

Requeiro, nos termos regimentais, e de acordo com as tradições da Casa, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ramiro Marcelo no dia de hoje, por volta das 9h30m. O jornalista e diagramador Ramiro Marcelo fazia tratamento contra um câncer desde 2011 e, hoje, não resistiu a mais uma das suas internações. Funcionário do jornal *A Gazeta* por 19 anos, atuou como diagramador e repórter esportivo. O jornalista, que faria 42 anos agora, no mês de abril, foi também um dos fundadores e Presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Acre. Em reconhecimento ao trabalho desse talentoso cronista que tão bem honrou a imprensa acreana, requeiro que sejam prestadas as homenagens de inserção em ata de voto de pesar, bem como a apresentação de condolências à família e ao jornal *A Gazeta*.

Sala das sessões, 1º de abril de 2013. Senador Jorge Viana.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO

Nº 228, DE 2013

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Ramiro Marcelo na manhã desta segunda-feira, 1º de abril de 2013.

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Ramiro Marcelo, no dia de hoje, por volta de 9h30.

O jornalista e diagramador Ramiro Marcelo fazia tratamento contra um câncer na cabeça desde o final de 2011, e chegou a ser submetido a cirurgias. Nas últimas duas semanas apresentou piora no quadro e teve que ficar internado por cerca de 10 dias. Já havia recebido alta, mas na noite deste domingo foi levado de emergência para o Hospital das Clínicas/Unacom, quando seu estado de saúde se agravou.

Funcionário do jornal *A Gazeta*, há mais de 19 anos onde atuou como diagramador e repórter esportivo, o jornalista que faria 42 anos agora no mês de abril, foi também um dos fundadores e presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Acre (ACEA). Era um dos suplentes do Departamento Cultural do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Acre (SINJAC).

Em reconhecimento aos trabalhos desse talentoso cronista, que tão bem honrou a imprensa acreana, requeiro que sejam prestadas as homenagens de inserção em ata de voto de pesar, bem como a apresentação de condolências à família e ao jornal *A Gazeta*.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2013. – Senador **Jorge Viana**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Requeiro e sei que faço isso em nome de todos os que militam na imprensa acreana e que lamentam tamanha perda: perdeu a vida com 42 anos o jornalista Ramiro Marcelo.

A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, pelo tempo regimental de 20 minutos.

Passo a presidência dos trabalhos para o nobre Senador Ataídes.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Jorge Viana, Sr^s e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, eu queria endossar, Senador Jorge Viana, o pesar pelo falecimento desse colega no seu Estado.

Aproveito também para desejar recuperação a um colega jornalista, David Coimbra, que é um colunista, um comentarista jovem que está atravessando um problema sério de doença. Contraiu um câncer. Ele até escreveu uma crônica “Meu Câncer”, forma que, corajosamente esse jovem de pouco mais de 50 anos, David Coimbra, encontrou para superar esse que – eu disse a ele em uma mensagem – é o maior desafio que ele tem na vida dele. Esperamos que ele também se recupere.

Aproveito também, Senador, para expressar à família do Senador, nosso colega, Ciro Nogueira, os pêsames pelo falecimento do pai dele, que estava também enfrentando um problema grave de doença e faleceu. Então, o pesar à família do Senador Ciro Nogueira, que é do meu partido, do Piauí.

Nós estamos concentrados, nesta semana, em temas muito relevantes, Senador Ataídes Oliveira: não só amanhã a promulgação da emenda constitucional que restitui direitos aos empregados e empregadas domésticas, mas também a discussão de questões que dizem respeito à repartição do dinheiro entre os entes federativos, no caso os Estados e Municípios.

Especialmente no caso do FPE, a Relatoria do Senador Walter Pinheiro é de uma matéria que impacta diretamente sobre as finanças públicas, em particular dos Estados.

Imaginem, Senador Ataídes, demais Senadores, considerar que o meu Estado, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, o nosso Rio Grande, que acumula uma dívida superior a R\$40 bilhões, tenha preocupação especial com esta matéria.

Por isso, o Governador do nosso Estado, Tarso Genro, o Secretário Odir Tonollier, junto com assessorias da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, os três Senadores, Pedro Simon, Paulo Paim e eu estivemos, agora há pouco, no gabinete da Liderança do PT, com o Senador Walter Pinheiro, que é o relator do substitutivo de oito projetos que tratam da questão relacionada ao FPE, para discutir uma forma que não penalize um Estado como o Rio Grande do Sul, que já tem sérias dificuldades financeiras.

No atual modelo proposto pelo Senador Walter Pinheiro, o Rio Grande do Sul perderia, a partir de 2017, quase R\$500 milhões em receita do FPE. Em dez anos, essa redução, pela estimativa que se faz no Fundo, poderá chegar a uma queda de 30%. Neste ano, devem chegar ao meu Estado, que é o Estado também do Senador Paim e do Senador Simon, R\$1,6 bilhão referentes à parcela do FPE. Dos R\$70 bilhões previstos para esse Fundo, o Rio Grande do Sul recebe atualmente 2,35%. Em 2017, a parcela do Estado deverá cair, mantido o substitutivo do Senador Walter

Pinheiro, para 1,73%. São ajustes que precisam ser considerados para alcançarmos um modelo equilibrado de repasse de recursos federais, ou seja, da União para Estados e Municípios.

Sabemos da importância do Congresso Nacional para mudanças significativas no País. Aliás, entre outras mudanças que esta Casa, o Congresso Nacional, teve para mudar o curso da história está o fim do regime militar como um fator que teve grande participação do Congresso, não só do Senado, mas também da Câmara, como bem destacou o economista e ex-ministro Mailson da Nóbrega, num artigo publicado, neste fim de semana, na revista *Veja*, com o título “Desperta, Congresso”.

Na avaliação de Mailson da Nóbrega, especialista em contas públicas, o Congresso precisa liderar um processo de construção institucional para evitar os desperdícios pelo Executivo e a má alocação dos recursos que deveriam ser reinvestidos em serviços de qualidade para a sociedade.

Os subsídios do Governo Federal não podem ser concedidos sem a prévia autorização desta Casa. A dívida federal vem crescendo e as metas fiscais estão sendo descumpridas sem a consulta do Parlamento. A situação é grave e extremamente preocupante.

Aliás, Senador Presidente desta sessão, eu gostaria que fosse transcrito, integralmente, o artigo “Desperta, Congresso”, que está na revista *Veja* desta semana, na página 30.

E tomo a liberdade de ler alguns itens deste artigo:

O Congresso brasileiro é herdeiro [de uma tradição dos países ibéricos]. Aqui, o agente reformador foi o Executivo. O Legislativo teve participação secundária ou nula na modernização das finanças públicas, principalmente nas ações que desaguarão na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) 2000.

Novos avanços [escreveu ele] e a preservação das conquistas dependem, por isso, do compromisso do governo com sadios princípios fiscais. Nos últimos dois anos, o que se tem visto é o desmonte das instituições fiscais, sob a complacência do Congresso. O Executivo expande a seu bel-prazer a dívida federal para suprir de recursos bancos federais. Usa contabilidade criativa para fazer crer que cumpriu metas fiscais. Anuncia, sem consulta ao Congresso, que transferirá recursos do Tesouro para empresas de energia elétrica e ferrovias. Está em curso a criação de um novo banco, disfarçado de fundo, pelo qual o Tesouro aportará recursos à vontade a bancos privados para que financiem a infraestrutura.

O Congresso precisa, pois [escreveu Mailson da Nóbrega], assumir suas relevantes prerrogativas. Cumpre-lhe liderar, pela primeira vez, um processo de construção institucional para coibir práticas do Executivo que geram desperdícios e má alocação dos recursos da sociedade. A Câmara e o Senado dispõem de pessoal altamente qualificado para auxiliar na tarefa. O Congresso poderia começar questionando subsídios concedidos sem prévia autorização legislativa [é o caso do IPI, por exemplo, agora prorrogado]; outra ideia é debruçar-se sobre o já existente projeto de nova lei orçamentária, que teria importância semelhante à da LRF. Os ganhos seriam enormes. [E ele indaga] Isso vai acontecer?

Claro, vai depender muito de todos nós nesta Casa.

Então eu queria solicitar a transcrição da íntegra desse artigo.

Para exemplificar o que vem sendo dito, inclusive por Mailson da Nóbrega, basta verificar a situação de muitas prefeituras do nosso País. O jornal *Estado de Minas*, por exemplo, traz hoje a situação dos maiores Municípios do interior mineiro como Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Montes Claros, Betim e Contagem. Passados três meses desde a posse dos prefeitos, as atuais administrações têm se virado como podem para tentar pôr as finanças municipais em ordem devido aos débitos milionários herdados dos antecessores.

Mas não é só isso. No meu Estado, por exemplo, caso de Gramado, que é um Município importante, um grande centro turístico, a perda de receita provocada pela redução do recurso do IPI, agora prorrogado para automóveis, foi de R\$1 milhão no mês do ano em que estava para ser encerrada a conta. É impossível fechar a conta assim, Senador Ataídes Oliveira; e isso acontece com a maioria dos prefeitos que tiveram essa redução da sua receita provocada unilateralmente pela União.

Vale ressaltar e reforçar que muitos desses débitos têm origem na União, detentora da maior fatia do bolo tributário, com 60% dos recursos.

Por causa da queda dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por exemplo, muitas prefeituras estão sem fôlego financeiro. Cumprir as obrigações financeiras virou um enorme desafio para prefeitos em vários cantos do nosso Brasil.

Alguns setores da sociedade já perceberam esse descompasso. Pesquisa recente da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), feita com base em dados de 127 organizações, mostra que 71% dos entrevistados consideram que o Governo Federal, a exemplo dos anteriores, não se empenha para reduzir os chama-

dos custos sistêmicos, como impostos e deficiências em infraestrutura.

Uso alguns exemplos do meu Estado para citar como essas limitações impedem o chamado desenvolvimento sustentável.

Só neste domingo, de 150 mil a 200 mil turistas visitaram Canela e Gramado, dois Municípios importantíssimos para o eixo turístico da Serra Gaúcha, famosos pelo Natal Luz, Festival de Cinema, Chocofest, Festa das Malhas e inúmeros pontos turísticos para serem visitados.

Essa massa de turistas, entre os quais muitos estrangeiros vindos da Argentina e do Uruguai, é quase três vezes superior à população total de Gramado e Canela, de aproximadamente, 71 mil habitantes, somando o número das duas cidades.

Na Rodovia que liga Gramado a Canela, a RS-235, de apenas 7km, Senador Ataídes Oliveira, para ir de uma cidade a outra, percorrendo só 7km, por conta do congestionamento e da falta de uma alternativa para ir de uma cidade a outra, cada turista consumiu até duas horas na fila de carros. Duas horas na fila de carros para andar 7km! São localidades com grande receita turística que precisam de investimentos em infraestrutura, alternativa para as duas cidades que são o eixo do turismo na região.

Imagino que em diversas cidades turísticas de outros Estados os problemas sejam muito semelhantes.

São gargalos que vêm se multiplicando nos últimos anos e que precisam de um olhar atento do Poder Público. São problemas estruturais, intensificados pela burocracia, que tornam os produtos e serviços do Brasil mais caros e menos eficientes, barrando investimentos e o crescimento interno.

Nem falo no Mato Grosso, do Senador Blairo Maggi, cujas estradas estão atolando caminhões, e a soja lá é onerada pela falta de uma logística eficiente. Então, essas questões estão em todo lado, seja para atender turistas, seja para atender escoamento de safra, enfim, para toda a economia brasileira.

No exemplo de Gramado e Canela, o turismo impulsionou o desenvolvimento de toda a região, graças ao fluxo de turistas. Assim é em outras regiões turísticas brasileiras. Mas esse desenvolvimento seria muito maior, muito melhor, de maior qualidade se os recursos públicos fossem destinados para esses fins.

Isso reforça a importância de uma nova repartição dos recursos do FPE. Hoje, o jornal *O Estado de S. Paulo* traz um estudo do especialista em contas públicas Felipe Salto, indicando que os repasses bilionários do FPE têm efeitos “nulos” ou “negativos” para reduzir as desigualdades econômicas entre os

Estados. O estudo foi feito com base em estatísticas entre 1985 e 2010.

Essa pesquisa ressaltou o fato de os recursos não terem destinação carimbada, permitindo que os governadores gastem o recurso como querem. Segundo o economista responsável pela análise, no período estudado os recursos do FPE não foram investidos em infraestrutura ou em educação, e eu diria até em segurança pública. Há pouco, o Senador Vital do Rêgo fez um pronunciamento a respeito. E, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, neste fim de semana, três motoristas de táxi foram assassinados da mesma forma, dando a ideia de um *serial killer*, matando essas pessoas, profissionais que estavam trabalhando.

Os prazos estão correndo, e essas informações precisam ser consideradas no atual debate do FPE. Felizmente, o Senador Walter Pinheiro, relator dessa matéria – complexa, reconheço –, tem tido abertura, sensibilidade, paciência e tolerância para tratar desse tema, porque é, praticamente, uma guerra de 27 contra 27: o que ajuda um Estado ou uma região desajuda outro Estado ou outra região. A habilidade do Senador Walter Pinheiro está sendo testada, enormemente, na complexidade da solução desse problema. E nós, os Senadores do Rio Grande do Sul, queremos agradecer a tolerância, a paciência e a disponibilidade do Senador Walter Pinheiro por entender e receber as nossas reivindicações.

Na semana passada, as autoridades fazendárias do Rio Grande do Sul propuseram, em uma reunião aqui no Senado – e reforçaram hoje –, aumentar de 70% para 75% os percentuais dos redutores de renda do FPE, a inclusão de um limite populacional mínimo de 1% até 7% e não atrelar os indicadores do FPE à repartição dos *royalties* do petróleo, por exemplo.

Essa matemática é uma tentativa de evitar que as perdas com o novo FPE sejam elevadas para o Rio Grande do Sul. Citei, também, o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que propõe um modelo alternativo para o FPE. A pesquisa foi notícia nos jornais *Valor Econômico* e *Correio Braziliense*.

Os pesquisadores do Ipea, Rogério Boueri, Adolfo Sachsida e Clarissa Borges, sugerem que, além da adoção da renda *per capita* e dos critérios populacionais para definir os novos repasses do FPE, sejam incluídas, ainda, variáveis de mérito. Aqueles Estados com os maiores progressos em setores sociais estratégicos teriam maiores pontuações e, portanto, mais recursos do novo FPE.

É um debate que deve ser aprofundado, especialmente na etapa de transição do novo repasse do Fundo de Participação dos Estados.

Como foi acordado em reunião, no início deste mês, aqui em Brasília, entre os Governadores e os Presidentes desta Casa, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, e da qual também fiz parte como representante do meu Partido, o PP, são necessárias votações que resultem em acordos duradouros, de modo a proteger o equilíbrio federativo.

Os debates recentes das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo também reforçam a necessidade de regras permanentes para o cálculo, repasse e controle da liberação do Fundo de Participação dos Estados.

Precisamos votar a proposta, no Senado, para que seja encaminhada à Câmara a tempo de cumprir o prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Aliás, em 31 de dezembro do ano passado, essa questão já deveria ter sido resolvida. Como tenho dito, a situação de penúria financeira de muitas prefeituras é a prova de que o atual modelo federativo do Brasil está ultrapassado, completamente esgotado.

Por isso, avançar com essas reformas é aumentar as chances para que as políticas públicas resultem em melhorias reais para a população, com mais saúde, educação e infraestrutura. É um processo de efeitos duradouros que precisa começar logo.

Os interesses nas eleições de 2014 não podem, de maneira alguma, atrapalhar as negociações para um novo e possível FPE. Inclusive, a decisão do Governo Federal de prorrogar, até o final do ano, a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e caminhões aumenta a urgência para definirmos o formato dos repasses federais, pois é sabido que esses fundos – FPE e FPM – têm o IPI como fonte de receita, junto ao Imposto de Renda. Com menos recursos de IPI, menores também serão os recursos do FPE e do FPM.

Imagine, Senador Blairo, se dessem também a redução do IPI para máquinas e tratores agrícolas!

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, na sua íntegra, e, como V. Ex^a, estive lá com o Senador Simon, com o Governador Tarso Genro, com o Secretário da Fazenda, com o outro técnico da mesma pasta e também com o representante da Secretaria do Rio Grande do Sul aqui em Brasília, e eu lhe confesso que saí otimista da reunião, porque o que nós levamos, e também o Governador, são, como eu dizia lá, três questões muito simples: a questão do 1% que vai beneficiar os Estados pequenos, principalmente os do Norte; nós fixamos em 75% – nem nos 70%, nem

nos 80%; avançar no retorno ao art. 2º para que isso não repercuta, como V. Exª colocou muito bem, para rendimentos futuros como os *royalties*; e também essa questão do limite de 7%. Eu saio otimista porque percebi que o Relator da matéria viu as propostas que nós todos apresentamos com simpatia. Ele mostrou uma pequena resistência naquela questão do 1% – não resistência dele, mas a questão global. Então, só posso, neste aparte, cumprimentar V. Exª. Eu ainda dizia lá, e V. Exª concordava, que nós apresentaremos uma emenda ao Relator, assinada pelos três Senadores do Rio Grande, que vá nessa linha. Mas, na verdade, aqui, pelo material que nós apresentaremos a ele, de cujos argumentos ele já está de posse, beneficiará em torno de 18 Estados, na linha da melhor repartição do Fundo que trará benefícios aos Estados. O aparte é mais para cumprimentar V. Exª, que, mais uma vez, vem à tribuna para defender os interesses do Rio Grande.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Paim, eu agradeço imensamente. Acho que nós estamos aqui cumprindo uma função constitucional e um compromisso com o nosso Estado. Aqui é a Casa da República, e nós temos a obrigação, independentemente de quem estiver ocupando o Palácio Piratini, de sempre defender o Rio Grande do Sul.

Nós estamos defendendo a população do Estado, as condições financeiras para o Estado continuar sustentando uma economia pujante, uma economia forte, diversificada; e as finanças do nosso Estado estão realmente muito fragilizadas – eu diria até numa situação muito delicada. Não quero criar uma ideia grave, mas é uma situação muito difícil, ainda mais considerando os compromissos futuros que o Governador terá para assumir.

Eu até faço uma brincadeira. Não sei se eu ouvi bem, mas V. Exª chamou Tarso Genro de Senador. Então, eu queria apenas saber se é um *wishful thinking* de V. Exª, um desejo disso, ou se V. Exª tem informações que nós gostaríamos de saber.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Não; eu falei os três Senadores do Rio Grande e o Governador. O que saiu no fim de semana é que eu andei chamando a Ministra Maria do Rosário, esta, sim...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... de Senadora.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Num *clipping* que está nas redes sociais, eu disse: “minha querida Senadora, estamos juntos”. Ela disse: “Vai falando, pode ser que dê certo”.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso pega.

Mas, de qualquer maneira, nós estamos com a consciência tranqüila, porque estamos aqui – V. Exª, que é do PT, partido do Governador Tarso Genro, o

Senador Pedro Simon, do PMDB, e eu, do PP – com a responsabilidade que temos de representar e defender sempre o interesse do nosso Estado.

Eu queria cumprimentar os turistas que vieram aqui, hoje à tarde, para visitar esta sessão, neste início de semana, em Brasília, no Senado Federal, e agradecer ao Presidente Ataídes Oliveira, renovando o pedido para que faça constar nos *Anais do Senado* o artigo de Mailson da Nóbrega que chama a atenção – e até nos cobra – para uma responsabilidade que temos em relação a isso.

O nosso desejo, aliás dos Senadores todos, é que o Orçamento da União não seja apenas autorizativo – não é, Senador Acir Gurgacz? –, mas que seja uma peça impositiva. Que aquilo que nós votamos aqui seja executado pelo Poder Executivo, e não como é hoje, quando a gente apenas autoriza e o Governo nem sempre segue as nossas sugestões de emendas, todas elas no interesse de ajudar a desenvolver os nossos respectivos Estados.

Muito obrigada, Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Desperta, Congresso – Mailson da Nóbrega

REVISTA VEJA

O Congresso teve participação decisiva nos acontecimentos que possibilitaram o fim do regime militar. Líderes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Mario Covas foram figuras-chave na restauração da democracia. Ações de mesmo relevo não ocorreram, porém, no âmbito das finanças públicas. E ainda agora o Congresso continua renunciando às suas prerrogativas em tributação, despesa pública e endividamento federal.

O moderno Parlamento nasceu de decisões sobre finanças públicas. No livro sobre a emergência dos estados europeus (*Birih ofthe Leviahau*), Thomas Ertman, da Universidade Harvard, mostra como as assembleias contribuíram para limitar e depois abolir o absolutismo. Tudo começou entre os séculos XII e XIII com uma mudança fundamental: o declínio das formas de serviço militar gratuito. Tropas assalariadas se tornaram a base da organização para a guerra.

A conquista e a ocupação de territórios eram consideradas, então (e ainda o seriam até a derrota de Hitler, em 1945), essenciais para a prosperidade. Para mobilizarem exércitos cada vez mais numerosos, incluindo a contratação de mercenários, e assim financiarem seus projetos de expansão e defesa, os reis precisavam de recursos. Uma saída rápida era

permitir a indivíduos arrecadar tributos em troca do recolhimento antecipado. Outra era vender cargos na administração pública.

Com o tempo, ficou difícil cobrar tributos sem o apoio da nobreza, do clero e dos comerciantes. Assembleias representativas foram criadas para legitimar a atividade de arrecadar. Entre idas e vindas, elas assumiram o controle do poder dos reis, que delas dependiam para custear as guerras. O custo do conflito com a França levou os barões feudais ingleses a impor ao rei João sem Terra a Carta Magna (1215), que atribuiu a uma assembleia (o futuro Parlamento) o poder definitivo de tributar (salvo irrelevantes exceções). Nascia a série de avanços institucionais que legariam à Inglaterra a Revolução Industrial e a democracia.

Esse processo levou à assunção dos parlamentos ao poder supremo. Os reis se tornaram figuras simbólicas ou desapareceram. Dois destaques foram a Revolução Gloriosa inglesa (1688) e a Revolução Francesa (1789). O Parlamento inglês e a Assembleia Nacional francesa adquiriram o poder exclusivo de tributar, autorizar a despesa pública e aprovar o endividamento do governo. Estudos mostram que a democracia surgiu mais rapidamente nos países que faziam guerras frequentes.

Os países ibéricos foram retardatários nesses movimentos, que lá aconteceriam apenas nos séculos XIX e XX. Com parlamentos fracos, a democracia tardou. O Congresso brasileiro é herdeiro dessa tradição. Aqui, o agente reformador foi o Executivo. O Legislativo teve participação secundária ou nula na modernização das finanças públicas, principalmente nas ações que desaguarão na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) 2000.

Novos avanços e a preservação das conquistas dependem, por isso, do compromisso do governo com sadios princípios fiscais. Nos últimos dois anos, o que se tem visto é o desmonte das instituições fiscais, sob a complacência do Congresso. O Executivo expande a seu bel-prazer a dívida federal para suprir de recursos bancos federais.

Usa contabilidade criativa para fazer crer que cumpriu metas fiscais. Anuncia, sem consulta ao Congresso, que transferirá recursos do Tesouro para empresas de energia elétrica e ferrovias. Está em curso a criação de um novo banco, disfarçado de fundo, pelo qual o Tesouro aportará recursos à vontade a bancos privados para que financiem a infraestrutura. É alarmante.

O Congresso precisa, pois, assumir suas relevantes prerrogativas. Cumpre-lhe liderar, pela primeira vez, um processo de construção institucional para coibir práticas do Executivo que geram desperdícios e má alocação dos recursos da sociedade. A Câmara

e o Senado dispõem de pessoal altamente qualificado para auxiliar na tarefa. O Congresso poderia começar questionando subsídios concedidos sem prévia autorização legislativa. Outra ideia é debruçar-se sobre o já existente projeto de nova lei orçamentária, que teria importância semelhante à da LRF. Os ganhos seriam enormes, isso vai acontecer?

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Eu que agradeço, Senadora. Como eu digo sempre, o seu discurso é sempre recheado de muito conteúdo.

O artigo que V. Exª acabou de ler há poucos minutos será registrado nos *Anais do Senado*.

E também, Senadora Ana Amélia, a respeito das dívidas dos nossos Estados e Municípios, eu acredito que o nosso Governo Federal deve estar muito atento, porque a situação hoje passou a ser insuportável. Eu chego a dizer que os nossos Estados e Municípios estão falidos.

No primeiro quadrimestre de 2011, a dívida dos Estados e dos Municípios era de R\$443 bilhões. Acredito eu que, a esta altura, tenha ultrapassado a casa dos R\$500 bilhões. É impagável! E, se não se tomar decisão imediata, não se mudar esse indexador, eu não sei qual vai ser o desfecho.

Então, parabênz e cumprimento V. Exª por este brilhante discurso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer, não é regimental, mas nós estamos aqui em uma Casa política, onde podemos, sim, tolerar essas quebras, não do Regimento, de protocolo. E eu queria dizer a V. Exª que, além da questão do FPE, nós temos esse ponto de que V. Exª tratou, a dívida dos Estados e Municípios. Sim, é crucial, mas temos que decidir primeiro o FPE; depois, a questão do novo indexador para a dívida dos Estados; e, posteriormente, a questão da unificação das alíquotas do ICMS em 4%, que é o que está também sendo discutido aqui.

Então, que façamos passo a passo, para que, relativamente ao Pacto Federativo, seja encontrada uma forma mais justa e equilibrada de compartilhamento de tudo que é arrecadado no Brasil sob a forma de impostos ou contribuições.

Muito obrigada pela sua avaliação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Perfeito, Senadora.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, do PDT de Roraima.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – De Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – De Rondônia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Rondônia, perdão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, antes de abordar o assunto que eu trago nesta tarde, Sr. Presidente, quero aqui fazer o registro com relação à restauração da nossa BR-364, que ainda não começou. Já foi dada a ordem de serviço, no ano passado, para a recuperação no trecho mais crítico, entre Pimenta Bueno e Jaru, e a empreiteira sequer se mobilizou para iniciar a obra.

Nós estivemos reunidos na Comissão de Infraestrutura, na semana passada, com o General Fraxe e os demais Senadores, por ocasião de audiência pública comandada pelo Presidente daquela Comissão, o Sr. Senador Fernando Collor, oportunidade em que o General se comprometeu a que, até o final do mês passado, a empreiteira começaria a obra e que, se não começasse, ele iria pessoalmente lá acompanhar e, se preciso fosse, faria autuações e é...

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – (*Fora do microfone.*) Com o bloquinho de multas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sim, com o bloquinho de multas, para tomar as devidas providências e, até, se fosse o caso, tomar outras providências cabíveis no processo, pois é uma preocupação muito grande de todos nós.

Nós, de Rondônia, da Amazônia, dependemos da BR-364. A BR-364 é a espinha dorsal da nossa região. Todo o escoamento da safra, todo o nosso caminho é feito pela BR-364. Sem ela, a Amazônia não se liga aos demais Estados do nosso País – isso considerando Amazônia o conjunto dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e parte do Mato Grosso também.

Então, fica aqui o registro. Amanhã cedo nós estaremos fazendo uma visita surpresa de novo, sem marcar audiência, ao nosso General Fraxe, às 8 horas da manhã, para conversarmos sobre esse assunto, Senador Blairo.

Não dá para entender uma empreiteira que recebe a ordem de serviço... E, aqui, não quero culpar o Dnit nem ninguém do Ministério dos Transportes, mas a empreiteira recebeu a ordem de serviço e não se mobilizou, não iniciou a obra. A empreiteira – não sei qual é, mas é um consórcio – recebeu a ordem

de serviço no ano passado e ainda não se mobilizou, não começou essa obra, que é da maior importância para todos nós do Estado de Rondônia e da Amazônia.

Na última terça-feira, dia 26, aprovamos, aqui no Senado, projeto de lei que faz o enquadramento dos servidores do ex-Território Federal de Rondônia para os quadros da União.

O projeto do Executivo, que já havia sido aprovado na Câmara e agora segue para a sanção da Presidenta Dilma, estabelece o Plano de Cargos e a Tabela de Remuneração de Soldos e Vantagens de Servidores Cíveis e Militares do ex-Território que serão transferidos para os quadros da União.

É o último capítulo desta que mais parece uma novela mexicana chamada “Transposição”, que começou há dez anos, em 2003, quando a então Senadora Fátima Cleide apresentou proposta de emenda à Constituição, que passou a ser chamada “PEC da Transposição”.

Agora, a partir da sanção da Presidenta Dilma, que deverá ocorrer sem demora, a Comissão da Transposição, formada por servidores do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração, começa o atendimento aos servidores que podem assinar o termo de opção pela transposição.

De acordo com a Comissão da Transposição, existem 10.906 servidores, admitidos até março de 1987, que podem ser transferidos para os quadros da União, o que representa uma folha de pagamento na ordem de R\$407 milhões ao ano, considerando o valor do salário pago atualmente pelo Estado de Rondônia.

A transferência para os quadros da União deverá ocorrer de forma imediata após a assinatura do Termo de Opção, sendo que o servidor receberá este ano o mesmo valor do salário pago pelo Estado. Para este fim, o Orçamento da União de 2013 fez uma previsão de R\$300 milhões.

Portanto, como já estamos em abril, esse Orçamento será suficiente para pagar todos os servidores que optarem pela transposição ainda neste ano de 2013.

A partir de 2014, todos os servidores que optarem pela transposição passarão a receber o salário de servidor federal, de acordo com o enquadramento que aprovamos na última semana aqui no Senado Federal.

O impacto dessa folha de pagamento no Orçamento da União será de quase R\$1 bilhão ao ano. Isso significa que, além de o servidor receber um salário melhor, o que aumentará o seu poder de compra, com reflexos na economia regional, o Estado de Rondônia economizará cerca de R\$83 milhões ao mês, deixando de fazer o pagamento do pessoal que optar pela transposição.

Essa economia, com certeza, representará um alívio na situação fiscal e nas contas do Estado, que deve sofrer pelas perdas consideráveis em 2013. Já alertamos o Governo, os nobres Senadores e a população de Rondônia sobre essas perdas. Tentaremos reverter algumas delas na discussão das novas regras de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, matéria que iremos apreciar nessa próxima terça-feira.

Por outro lado, com a transposição, o Governo terá uma redução em sua folha de pagamento e poderá investir mais em educação e na valorização dos servidores que permanecerão no quadro do Estado.

Portanto, todos ganharão com a transposição. Essa é uma conquista dos servidores, dos sindicatos, dos Parlamentares que se uniram em torno dessa bandeira e do Governo do Estado, que repassou todas as informações para ampliar o leque de beneficiados e que está fazendo um grande trabalho agora na Comissão de transposição.

Outro tema que trago para o debate, Sr. Presidente, é a Proposta de Emenda Constitucional, a PEC nº 66/2012, aprovada por unanimidade aqui no Senado na última terça-feira, dia 26, matéria que será promulgada em sessão do Congresso Nacional nesta terça-feira, amanhã, dia 02.

A Emenda Constitucional garante aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores brasileiros como a jornada definida com o limite de 8 horas diárias e 44 horas semanais, horas extras e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS.

A aprovação desta PEC representa a garantia de tratamento igualitário para os empregados domésticos. Atualmente, o trabalhador doméstico tem apenas parte dos direitos garantidos pela Constituição aos trabalhadores em geral.

Alguns dos direitos já garantidos são: salário mínimo, o 13º salário, repouso semanal remunerado, férias, licença-gestante e licença-paternidade, aviso prévio e aposentadoria.

Entre os novos direitos está o controle da jornada de trabalho, uma das mudanças mais relevantes na prática e, por isso mesmo, uma das mais polêmicas entre os empregadores. Se antes os empregados domésticos não tinham duração do trabalho definida, agora passam a ter direito a uma jornada de 44 horas semanais e não superior a oito horas diárias. Além disso, passam a receber horas extras, que devem ser remuneradas com valor pelo menos 50% superior ao normal.

Outro direito garantido pela emenda constitucional é o Fundo de Garantia, que deve gerar o maior

aumento de custo para o empregador. O valor a ser recolhido mensalmente é de 8% do salário do empregado, que poderá receber o valor acumulado nas hipóteses previstas em lei.

Resta, ainda, a regulamentação da Emenda Constitucional, entretanto, os empregadores domésticos já podem exercer essa obrigação, que hoje é facultativa, a qualquer momento, bastando, para isso, seguir os procedimentos de qualquer outro empregador empresarial.

Um aspecto, em particular, para o qual chamo a atenção dos nobres Senadores e da sociedade brasileira, é a questão do custo adicional que terão os empregadores, o que pode ser revisto na regulamentação da lei pelo Governo ou por meio de Medida Provisória a ser editada pelo Governo. O empregador doméstico não é empresa, é uma pessoa física, sem fins lucrativos, que não tem alguns benefícios dados às empresas e muitos estão fazendo as contas para saberem se poderão continuar com a sua empregada em casa ou não.

Portanto, em defesa das empregadas domésticas, comemoramos a aprovação da PEC, mas precisamos assegurar que elas terão o emprego garantido. Por este motivo, creio que devemos iniciar a aplicação da lei estendendo para este setor a desoneração da folha de pagamento, reduzindo os custos dos empregadores domésticos para evitar a demissão de milhares de empregadas domésticas, e estimular a formalidade de pelo menos 1,3 milhão de empregados domésticos. Esse é um tema com o qual nós devemos ter o maior cuidado e a maior atenção.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com prazer, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Acir Gurgacz, com alegria lhe faço um aparte, cumprimentando V. Exª. Tentaram criar na sociedade uma imagem de que seria o fim do mundo as empregadas domésticas terem – eu diria – os direitos mínimos que têm os outros trabalhadores. Felizmente, eu estou percebendo que todos os Senadores estão muito tranquilos, pela votação unânime que aqui foi, como também a Câmara dos Deputados. E cumprimento V. Exª: se a gente pode desonerar a folha dos empregadores, por que não do empregador doméstico? Esse é o caminho, e vamos caminhar para isso, tenho certeza absoluta. Inclusive dedução no Imposto de Renda, há projetos que apontam nesse sentido. Nós vamos gerar, aí sim, até milhões de novos empregos legalizados, com Carteira de Trabalho assinada, direitinha, criando por força jurídica e legal para o empregador e o empregado o direito à aposentadoria, e os ajustes se farão

tranquilamente, com a regulamentação na caminhada. Mas eu concordo com V. Ex^a: na regulamentação nós poderemos assegurar ao empregador doméstico certos incentivos para que ele legalize a situação do seu empregado ou empregada doméstica – como um que estou relatando, que é deduzir no Imposto de Renda; outro, desonerar; outro, quando o empregador paga a contribuição do empregado e empregador, paga a Previdência, que isso possa ser diminuído. Hoje, o próprio Líder do Governo falou que dá para diminuir para 5%, por exemplo, em vez de pagar 8 e mais 8. Enfim, o caminho está correto, está adequado. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Paim, pelo seu aparte. V. Ex^a contribui muito, principalmente nesta matéria com relação aos nossos servidores. Realmente, nós estamos trazendo as nossas empregadas e empregados domésticos para a normalidade, para que fiquem iguais a todos os demais trabalhadores brasileiros. Por que temos que ter essa diferenciação entre empregado doméstico e os demais trabalhadores? Todos são trabalhadores iguais e devem ter o mesmo tratamento perante a lei como todos os outros. E nós temos que aproveitar esse momento de regulamentação para regulamentar de uma forma que venha a beneficiar cada vez mais os trabalhadores brasileiros.

É nesse sentido que há também praticamente não um acordo, mas todos nós comungamos da mesma ideia, para que não haja um efeito contrário com relação à empregabilidade dos servidores que atuam nesta área.

Os direitos das empregadas são justos e merecidos. Acredito que, se não forem dados benefícios a quem contrata, o emprego doméstico será e poderá ser diminuído. Para tanto, é preciso reduzir a carga tributária do empregador doméstico, por meio da desoneração da folha de pagamento, bem como estudar um mecanismo que possibilite a dedução de parte do valor pago à empregada doméstica do Imposto de Renda de Pessoa Física do empregador, como bem disse aqui o nosso Senador Paulo Paim.

Precisamos criar – na regulamentação da lei ou por meio de medida provisória – condições para que as empregadas domésticas tenham seus direitos exercidos na plenitude e que os empregadores domésticos possam continuar gerando emprego e renda, sem que as novas regras representem um custo adicional ou um custo muito alto para quem está empregando. É um tema da maior importância para todos nós brasileiros.

Outro tema que trago para o debate é a questão do FPE, Sr. Presidente. Parabenizo o Senador Walter Pinheiro pelo excelente trabalho que desempenhou

na elaboração da emenda substitutiva a oito projetos sobre o Fundo de Participação dos Estados, criando de fato critérios mais equitativos para a distribuição dos recursos desse fundo.

Mas chamo a atenção para um detalhe que trará a redução nos repasses para alguns Estados, entre os quais o nosso Estado de Rondônia, num período de transição na implantação das novas regras.

A proposta mantém os repasses atuais durante o período de transição, de 2013 a 2018, mas reduz o índice de repasse de Rondônia de 2,81% para 2,44%. Nesse mesmo período, havendo perda de receita com relação ao que estava previsto no Orçamento de 2012, considerando que houve de fato uma perda de receita em 2012 por conta das reduções concedidas pelo Governo Federal no IPI para automóveis, linha branca e itens de materiais de construção, o Estado de Rondônia perderá algo em torno de R\$257 milhões em 2013.

Essa situação ocorrerá com outros 14 Estados, segundo estudo comparativo desenvolvido pela Secretaria de Finanças do nosso Estado de Rondônia.

Portanto, estou apresentando emenda ao substitutivo para que seja considerada a receita prevista no Orçamento de 2012 para o cálculo do índice de repasse para cada Estado, e não a receita apurada em cada exercício, como sugere o texto em apreciação.

A emenda que apresentamos altera o inciso I do art. 2º da emenda substitutiva do Senador Walter Pinheiro, assegurando que o repasse do FPE a cada Estado, no período de transição, será feito com base na receita prevista no Orçamento da União de 2012. O art. 2º diz o seguinte:

Os recursos do [...] FPE [dos Estados], observado o disposto no art. 4º, serão entregues da seguinte forma:

I – cada entidade beneficiária receberá valor igual ao que foi distribuído no correspondente decêndio do exercício de 2012, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Leia-se:

I – cada entidade beneficiária receberá valor igual ao que foi previsto na Lei de Orçamento da União (LOA), no correspondente decêndio do exercício de 2012, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Também sugiro que seja incorporado ao texto da emenda substitutiva do Senador Walter Pinheiro parte do texto do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, Amazonas, que determina que 2% dos recursos do

FPE sejam repassados de acordo com as reservas ambientais de cada unidade federativa.

Creio que os Estados da Amazônia, em especial o Estado de Rondônia e o Estado do Amazonas, devem receber uma compensação financeira pela conservação ambiental da floresta, uma vez que a própria legislação ambiental impõe restrições a algumas atividades econômicas que poderiam auxiliar no desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia. O próprio limite de desmatamento ou limite de transformação de área de floresta em área de produção agrícola limita o crescimento e o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Entendo que é pertinente colocarmos a Emenda nº 192 nesse projeto, beneficiando, assim, os Estados que têm as suas reservas...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – ... e que ajudam a cuidar das florestas brasileiras, em especial as reservas...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – ... e as florestas do Estado de Rondônia ou de toda a Amazônia. Entendo que é justo e pertinente aproveitamos este momento para darmos apoio àquelas famílias que vivem naqueles Estados que ajudam a cuidar do meio ambiente.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Meus cumprimentos, Senador Acir.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela Liderança, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ataídes, farei um breve pronunciamento para o registro de uma enorme preocupação que assola os brasileiros responsáveis.

No ano de 2012, o Chile, o Peru e a Colômbia cresceram quatro vezes mais que o Brasil e com uma inflação que ficou pela metade. É exatamente sobre a falta explícita de coesão do Governo Federal na condução da política econômica que registramos a nossa preocupação nesta segunda-feira.

Os instrumentos de comunicação da política econômica com o mercado – atas do Copom e os relatórios da inflação – estão sendo minados em face das declarações desencontradas das autoridades do Governo que expõem a falta de unidade interna no tocante aos rumos da própria política macroeconômica do País.

Dessa vez foi a Presidente Dilma que veio a público para declarar que as linhas de combate à inflação não estavam alinhadas com o Banco Central. Da África do Sul, onde participou da reunião dos BRICS,

ela afirmou que a escalada da inflação é proveniente de choques externos e que seu Governo não irá adotar nenhuma política que sacrifique o crescimento econômico e o emprego.

A repercussão do completo desencontro entre a fala da Presidente Dilma e a estratégia do Banco Central de combate à inflação – pouco antes de o Relatório de Inflação ser divulgado pela instituição – obrigou a um desmentido formal, no qual ela denunciou “manipulação da notícia”. Mais do que depressa, o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, reafirmou que “não há tolerância em relação à inflação.”

O diagnóstico feito pelo Banco Central sobre as causas da inflação e explicitado nas atas do Copom e no Relatório de Inflação colide frontalmente com a primeira visão manifestada em Durban. Segundo o Banco Central, as causas internas prevalecem às externas para justificar o patamar superior a 6% da inflação no período de 12 meses.

Como tão bem sintetizou Celso Ming na sua análise em *O Estado de S. Paulo*, são fundamentalmente três as causas da atual inflação:

1 – descompasso entre uma “demanda robusta” e uma oferta fraca, ou, em outras palavras, incapacidade da produção interna de dar conta do forte consumo;

2 – política de gastos públicos frouxa demais;

3 – e mercado de trabalho excessivamente aquecido.

É fundamental destacar que o Banco Central tem feito verdadeira “profissão de fé” para convencer que não existe qualquer incompatibilidade entre o arsenal utilizado para combater a inflação e o cenário propício para o crescimento econômico. A propósito, no §32 da mais recente ata do Copom, está dito que “taxas de inflação elevadas reduzem o potencial de crescimento da economia, bem como de empregos e de renda.”

A despeito do dito pelo não dito – desmentidos à parte –, como destacam credenciados especialistas, a Presidente Dilma conseguiu disseminar, junto aos agentes econômicos que não advoga a tese de tolerância zero com a inflação.

Há muitos complicadores na atual condição da economia brasileira que se somam à babel reinante no seio do Governo. Nas contas fiscais, por exemplo, transparência e previsibilidade passam ao largo das decisões adotadas. As manobras contábeis...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... deixam um rastro de desconfiança no mercado.

A última derrapagem – no âmbito do BNDES – provocou calafrios nos analistas internacionais. Um

impecável editorial de hoje de *O Estado de S. Paulo* traduziu que “a ligeireza e a irresponsabilidade com que o governo agiu para obter um resultado a curto prazo, desprezando normas fundamentais para assegurar a credibilidade do balanço de uma instituição do porte e da importância do BNDES”, sem dúvida, expõem a instituição de fomento a um desgaste concreto.

O contexto e as circunstâncias que molduraram a manobra contábil realizada no balanço do BNDES influenciaram o rebaixamento na classificação de risco do BNDES e do BNDESPar: “deterioração da qualidade de crédito intrínseca e, particularmente, o enfraquecimento de suas posições de capital de nível”.

A linguagem dos especialistas é hermética, rebuscada e de difícil compreensão para a maioria da população.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas o que pode ser colhido em qualquer esquina: a inflação voltou e já impõe danos ao orçamento das famílias. O Governo, por sua vez, não marcha unido para combatê-la e vem sendo leniente nas suas fileiras combativas.

Concluimos, Sr. Presidente, que, lamentavelmente, o Governo não adota a estratégia de “tolerância zero” em relação à corrupção e muito menos agora quanto ao combate à inflação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Meus cumprimentos, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, do PR do Mato Grosso. Por favor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o que me traz à tribuna nesta tarde de segunda-feira é para discutirmos um pouco sobre o que vai acontecer com o nosso País, com o futuro do nosso País com respeito à infraestrutura, com respeito às coisas que vêm acontecendo nos últimos anos no País.

Lembro-me de que, há 20 anos, Sr. Presidente – eu era agricultor –, fui Presidente de uma fundação de apoio à pesquisa agropecuária no Estado de Mato Grosso e Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Militei, durante muitos anos, antes de entrar para a política, no setor em que me criei, em que tenho os meus negócios e que sei ser um dos principais negócios do País. E, já naquele tempo, há 20 anos ou um pouco mais, nós falávamos sobre o apagão logístico, sobre as dificuldades que o País teria no futuro, e que, se as providências não fossem tomadas a tempo, o tempo iria nos cobrar com muito custo o que aconteceria no País. Infelizmente o

tempo passou, o País cresceu, e as ações de infraestrutura no nosso País foram muito poucas.

Milhares de caminhões são construídos todos os meses, todos os anos; milhares entram todos os dias nas ruas, nas estradas, e as estradas continuam as mesmas. Saímos do sonho de fazermos 100 milhões de toneladas de grãos – Embrapa, produtores, Governo; não quero deixar o Governo de fora, não –, através de financiamentos, através do BNDES, através de pesquisa. Todos colaboraram! Chegamos aos 100 milhões, depois de muito remar, e já estamos chegando a 180 milhões de toneladas. E, quando falamos em toneladas de grãos de safra, falamos só de grãos; não estamos falando de milhares de toneladas de cana que se transformam em etanol, que se transformam em açúcar e que, depois, vão pegar as mesmas estradas.

E, durante todo esse período em que trabalhamos para fazer um País diferente, um País autossuficiente em alimentos, um grande exportador, a fim de que pudéssemos gerar divisas para o nosso País, dar condição para que o Governo criasse e pudesse manter os programas sociais que hoje são feitos e que são um exemplo para o resto do mundo, fizemos tudo isso, mas, mais uma vez, nós nos esquecemos de fazer o básico, nós nos esquecemos de fazer a infraestrutura para que tudo isso pudesse andar.

Chegamos, agora, em 2013, a uma total confusão, em que as rodovias não funcionam mais, não porque elas tenham buracos – há buracos, mas também há muitas rodovias boas –, mas porque a quantidade de veículos, de caminhões que transitam nessas rodovias torna impossível o tráfego. Uma viagem que você levaria uma hora ou duas horas para fazer num determinado trecho de rodovia do País hoje dura cinco, seis, sete horas para fazer o mesmo pedaço, o mesmo pedaço de rodovia que nós fazíamos no passado. Então, uma carga que demorava três, cinco dias para chegar ao porto leva, hoje, dez dias, quinze dias.

Tudo isso é ineficiência, que acaba gerando custo, e esse custo não fica com ninguém. Simplesmente, é deficiência pura e simples daquilo que nós fizemos.

Quando chegamos aos portos, as capacidades que temos de embarque não são condizentes mais com a quantidade de produto que nós queremos mandar para fora. E, aí, temos caminhões e navios nas filas. E os navios custam caro. Custa de US\$15 mil a US\$25 mil por dia um navio ao largo, esperando para embarcar uma mercadoria.

Então, o Brasil paga pela sua ineficiência em todos os setores, mas pelo *demurrage*, que é o custo de um navio parado, são bilhões de reais por ano que vão embora; simplesmente, vão embora. Eles não servem para nada.

Até se admite, Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, que deixemos de transportar pelo trem, que é mais barato e mais eficiente, porque, se não temos a ferrovia, vamos pela rodovia. Até aceitamos quando fura o pneu, estraga o pneu, porque o dinheiro para se consertar o pneu fica com o borracheiro, fica com quem revende o pneu. Não fica com quem o produz, mas fica com alguém da sociedade.

As nossas ineficiências do exterior não ficam com ninguém; são penalidades duras, são penalidades que não há como rever, são penalidades que não se consegue mais colocar de volta na mão.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia, que quer discutir esse assunto. Acho extremamente importante, Senadora.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Blairo Maggi, essa matéria tem ocupado parte da minha agenda aqui, no Senado, não só pelo meu Estado, mas também pela visão de conjunto do Brasil. Eu considero vergonhoso quando um país que é o maior importador de grãos brasileiros, como é o caso da China em relação à soja, suspende uma compra porque não foi entregue no prazo, em função de os navios não terem a programação respeitada, pelo atraso e pela lentidão no carregamento, além de outros problemas já referidos por V. Ex^a, que, quando Governador de Mato Grosso, criou um sistema de consórcio com os produtores, para superar as dificuldades da área pública e realizar as obras necessárias para fazer asfaltamento, acesso e escoamento da produção da safra. Hoje nós ficamos, ainda, discutindo o tamanho do Estado – mais Estado, menos Estado – na economia, e o problema não é esse. O problema é o da eficiência do Estado na economia. Hoje, estamos discutindo mais um ministério, mas mais um ministério não vai resolver os problemas, porque o ministério que vai ser criado para a pequena e a média empresa vai depender das decisões do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento. Então, é um apêndice, porque, também na agricultura, o Ministério da Agricultura não tem autonomia para deliberar sobre determinados temas, como o financiamento da safra, que dependem do orçamento do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda. Esse inchaço da máquina e a ineficiência no atendimento de demandas cruciais – essa é a logística – não estão impactando só sobre a produção agropecuária, Senador Blairo, mas também sobre a indústria, sobre os nossos custos de produção, sobre todos os setores. Então, hoje, até no turismo. Há pouco, ocupei a tribuna onde V. Ex^a está. Para andar sete quilômetros entre Gramado e Canela, duas horas, Senador! Duas horas! Não temos alternativa. Numa cidade em que o centro, no Natal, fica enfeitado e bonito, caminhões com toras de madeira

que vão para celulose passam por ali, com risco para as pessoas. Ônibus não deveriam passar ali, apenas carros de passeio, para não comprometer a segurança do cidadão. Então, é um problema que pode, lamentavelmente, se agravar daqui para diante. Cumprimentos a V. Ex^a, porque esse tema é inesgotável.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Exatamente, Senadora. As pessoas podem estar nos ouvindo e nos vendo pela televisão, e os jornalistas que acompanham aqui o plenário podem dizer mais uma vez: “Não, mas está na tribuna o Senador Blairo Maggi, que é agricultor, exportador, e ele está chorando pelo seu próprio leite derramado.”

Não é verdade! Eu reclamo do meu segmento, pelo meu segmento, porque o conheço muito bem e sei que temos muitas coisas para corrigir e muita eficiência para ganhar.

Mas também vejo os outros segmentos, Sr. Presidente Ataídes, as outras áreas como, por exemplo, a que a Senadora Ana Amélia acabou de citar, o turismo. O turismo está embolado, não tem como fazer turismo sem que as pessoas se movimentem, não dá para fazer turismo pela Internet só, olhando as coisas bonitas que o mundo tem, que o Brasil tem. Nós queremos viajar, queremos tocar, queremos cheirar, queremos participar, mas não tem mais como sair.

O País, felizmente, disse eu no início, construiu nos últimos anos uma economia forte e essa economia começa a ser distribuída para toda a população brasileira, diferente do que se dizia no passado: primeiro vamos fazer o bolo crescer para depois dividir com o povo. Não. O bolo está crescendo e está sendo dividido. Só que quem está chegando ao consumo e compra um automóvel não pode mais andar nas cidades, não pode andar nas rodovias, porque tudo fica lotado, tudo fica trancado. Ele não pode comprar uma passagem de avião no final de ano ou em qualquer momento de festa ou de férias, pegar um avião e ir para Foz do Iguaçu ver as Cataratas ou ir para o Nordeste, Rio Grande do Sul, Paraná, qualquer lugar a que ele queira ir, sem antes se preparar muito psicologicamente, porque vai, muitas vezes, dormir no aeroporto, pode não conseguir embarcar. Quer dizer, nós estamos clinchados, literalmente clinchados, como dois lutadores de boxe que estão lutando e, de repente, ficam grudados um ao outro e tem que ir lá o juiz, o árbitro e separá-los, senão não há mais luta, não acontece mais a luta.

O Brasil está exatamente nesse ponto. Nós estamos clinchados. Não sabemos mais para onde ir, não temos para onde ir. Na minha avaliação, vejo que só tem uma saída para a gente: é fazermos um enfrentamento quanto à questão da logística, como se fosse

um movimento de guerra. Porque, nas guerras, o que interessa a quem está guerreando é a liberdade do povo, e a nós interessa no País a mobilidade do povo, a mobilidade das coisas. E simplesmente colocar a culpa nas costas da Presidente Dilma não é justo. Ela é a comandante do nosso País, ela tem o Ministério dos Transportes. Mas nós precisamos entender, e é para isso que eu queria chamar a atenção da população brasileira, dos órgãos de Governo e das instituições que auxiliam o Governo, que, se nós não olharmos tudo isso como uma necessidade de todos, se nós não olharmos tudo isso como uma vontade nacional, como uma necessidade nacional, não vamos avançar.

Difícilmente, nós avançaremos, porque nós temos, no País, muitos órgãos de controle, e todos eles querem falar sobre o investimento que você está fazendo. E, ao quererem falar sobre eles – e, com certeza, a legislação permite que eles falem; senão nós faríamos diferente –, nós aqui, no Senado, no Congresso, temos que começar a olhar isso também. O que nós podemos tirar de burocracia, em que nós podemos aliviar o Governo, o que nós podemos permitir que o Ministério dos Transportes, que o Ministério do Interior, que o DNIT, que todos esses órgãos possam, efetivamente, colocar em prática um projeto do Governo.

Eu tenho andado pelos Ministérios, tenho conversado com os ministros, nós temos convocado ou convidado os ministros para virem à Comissão de Infraestrutura e também à Comissão de Fiscalização, e nunca ouvi, até agora, nesses últimos anos, alguém dizer: olha, nós não faremos isso ou deixaremos de fazer aquilo porque não temos dinheiro. Pelo contrário, o País tem dinheiro, o País tem condições de se financiar. E, se ele não tem um projeto determinado, ele pode concessionar esse projeto, pode entregá-lo à iniciativa privada, que, através dos próprios fundos que as empresas estatais brasileiras têm, as quais precisam ter renda fixa para, daqui a 20, 30 anos, continuar a pagar a aposentadoria e os complementos de aposentadoria das pessoas... Esses recursos podem ir muito bem para esses projetos.

A Presidente Dilma faz movimentos nesse sentido: começa a concessionar rodovias, começa a pensar em um novo modelo de concessionar a construção de novas ferrovias, cortando o Brasil de leste a oeste, de sul a norte, com recursos privados ou recursos de fundo, mas bancados e responsabilizados pela iniciativa privada, onde as obras são mais rápidas, as obras são mais baratas, as obras são mais eficientes, e nós conseguimos avançar com mais rapidez.

Eu queria, Senadora Ana Amélia, pedir para que a população brasileira prestasse atenção ao que vem acontecendo. O problema da logística não é o proble-

ma do Senador Blairo Maggi. O problema da logística é o problema de cada cidadão brasileiro que quer comprar um automóvel, uma motocicleta, que quer sair, que quer andar e quer ver este País crescer, se desenvolver. Nós não faremos isso sem rodovias, sem ferrovias, sem aeroportos. Os romanos se transformaram na maior potência mundial, quando foram a maior potência mundial, porque descobriram que precisavam fazer estradas, que precisavam fazer caminhos para ir, vir e transportar as pessoas, transportar as riquezas. Um País como o Brasil ainda não descobriu isso, ou melhor, se descobriu, ainda não estamos conseguindo fazê-las andar, fazer com que as coisas saiam do papel.

E o que mais me preocupa, Senadora Ana Amélia e Presidente Ataídes, nesta sessão, nesta tarde? Estamos conseguindo passar essas ineficiências que temos, a desorganização que somos, como uma sociedade que precisa se movimentar. Estamos passando essas grandes dificuldades nos momentos de melhores preços internacionais. No momento, apesar da crise de 2008, a crise mundial, apesar dos solavancos na economia, agora, em 2013, com Chipre e Grécia novamente, estamos conseguindo passar uma economia no mundo que cresce relativamente bem e que compra os produtos não só do Brasil, mas do mundo inteiro. E esses produtos têm sustentação, têm preço.

Mas eu nunca vi nada que subisse e que um dia não descesse. Tudo que sobe um dia desce, e será natural que os preços das *commodities* e dos produtos industrializados semielaborados que o País faz também sofram diminuição, também sejam desvalorizados. E isso vale para tudo. Vale para o suco de laranja, para a soja, para o trigo, para o carvão, para o minério, para a geladeira que é feita. Vale para todo mundo.

No momento em que isso acontecer – espero que demore muito, mas acontecerá –, no momento em que isso acontecer, repito, todas as nossas ineficiências, os nossos problemas serão escancarados, na nossa cara, e vamos ver milhares e milhares de empregos sendo perdidos, milhares e milhares ou bilhões de reais ou até de dólares que foram investidos em grandes conglomerados e fábricas não poderem mais funcionar, porque será muito mais caro o transporte, o deslocamento do ponto A para o ponto B ou para o porto do que o valor do produto para a exportação – que, obviamente, regula o preço no mercado interno também.

Então, nós estamos passando por um momento bom, estamos crescendo na nossa economia, mas não estamos aproveitando para fazer aquilo que tem de ser feito, que é a infraestrutura em nosso País.

Mais uma vez, sendo bem repetitivo, esse não é um assunto simplesmente da Presidente Dilma, não é

simplesmente do Executivo. Isso é um esforço nacional, é um esforço de guerra, que temos de fazer.

A Senadora Ana Amélia falou aqui, e, quando fui Governador do Estado de Mato Grosso, encontrei o Estado na mesma situação em que encontro o País hoje. E sabia que sozinho, como governador, eu não tinha recursos nem meios de fazer aquilo.

A ideia, Senador Ataídes, quando cheguei ao governo do Estado, em toda história do Mato Grosso, tínhamos 1.940 quilômetros de rodovias asfaltadas. Para um Estado que produz 30 milhões de toneladas de grãos, significa que grande parte dessa carga andava pela estrada de chão, pelos atoleiros, pelos buracos. Ao final do meu mandato, consegui fazer 4.560 quilômetros de novas rodovias no Estado do Mato Grosso. Não resolvi o problema, passei perto de arranhar, passei perto de ajudar, mas foi um grande avanço.

Mas esse avanço não ocorreu sozinho, por vontade e determinação do governador da época. Ele aconteceu porque chamei a sociedade de Mato Grosso, chamei todos e disse a eles, com todas as letras, que, sozinhos, não iríamos a lugar nenhum. Chamei a Assembleia Legislativa, chamei o Tribunal de Justiça, chamei o Ministério Público Estadual, chamei o Tribunal de Contas do Estado. Mostramos os raios X do que tínhamos no Mato Grosso, do que precisaríamos fazer e do que queríamos fazer. Chamamos a sociedade civil organizada e, principalmente, aqueles que eram detentores dos recursos naquele momento, os produtores rurais, e não era com os preços de hoje, era com preços praticamente na metade do que temos hoje de uma saca de soja, de milho etc. E lá os produtores rurais se juntaram, se reuniram com a aquiescência dos órgãos de governo de fiscalização que aceleraram o processo, não jogaram contra o patrimônio, como dissemos...

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – ... jogaram a favor, ajudando, mostrando: este caminho você não deve seguir, porque vamos encontrar uma barreira, mas essa barreira pode ser contornada por esse caminho. E assim foi com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público Estadual, com a Justiça.

Não passamos ninguém para trás, não judiamos de ninguém, não deixamos ninguém sem receber, sem ter atenção. Mas a sociedade de Mato Grosso entendeu que era necessário, e foi feito.

E é com essa experiência que tive como governador que quero conclamar, quero chamar atenção do Senado, do Congresso, do povo brasileiro: se não fizemos um esforço, todos nós juntos, abrindo mão de picuinhas muitas vezes, abrindo mão de problemas políticos muitas vezes, vamos sacrificar o País, vamos

sacrificar o povo brasileiro. É chegada a hora, sim, de fazer esse enfrentamento; caso contrário, daqui a 30 anos, não estarei nesta tribuna, mas não quero que quem esteja no meu lugar, representando o meu Estado do Mato Grosso, esteja novamente aqui reclamando daquilo que não fizemos nesse tempo.

Ouçõ a Senadora Ana Amélia, com muita alegria.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador, desculpe, mas é que o tema me leva a querer reforçar que iniciativas criativas como a adotada por V. Exª poderiam ser reproduzidas. Agora, não podemos ficar com a preocupação e, às vezes, até o preconceito diante de uma ideia pelo fato de não ser ela de nosso partido. Essa é uma posição um pouco, digamos, não condizente com o que a sociedade espera da classe política. Mas eu queria voltar ainda à questão da logística, com a qual V. Exª iniciou seu pronunciamento, lembrando que hoje os Estados do Nordeste estão padecendo de uma das piores secas dos últimos anos. Aqui, no plenário, na semana passada, ouvi Senadores da Bahia, Senadores do Ceará, de Sergipe, da Paraíba, Senadores de vários Estados, falarem da gravidade da situação de seca naquela região, onde o gado está morrendo de fome e de sede. Vi que muitos Parlamentares desses Estados se mobilizaram no final de semana para tentar levar o milho, que é a principal ração para os animais, do Sul do País para aquela região. Senador, é muito difícil fazer essa operação: não há navios e não há caminhões, porque a sua disponibilidade demanda uma programação. Então, veja só, estou dando esse exemplo porque, se nós tivéssemos uma logística eficiente, esse problema seria rapidamente resolvido. Talvez, dando esse exemplo, as pessoas que estão nos acompanhando entendam melhor o que é essa tal logística que tanto atrapalha e impede o desenvolvimento harmonioso do nosso País. Então, por causa da deficiência de não termos navios e não termos caminhões, o milho para os animais do Nordeste não chega na hora certa e mais animais vão morrer de fome e de sede. Era essa a modesta contribuição que queria dar, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora. A senhora tem toda razão, talvez a maneira mais simples de explicar isso seja dizer que, pela falta da logística, a vaquinha no Nordeste vai morrer de fome. E vai morrer de fome não é porque não há milho – há milho no Paraná, no Centro-Oeste; em Mato Grosso, temos mais de 5 milhões de toneladas de milho sobrando este ano e está chegando outra safra agora –, mas porque nós não temos como fazer esse excedente de milho chegar lá.

Aliás, quero aqui aproveitar para fazer uma referência ao Secretário de Política Agrícola do Ministé-

rio da Agricultura, Neri Geller, que chegou há pouco tempo, é um mato-grossense, e, com a vivência que tem, com a experiência que tem, solicitou ao Ministro, à Casa Civil, enfim, à Fazenda, e conseguiram fazer um novo modelo de leilão poucos dias atrás. A ideia é não levar o milho a granel para o Nordeste, mas já levá-lo ensacado, de modo que chegue às propriedades já nas quantidades certas.

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Talvez consigamos nesse período agora, um pouco para frente, ser mais eficientes também.

É isto: quando tem gente que conhece os problemas, sabe das soluções, elas apresentam também soluções.

E eu gostaria, também como membro da Comissão de Infraestrutura, coordenada pelo Presidente Collor, que nós ampliássemos essas discussões, que nós chamássemos o empresariado brasileiro, porque a responsabilidade do que eu estou dizendo e dos problemas que nós temos não é só do Governo, mas de todos nós. E a experiência mostra que, quando nós nos juntamos e nós unimos as nossas forças, nós conseguimos vencer, conseguimos fazer mudanças que sejam significativas e que sejam para melhor para o povo, para a população brasileira e para o nosso País, que nós tanto amamos e que tanto queremos ver tão grande e tão bem quanto qualquer outro país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Senador Blairo, é sempre um privilégio muito grande poder ouvir V. Ex^a, um grande empresário, que contribui tanto com esta Nação, que é sabido, que é um empresário, que é a força motriz deste País, de uma Nação, que dá emprego e distribui renda e que é também esse Senador tão brilhante e atuante, mas não posso deixar de dizer que os gargalos que hoje impedem o nosso crescimento são muitos. Há as nossas reformas, que a gente tanto discute aqui nesta Casa: reforma política, tributária, fiscal, trabalhista. São diversos gargalos.

Mas o gargalo da logística e da mão de obra do nosso País tem sido, nos últimos anos, o maior problema, Senadora Ana Amélia. E, como bem disse o Senador Blairo, há recursos para tal. Há recursos, Senador. É lamentável que as coisas não aconteçam. É lamentável. O nosso problema da mão de obra é muito grave. E há dinheiro para capacitar essa nossa mão de obra. Há dinheiro para fazer as estradas.

Eu participei, certa época, de uma reunião de Governadores da Amazônia Legal e percebi, pela fala dos Governadores, que a Amazônia era um Estado fora do Brasil. Isso é lamentável.

Então, eu aguardo e espero que, em breve, esse problema da logística no nosso País seja resolvido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Walter Pinheiro, pelo PT.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu escutava o pronunciamento do Senador Blairo, e havia me preparado para, esta tarde, Sr. Presidente, tocar exatamente nessa questão.

Senadora Ana Amélia, na terça-feira próxima passada, fizemos aqui um apelo veemente, eu, o Senador Inácio, a Senadora Lídice, o Senador José Pimentel... Amanhã, nós teremos, em Fortaleza, o encontro da Sudene, a reunião com os Governadores, com a presença da Presidenta Dilma. A nossa expectativa é exatamente o anúncio das medidas para esse difícil momento que o Nordeste brasileiro atravessa. E isso, Senador Blairo, tem uma relação direta com o que V. Ex^a colocou aqui. Esse foi o meu apelo, na semana passada, ao Ministro, mineiro recém-empossado no Ministério da Agricultura. A questão é de transporte, logística.

O milho, Senadora Ana Amélia, está ali, inclusive na região do nosso Senador Blairo Maggi, mas eu não consigo fazer esse milho chegar à cidade de Irecê, lá no nordeste baiano, no norte baiano, enfim, em qualquer outro canto do Estado. Portanto, há essa dificuldade, que tem provocado um problema sério, que é a dizimação do nosso rebanho, entre outras coisas.

Então, nossa expectativa, Senador Blairo, é que, com o leilão ocorrido na última quarta ou quinta-feira, no caso da Bahia, especificamente, de treze mil toneladas... E V. Ex^a me dizia aqui a mesma coisa que o Ministério já havia nos comunicado, mas V. Ex^a, até pela experiência, fala aqui com propriedade da forma de preparar para a distribuição desse milho já ensacado.

Nós estamos enfrentando um problema sério com essa questão de logística, motivado pela alta produção de soja, pela grande safra, o que tem requerido um volume expressivo de caminhões para transportar essa carga, assim como também pela própria ausência de ferrovias. Se nós já tivéssemos com a nossa ferrovia Oeste-Leste pronta, inclusive no seu ponto de início, que é a cidade de Figueirópolis, talvez isso facilitasse a chegada desse milho para atender não só a Bahia como outros Estados do Nordeste brasileiro. Então, nossa expectativa para amanhã é muito grande.

Aqui, nós demos a nossa contribuição, Senador Blairo. Aprovamos medida provisória, inclusive a 565, da qual eu fui relator, aprovamos, depois, diversos créditos, aprovamos a ampliação, através de medida provisória, do Bolsa Estiagem, do Garantia Safra... Amanhã chega aqui uma medida provisória, para ser

apreciada, cujo objeto é este: a liberação de recursos para essas áreas que estão enfrentando dificuldades neste período da longa estiagem.

Agora, imagine V. Ex^a, que é um homem que conhece a terra, que tem sua vida lastreada na produção no campo, imagine, Senador Blairo Maggi, uma seca prolongada que está em consonância com outra que não se encerrou. Ou seja, nós não vamos experimentar o período, meu caro Presidente, o período de chuva entre um período normal. Nós não estamos querendo mudar o clima do Nordeste, mas, pelo menos, entre dois períodos de seca, a gente sempre convivia com uma chuvinha. Ela vem, bate, às vezes não tão forte assim, mas já dá para molhar. No período, agora, de São José, como os agricultores convencionaram chamar, nós convivemos com esse período agora sem ter a chuva.

E mais. A intensidade desse período tem levado a outra circunstância: agora, não adianta só a chuva chegar e bater no capim, pois a semente ali embaixo já está morrendo. Então, nós vamos ter que entrar em um processo, Senador Blairo, de replantio e, portanto, eu vou precisar de mais liberação de recursos.

Então, nós precisamos tratar dessa questão da dívida, do alongamento e, em determinadas circunstâncias, do perdão, porque o agricultor recebeu o dinheiro para aplicar em uma determinada área em que ele não teve nem como aplicar, ou então, se aplicou, está convivendo com essa experiência, de recursos para a aquisição de animais, que eu não sei nem onde é que a gente compra... A Bahia, por exemplo, agora, fez uma aquisição de 40 mil matrizes. Mas onde buscar? Ou onde colocar? Ainda que, nesse caso específico, você vá buscar e transporte, coloca onde, se não há a ração animal? Quem pode, Senador Ataídes, na Bahia, está pegando o seu gado, colocando em um caminhão e levando para as regiões onde há pasto. Mas a maioria, que vive da agricultura familiar, cuja vaquinha que está ali no curral é uma fonte de alimentação permanente, vai fazer o quê? E quem perde três, quatro, cinco cabeças, porque a maioria dessa agricultura familiar tem isso... A maioria tem isso! Então, o sujeito está vendo ir embora a vida dele, sem contar a outra parte: o acesso à água para consumo humano... Várias das nossas cidades estão começando a enfrentar problemas sérios de abastecimento d'água... Várias cidades, cidades-sedes.

Nós estamos fazendo diversas obras. O Governador Jaques Wagner esteve aqui, em Brasília, com a Presidenta, vai estar, amanhã, lá em Fortaleza, tem sido diligente, o Estado tem feito investimento, captando recursos junto ao Governo Federal, em diversas adutoras. Já foi entregue uma parte da Adutora do Algodão,

na região de Guanambi, e nossa esperança agora é com a Adutora do São Francisco, naquela região de Irecê. Mas é preciso fazer muito mais. Vamos entregar a liberação de recursos para a aquisição de máquinas. Mas, com máquina, Senador Ataídes, a gente limpa tanque, abre... Agora, se não vier chuva e abrir o tanque, não vai nem ter nem como utilizá-lo.

É importante a chegada desses equipamentos, de recursos para a construção de cisternas, que também dependem da água da chuva, ou de recursos para perfurar poços para buscar água no subsolo, o que é um trabalho importante que o Governo do Estado da Bahia está fazendo em conjunto com a Codevasf, com a liberação dos recursos do Ministério da Integração Nacional.

Ou seja, nós estamos, Senador Blairo, numa verdadeira guerra. É uma operação de guerra! Agora, nós temos que aproveitar esse momento e mesclar duas operações: uma operação emergencial, porque é preciso, Senador Ataídes, chegar lá com a água, chegar com a ração animal, chegar com as condições para enfrentar esse período.

Portanto, eu não estou desprezando nem acho errada a ação emergencial, mas a gente tem que aproveitar e ir também com as ações de perenização. Nós temos que ir com as ações que vão mexer na estrutura, que vão consolidar um caminho e nos preparar para conviver com isso, porque todo ano nós vamos ter esse período, Senador Ataídes! Não há nenhuma mudança!

Hoje, eu dizia à Senadora Ana Amélia, numa reunião sobre o FPE que nós fizemos na Liderança do PT, eu dizia a ela, ao Senador Pedro Simon e ao Senador Paulo Paim que nós temos 270 Municípios baianos cravados no Semiárido. O Semiárido baiano, Senador Blairo, representa, em porcentagem, sessenta e oito vírgula umas "canelas secas", como diz o sertanejo lá, quase 70%, do nosso território. Nessas áreas, nós precisamos chegar, urgentemente, com esse nível de investimento. E é claro que o processo de "reservação", de construção de estrutura para "reservação" de água... A gente traduz essa palavra dizendo que "reservação" é você construir exatamente grandes barragens, aguadas, para ir tendo a disponibilidade da água num período como esse. Você armazena para, depois, utilizar. Ainda é grande a necessidade desse tipo de ação, Senador Ataídes. Fez-se muito, mas ainda é preciso fazer muito mais. E olha que estou falando de um Estado que o São Francisco corta em grande parte: o São Francisco vem ali de Minas, adentra um pedaço do nosso oeste, corta ali, vai até a parte fronteira com o Estado de Sergipe, caminhando para Alagoas, na região mais norte do Estado, a região de Paulo Afonso... Temos ali grandes barragens

e, ao mesmo tempo, grandes lagos, que, na prática, funcionam como... Ninguém armazena energia, você armazena água, mas é importante lembrar que boa parte do Estado, principalmente esse território que citei aqui, esse território está exatamente no miolo do Estado, não por onde o São Francisco toca.

Então, é fundamental que nós possamos conviver com a aplicação dessas medidas. Por isso, a nossa expectativa quanto ao dia de amanhã... Eu vim para cá hoje, estamos preparando a nossa ida amanhã, em conjunto, com a comitiva da Presidenta, para a cidade de Fortaleza. É óbvio que o povo do Ceará também está sofrendo, conforme o relato feito aqui, na terça-feira próxima passada, pelo nosso Senador Inácio Arruda. Então, acho importante que a gente tenha, neste momento, agilidade na execução.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E não faz mais nenhum sentido, Senador Blairo, a gente não ter agilidade para fazer diversas obras dessas. Aprovamos aqui diversos mecanismos de agilidade para obras da Copa, o que acho correto, só que essa aqui não é uma copa que acontece a cada quatro anos, mas é a copa da vida, que acontece todo dia, a todo momento.

Volto a insistir: nós não vamos acabar com a seca – é uma estupidez achar que vamos acabar com a seca –, mas precisamos ter, consequentemente, a implementação de políticas de convivência com a seca. Senador Blairo.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senador Walter Pinheiro, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e pelo posicionamento. Pelo que acontece no Nordeste, principalmente no seu Estado – V. Ex^a está aqui a reivindicar as coisas pelo seu Estado, mas também pelo Nordeste –, eu digo que ainda bem que o Brasil tem como suprir essa deficiência da seca do Nordeste com produtos do Centro-Oeste. Mas, mais uma vez, estamos nós aqui a falar de logística. Como eu disse antes, a vaquinha no Nordeste vai morrer porque não há logística. Então, na realidade, o Ministério da Agricultura fez um leilão na semana passada, já com produtos ensacados, o que acredito ter sido muito bom. Já foi um sucesso a tomada de decisão do empresariado agrícola de vender os produtos dessa forma, liderado pela Secretaria de Política Agrícola, do Neri Geller, junto com o Ministro Antônio. Eu gostaria de dizer que, neste momento em que ouço o seu pronunciamento, fico imaginando o cidadão que ainda tem uma única vaquinha e um pequeno rebanho. Vejo que as esperanças dele estão indo embora. Depois que a esperança for embora, será muito difícil fazer com

que esse cidadão permaneça no campo, sem inchar as cidades, e não se vá violentar para trocar toda uma vida e uma cultura para poder sobreviver na periferia de uma cidade. Há uma única saída para isso, Senador Walter: o Governo passar por cima das regras de mercado neste momento. O frete de caminhão para o Nordeste custa hoje R\$300,00, porque está competindo com outros fretes para portos do Sul, do Sudeste e do Norte. Então, em época de emergência, em época de dificuldades como essa, tem de se entrar pagando mais. Paga-se mais, que é muito mais barato do que ver o cidadão sofrer. Tenho a certeza absoluta de que, se o Governo colocar algo mais nesse preço do frete para levar o milho para o Nordeste, o Governo, em 15 dias ou em uma semana, colocará todo o milho existente lá, e, depois, o mercado volta a se estabelecer com os fretes que estão circulando Brasil afora. Então, eu gostaria de deixar essa sugestão, já que V. Ex^a estará com a Presidente Dilma amanhã na viagem. Não adianta querer competir com o mercado da mesma forma que está competindo neste momento. Digo para V. Ex^a que, hoje, há as linhas em que a maioria dos transportadores atua. As transportadoras que tiram soja de Mato Grosso e a levam para Paranaguá, para Santos, para Itacoatiara ou para Porto Velho não saem dessa linha por R\$5,00 ou R\$10,00 a mais a tonelada. Há os que fazem a linha para Goiás, há os que fazem a linha dentro do Mato Grosso para chegar a um terminal ferroviário, que estão acostumados com aquilo, que tem contratos com aquilo. Isto vem sendo programado e projetado há um ano: ele tem que tirar tantas toneladas por dia para colocá-las no trem, para o trem chegar ao navio etc. Então, para romper com isso, tem que chegar e dobrar na mesa, tem que chegar, cacifar e estipular um preço, para o mercado pensar: “Opa, vou aproveitar esta oportunidade e vou levar este milho para o Nordeste, e tudo se arruma!” Não adianta querer discutir e disputar com o mercado estabelecido. Tem que romper esse mercado. E se vai rompê-lo com o preço do frete superior ao que está proposto por aí. Muito obrigado, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É isso, Senador Blairo! Essa é a agonia que a gente já tem levantado. E posso dizer a V. Ex^a uma coisa que não me sai da memória. Outro dia, fiz um pronunciamento aqui extremamente acirrado do ponto de vista das minhas posições, até saindo do que é o normal na nossa fala. Terminei fazendo isso, em virtude desse sofrimento.

Senador Blairo, no dia 4 de janeiro de 2012, estive em Brasília, acompanhando o Governador Jaques Wagner. Naquela época, a gente já dizia: “Gente, isso vai acontecer. Não é achismo”. Hoje, há elementos su-

ficientes para uma previsão com um acerto quase total. Os institutos já apontavam uma situação extremamente grave. Agora, nós estamos diante desse quadro, e não dá mais para ficar olhando a análise e a expectativa, tampouco esperando o que vai dizer um instituto. Nós temos uma situação concreta.

V. Ex^a fala da migração. Ora, um homem de 60 anos... Deixe-me citar a minha idade. Um sujeito de 53 anos para 54 anos não abandona mais sua terra para tentar arriscar a sorte onde quer que seja. Eu sou filho de uma família que fez isso. Meu pai foi embora para Salvador – e eu nasci na cidade de Salvador – nessa expectativa, sem nada. Eu sou filho, Senador Blairo, de uma família de oito irmãos. Meu pai disse: “Vamos lá! Vamos embora para Salvador arriscar a sorte!” Mas isso, há 54 anos, tinha efeito e deu um resultado favorável: meu pai terminou virando ferroviário. Qual é o homem de 50 anos, de 54 anos ou de 60 anos que vai largar sua terra hoje e se dirigir para não se sabe onde? Vai para sedes de Municípios ou para cidades maiores? Ou vai para outro Estado, com família constituída? E há tal nível de aglomeração nessas grandes cidades, que elas já não suportam mais! Então, não é esse o caminho. O caminho é fazer exatamente aquilo que estávamos aqui apontando: chegar com as soluções e aí quebrar essa barreira.

V. Ex^a coloca muito bem que temos de fazer a mesma coisa que fizemos para as obras da Copa. Com um regime diferenciado, paga-se um pouco mais para enfrentar este momento de emergência, para atender a essa demanda.

Mesmo no caso do capim, ainda que haja problemas aqui, ali e acolá... No Nordeste, até palma está indo embora, Senador Blairo! Não sei qual é o mandar-caru que está resistindo a esta seca. Até palma está em falta! Estamos tendo dificuldade. Nos lugares onde havia palma, não está havendo mais! Mesmo nesse caso, bateu uma chuva... Como o cancionero popular sempre dizia, “quando bater a chuva, a flor brota”. E os animais? Se o animal morreu, ele ressuscita? Como V. Ex^a disse, o agricultor familiar tem quatro ou cinco cabeças de boi, de ovino, de caprino ou de suíno. Portanto, é uma situação extremamente difícil.

Temos feito um apelo, de diversas formas, ao Ministro da Agricultura; ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, nosso amigo Pepe Vargas; e ao Ministro da Integração Nacional no sentido da mobilização, para fazermos chegar essas coisas.

Lembro-me, Senador, de que liguei para o Secretário de Agricultura da Bahia, com esse negócio do leilão, e ele disse: “Pinheiro, fiquei contente com as 13 mil toneladas, quero mais 50”. Agora, meu problema é o seguinte: “Está bom, são 13 mil toneladas no leilão,

mas como é que isso vai chegar?” Isso é um desespero! Você vê, às vezes, a possibilidade de ter acesso ao recurso, mas não tem como viabilizar, com esse recurso, medidas que tenham efeito imediato.

Acho que é importante esse esforço, e a nossa expectativa é a de que, no dia de amanhã, possamos chegar aqui com notícias boas para o Sertão da Bahia.

Vou encerrar. Vou conceder um aparte à Senadora Ana Amélia, meu caro Senador Ataídes, e aí encerrarei meu pronunciamento nesta tarde.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Walter Pinheiro, eu queria dizer – especialmente, estou falando para os eleitores da Bahia – que, aqui, V. Ex^a está dividido entre duas frentes, coração e mente, quanto à questão da seca no seu Estado e no Nordeste. V. Ex^a pensa também por toda a Região Nordeste. Eu estava aqui em janeiro, quando V. Ex^a fez aquele veemente pronunciamento a respeito dos problemas, fazendo a crônica de uma seca anunciada. V. Ex^a passou o fim de semana – estou informada – tratando disso, para agilizar a chegada da ração ao animal desses pequenos agricultores. V. Ex^a, naquela medida provisória, tratava da dívida desses pequenos agricultores, que, agora, voltam a ter o mesmo problema, Senador Walter Pinheiro. V. Ex^a está também tratando de um problema gravíssimo, que é a repartição do recurso do FPE – Fundo de Participação dos Estados. Eu queria dizer aos eleitores da Bahia: tenham orgulho desse Senador que os representa, porque está trabalhando intensamente nessas duas frentes, as duas muito complexas! Mas, com o vigor, com a coragem e com a forma com que V. Ex^a trabalha, V. Ex^a, certamente, vai superar os dois desafios. Espero, como Senadora gaúcha – o Senador Paulo Paim, que está aqui, o Senador Pedro Simon e eu estivemos com V. Ex^a –, que a participação dos Estados seja a mais justa possível. É o que nós todos desejamos. Meus cumprimentos, Senador Walter Pinheiro!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Essa é a coisa boa, Senadora Ana Amélia, porque, mesmo nesse esforço, a gente pode compreender essas proezas todas. E o mais importante é que a gente sabe que pode contar com parceiros nesta Casa, com as bancadas dos Estados. Hoje, eu, particularmente, tive essa conversa com a Bancada do Rio Grande do Sul. Conversei também com outras bancadas. Com esse esforço, a gente busca exatamente resolver problemas gravíssimos. Então, essa luta nossa é pela distribuição dos recursos, sejam eles recursos financeiros, materiais, sejam eles essas coisas infra.

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É preciso a gente tirar um pouquinho, desconcentrar.

Eles ficam muito concentrados a vida inteira no Brasil, muito concentrados. Esse é um problema que se arrasta há anos e anos.

Então, a gente vê esse celeiro do Brasil, que é o oeste, que é o Centro-Oeste – o Senador Blairo Maggi falava aí agora –, e, de repente, não há vasos comunicantes. Então, como tirar do Tocantins?

Por isso, estou insistindo nisto, meu caro Senador Ataídes: a nossa ferrovia chega exatamente a Figueirópolis, no Estado de V. Ex^a. Então, já era um ponto fundamental para a gente chegar dali e promover a distribuição. Depois, ela cruza com outra ferrovia, a Centro-Atlântica, que sai do norte de Minas e vai até quase dentro de Salvador. Então, há vasos comunicantes. Era importante a gente tocar nisso.

Então, é fundamental o esforço nosso aqui para distribuir esses recursos, para que haja uma justiça cada vez maior na distribuição desses recursos. É preciso que haja também certa agilidade na distribuição desses recursos, porque, de repente, podemos chegar com algo que, na ponta, não consiga mais fazer o efeito que queríamos. Talvez, possamos chegar até a um processo de catástrofe!

Então, é esse o apelo. Por isso, a gente tem buscado fazer esse esforço.

É importante salientar aqui o apoio que a gente tem recebido da parte de diversos Ministros, que se têm empenhado. Ainda no feriado, recebi ligação do Ministério da Agricultura.

Senadora Ana Amélia, em todo o feriado da Semana Santa, fiquei atrás disso. Liguei para a empresa que controla boa parte dos caminhões. Discuti com gente da área de porto, tentando ver como podemos ajudar para que essa carga chegue. Discuti com o Governo e fiz o máximo de movimentações para ver como a gente pode agilizar a liberação de recursos. Com a chegada de máquinas perfuratrizes ao Nordeste, vamos buscar água no subsolo e tentar trazê-la à superfície. Sei que isso não é fácil, mas é importante que se jorre um pouquinho de água, para, depois, a gente ver como é que se distribui. Inicialmente, distribui-se com caminhão-pipa, Paim; depois, faz-se o sistema simplificado.

Portanto, essa é a operação de guerra que a gente tem de fazer para que se constitua uma boa guerra, aquela que fará com que a gente mantenha a vida. Esse é o esforço.

Paim, espero que, no dia de amanhã, nossos ouvidos e nossos corações possam ser contemplados com medidas importantes. Esse é nosso desejo, é nosso apelo. Ao mesmo tempo, essa é a nossa expectativa para essa reunião de amanhã na Sudene. Lá veremos, de uma vez por todas, as medidas chegarem, para

suavizar e amenizar essa situação e para, ao mesmo tempo, criar caminhos para resolver a vida de nossos sertanejos e de nosso querido Nordeste brasileiro.

Um abraço, Sr. Presidente!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Senador Walter, há poucos dias, desta tribuna, ouvi o Senador Vital do Rêgo, com seu jeito todo poético, falando sobre o Nordeste, como também ouvi o Senador João Vicente Claudino falando sobre os poços artesianos do Nordeste. Agora, ouço V. Ex^a, que, com tanta sabedoria e conhecimento, também fala do nosso Nordeste, que conheço um pouco. V. Ex^a sensibiliza não só esta Casa, Senador, mas também o povo brasileiro.

Repito: conheço um pouco o Nordeste. V. Ex^a falou de Irecê, uma grande região produtora de feijão, uma das maiores do País. V. Ex^a também falou da Ferrovia Leste-Oeste, que resolveria o problema de se levar o milho para a vaquinha, que é a vida do nordestino, pois dela se extrai o leite e se obtém o pão de cada dia. Mas há algo que não consigo entender, Senador: há quase uma década, a Ferrovia Norte-Sul é feita, é refeita, e, até hoje, essa ferrovia não foi liberada.

Na iniciativa privada, Senador, eu percebo que tudo tem começo, meio e fim. Mas eu não consigo entender por que é que na coisa pública as coisas às vezes começam, mas não terminam. É lamentável! Mas, com essa guerra, com esses esforços, eu tenho certeza de que o Nordeste – porque não é possível –, que representa, como o senhor bem disse, 68%, uma hora nós vamos chegar e vamos acabar com isso, se Deus permitir, e Ele vai permitir.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança, pelo tempo regimental de cinco minutos.

Por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero, inicialmente, saudar todos que estão nos assistindo pela Rádio e pela TV Senado; agradecer a V. Ex^a e agradecer ao Senador Paulo Paim pela gentileza da permuta, para que eu pudesse falar na ordem invertida.

Minha palavra é muito rápida, mas é uma palavra extremamente importante para o meu Estado de Roraima. Trata-se exatamente, Sr. Presidente, da audiência que tivemos, no final da semana passada, junto com o Governador Anchieta, com o Ministro da Agricultura, Toninho Andrade, o novo Ministro da Agricultura.

Estivemos lá, referendando um acordo que já havia sido construído com o Ministro Mendes Ribeiro, da

Agricultura, com a minha participação, inclusive visando às ações do Orçamento Federal de 2014.

No Orçamento Federal de 2014, não havia recursos previstos para o necessário em relação à defesa animal e vegetal do nosso País. O País apontava a falta de recursos para combate às dificuldades das fronteiras e à contaminação, tanto animal quanto vegetal.

Em contato com o Ministro Mendes Ribeiro e sua equipe de trabalho, nós alocamos recursos para que o Brasil pudesse exercer, efetivamente, a proteção de suas fronteiras. A sanidade vegetal e animal têm que ser uma prioridade no Brasil. O Brasil é um País produtor, é um País que tem produzido de forma esplendorosa, aumentando safra a cada ano, tem um grande rebanho bovino, e estava à mercê, efetivamente, de pragas e de doenças que entram pelas fronteiras, notadamente no Norte do Brasil. E, nesse caso específico, falo do Estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela e com a Guiana, onde havia muitos problemas de sanidade vegetal, como a mosca da carambola, como a cochonilha rosada.

Roraima também é um Estado que não é declarado ainda livre da febre aftosa. Por conta disso, nós vemos a nossa produção ficar prejudicada. Fiz um acordo com o Ministro da Agricultura para colocar os recursos de que Roraima precisava, de que o Brasil precisava, para que pudéssemos, efetivamente, ter uma ação pronta, forte, enérgica, no sentido de proteger as fronteiras. Nós colocamos os recursos e agora pactuamos com o Ministro que até o próximo ano, até março ou abril do próximo ano, com a vacinação que está ocorrendo, iniciando hoje, e depois com a pesquisa sorológica que vai ser feita, nós teremos condição de declarar Roraima livre da febre aftosa, para que tenhamos condição de vender a nossa produção.

Damos um exemplo: um país vizinho ao nosso, a Venezuela, comprou, no ano passado, em 2012, quase US\$1 bilhão de carne de gado do Paraná, de Mato Grosso, de Rondônia, do Pará. Senador Paulo Paim, Roraima não vendeu um tostão de gado à Venezuela exatamente por conta da limitação de não ser uma área livre da febre aftosa.

Com essa mudança, com essa vacinação que estamos iniciando e com todos os pontos que serão seguidos dentro desse programa, sem dúvida nenhuma teremos condição, no próximo ano, de retomar a produção e, mais do que isso, de iniciar a venda de produtos à nossa vizinha, com a condição especial de fornecer dentro de uma logística muito mais simples do que a que a Venezuela vem utilizando.

Então, as minhas palavras aqui são de, primeiro, registrar a importância desse acordo com o Ministério

da Agricultura, tanto para a sanidade vegetal quanto para a sanidade animal.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – E também anunciar o nosso trabalho e os recursos alocados por mim, para que tenhamos condição de ficar livres da febre aftosa no próximo.

Quero agradecer ao Ministro Toninho Andrade por ter feito esse compromisso, inclusive registrando que irá a Roraima fazer os anúncios e os atos necessários, para que tenhamos condição de liberar os recursos.

Então, fica aqui este anúncio; ficam aqui o nosso compromisso, o nosso agradecimento e a nossa confiança nos técnicos e dirigentes da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (Aderr), que têm condições técnicas efetivas de cumprir essa programação, que aprovamos e pactuamos com o Ministério da Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Meus cumprimentos, Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Ataídes Oliveira, que preside a sessão, Senadores e Senadoras, eu quero fazer uma série de pronunciamentos, aproveitando o tempo desta segunda-feira.

Primeiro, com tristeza, eu registro o falecimento, em Porto Alegre, de Sônia Saraí, companheira, militante do Partido de longas jornadas, Senador Ataídes.

Ela falece aos 47 anos. Foi Vereadora da capital e deixa um legado de muita luta em defesa dos direitos humanos. Dedicou a sua vida ao combate aos preconceitos. Era uma militante do movimento das mulheres do meu Estado.

Negra Saraí, como era conhecida também, Senador Ataídes, foi Conselheira Tutelar, Promotora Legal Popular e era uma incentivadora da reforma urbana.

O velório está sendo realizado na Sala Ana Terra, na Câmara Municipal de Porto Alegre, e o sepultamento será hoje, às 18h, no Cemitério da Santa Casa da capital do Rio Grande do Sul.

Assim, o Rio Grande perde uma das suas mais destacadas militantes sociais. Fica aqui a nossa solidariedade aos familiares, aos amigos, a todos aqueles que acompanhavam, passo a passo, a vida dessa guerreira. Perdemos, assim, aos 47 anos – uma jovem ainda –, essa militante.

Senador Ataídes, quero também, na mesma linha em que aqui já falou a Senadora Ana Amélia, registrar, digamos, não somente as preocupações, mas a nossa caminhada. Tanto eu quanto a Senadora Ana Amélia e

o Senador Simon – sei que a Bancada de Santa Catarina também – estamos integrados no diálogo que estabelecemos com o Senador Walter Pinheiro, Relator do projeto que trata do FPE.

O Senador Walter Pinheiro reuniu-se, hoje, com os três Senadores do Rio Grande. Repito: com o Senador Pedro Simon, com a Senadora Ana Amélia e com este que vos fala, juntamente com o Governador Tarso Genro; com o Secretário da Fazenda, Odir Tonollier; com o Coordenador da Bancada gaúcha, Deputado Ronaldo Nogueira; com o Diretor Técnico, que tem acompanhado muito os nossos trabalhos sobre esse tema, Dr. Marcelo Ramos de Mello; e também com os representantes da Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul, aqui, em Brasília, mais conhecida como embaixada do Rio Grande do Sul.

Estamos contribuindo com o Relator com ideias, enfim, com redações, com emendas que caminhem na linha de um grande entendimento, sem pensar em trazer prejuízo para nenhum Estado.

Sabemos que o assunto é difícil, árduo, mas sempre acreditei no diálogo e nos sólidos argumentos daqueles que querem o bem comum, como eu digo: fazer o bem não interessando a quem.

Ainda não chegamos a uma redação final. Dependemos, claro, da palavra final do Relator, que está recebendo todas as propostas, mas os Senadores gaúchos e o Governo do Estado apresentaram o seu ponto de vista para a apreciação do Relator.

A proposta objetiva melhorar as condições não somente para o Rio Grande, mas também para os outros Estados.

A construção que apresentamos – os Senadores e o Governador – consiste em incluir o art. 2º, que trata da inaplicabilidade da fórmula para os demais repasses; depois, da imposição do limite populacional mínimo de 1%, que não atinge o Rio Grande do Sul, mas beneficia os pequenos; e ainda do redutor de 75% em relação à renda domiciliar *per capita*.

As três medidas aplicadas em conjunto diminuem os efeitos para o Rio Grande do Sul e trarão benefícios, conforme nossos estudos, para cerca de 18 Estados. Estou certo de que essa proposta ajudará na busca das soluções.

A inclusão do art. 2º impedirá que as perdas se multipliquem, pois, caso aplicada a mesma regra para os *royalties*, por exemplo, isso irá potencializar as perdas, o que, no meu entendimento, aumentará a injustiça.

A sugestão referente à imposição de um limite populacional mínimo de 1% favorece, repito, os Estados com a menor população, o que não é o caso do Rio Grande do Sul.

Aí, o Relator está tentando construir uma engenharia, porque ele tem também as suas preocupações justas.

O fator representativo da população corresponderá à proporção da participação da população do Estado na população do País, observado o limite superior a 7%, já acordado, que incidirá uma única vez nos cálculos.

Somando os índices, obteremos um valor inferior a 100%. Dessa forma, o excedente será redistribuído entre todos os Estados.

Portanto, teremos o mínimo efetivo de 1,21% e um índice máximo de 8,44%. Com isso, evitaremos distorções nos cálculos.

Senador Ataídes, por fim, ao alterar o redutor de 70% para 75%, em relação à renda domiciliar *per capita*, os Estados que tiverem uma renda maior que 75% da média da renda *per capita* nacional sofrerão, então, a incidência no seu coeficiente. O redutor corresponderá à razão entre o excesso e o valor de referência.

Vamos ver: o Rio Grande do Sul e outros, antes, possuem a renda *per capita* acima da média nacional. Quanto maior o valor da referência – 75%, 80%, 85% –, menor o excesso e menor o redutor aplicado ao índice. Dessa forma, melhora para os gaúchos e para aqueles que possuem renda *per capita* maior que a média, só como exemplo.

Enfim, por todas essas razões, estou convicto de que estamos avançando no diálogo com o Relator. O Relator se mostrou sensível e demonstrou disposição para caminharmos juntos na busca de uma solução.

Vivemos, hoje, um momento histórico para os Estados, visto que estamos prestes a aprovar uma nova repartição de receitas, ou seja, avançamos no famoso Pacto Federativo.

Nós, como representantes do Estado do Rio Grande do Sul, defenderemos, junto ao interesse de todo o nosso povo, de todo o nosso País, a busca de um grande entendimento na melhor redação.

A Bancada gaúcha no Senado e na Câmara está coesa, na certeza de que vamos buscar um grande entendimento.

Sr. Presidente, repito que apresentaremos ao Relator uma emenda assinada pelo Senador Pedro Simon, pela Senadora Ana Amélia, por este Senador, com o aval do Governador e de todos os Deputados Federais do Rio Grande e, tenho certeza, da própria Assembleia Legislativa.

Avançando, ainda, Sr. Presidente, volto a falar de um tema que V. Exª, Senador Ataídes, é acostumado a me ouvir falar aqui, a nossa Previdência. Repito aqui: a Previdência do setor urbano fechou o ano de 2012 com o maior superávit desde 2001, um superávit de R\$25 bilhões. A arrecadação urbana ficou em R\$277,8

bilhões, o que representa um crescimento de 6,4% em relação a 2011.

Já a despesa em pagamentos com o benefício urbano fechou em R\$252 bilhões. Como vemos, arrecadamos R\$277,8 bilhões e gastamos R\$252,7 bilhões. Por isso, um superávit de R\$25 bilhões. Verdadeira prova de que as contas previdenciárias vão muito bem. Embora desonerando muito, estão indo bem ainda. Para ver como a nossa Previdência é superavitária!

Aqui é bom lembrar que os mandamentos constitucionais, na linha da universalidade e da diversidade da base do financiamento da seguridade, continuam hábeis à proteção dos direitos a serem cumpridos e defendidos.

Segundo a auditora fiscal Clemilce de Carvalho, no artigo intitulado “Fugir do fator previdenciário ou acabar com ele?”, “o orçamento da Seguridade Social suporta o pagamento dos benefícios, conforme a doutrina da Previdência, sem o confisco imposto pelo fator previdenciário” e sem a maldade, eu diria, de não garantir um reajuste decente e um cálculo decente aos nossos trabalhadores no ato da aposentadoria e mesmo depois de aposentados.

Por isso, defendemos o fim do fator e uma política de reajustes reais para os aposentados e pensionistas, para que não tenham prejuízo para o seu poder de compra.

Eu vim agora no avião do Governador, casualmente – locado, naturalmente, porque aproveitei para vir e me encontrar com o Senador Walter Pinheiro –, e li um jornal que dizia que os planos de saúde estão aumentando quase 300 vezes o valor da prestação, principalmente para os mais idosos. Como pagar um plano de saúde se você não tem o correspondente aumento no seu salário? Você só recebe o INPC, que fica em 5%, 7% ou 8%, e os planos de saúde aumentam mais de 200%.

Por isso, Sr. Presidente, Senador Ataídes, nós insistimos numa política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Mas ainda me socorrendo a esse escrito da nossa querida escritora e auditora fiscal Clemilce de Carvalho, ela disse:

Somente em 2011, as publicações da ANFIP apresentam saldo financeiro – favorável – de todo o sistema da ordem de R\$ 77 bilhões. Se considerarmos os seis últimos exercícios, chegamos à expressiva marca de R\$ 400 bi!

Por isso, não sou contra desonerar a folha.

Eu sempre digo que a nossa Previdência é tão superavitária que, mesmo desonerando a folha, os 20% pagos pelo empregador, que pagava, agora não paga

mais, baixou para 1,5% ou 2% sobre o faturamento, continuamos gerando superávit.

Sr. Presidente, Senador Ataídes, não sou somente eu que entende ser cabível o fim do fator e reajuste para os aposentados. Especialistas com fulcro nos sucessivos superávits de arrecadações confirmam esta tese: é inadmissível que esse mal perdure e perdure e nunca tenha fim.

É inadmissível que nós todos, aqui, no Parlamento sejamos insensíveis, porque tentamos adiar a tão esperada votação do PL 3.299/2008, que colocará fim ao hediondo fator, já aprovado aqui no Senado, a Câmara é que não vota.

É inadmissível, acima de tudo, acreditar que alguém possa levantar a tal fórmula 95/105. Eu chego a dizer que é uma piada de mal gosto que algum burocrata de plantão inventou. Tenho certeza de que a Presidenta Dilma é contrária a essa fórmula. O máximo a que poderemos chegar, como um grande entendimento, é a fórmula 85/95, mas não 95/105.

É bom lembrar, para aqueles que não entenderam bem, que quando falamos em 85/95 é a soma da idade com o tempo de contribuição. A mulher se aposentadoria, por exemplo, com 55 anos de idade e 30 de contribuição, o que daria 85, ou com 54 anos de idade e 31 de contribuição, que daria 85 também. E o homem, no caso de 95, se aposentaria com 60 anos de idade e 35 de contribuição, ou com 59 anos de idade e 36 de contribuição. Mas 95/105 nem falar! Nem pensar! É irreal? Não é correto! É inadequado! Eu diria até que é uma proposta desonesta com aqueles que trabalharam toda uma vida.

Essa fórmula, se chegasse a vir, porque não virá, antes de ser uma crueldade, é inconstitucional, pois fere o princípio da isonomia, da razoabilidade e da dignidade humana, inclusive em relação aos servidores públicos, porque lá a fórmula é 85/95.

Vale ressaltar, inclusive, que esse mecanismo de somar idade com tempo de contribuição foi uma sugestão que aplicamos já na PEC Paralela, na Administração Pública. Nós fomentamos, nós trabalhamos quando, naquele momento, sugerimos esse encaminhamento.

Por fim, eu insisto em dizer que a fórmula 95/105 não existe. É uma piada de mau gosto que alguém soltou na praça para assustar os trabalhadores. O que existe é um debate de 85/95. E eu expliquei como chegamos a esse cálculo.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já vou conceder-lhe um aparte, Senadora Ana Amélia.

Enfim, quero dizer que, recentemente, em Brasília, houve uma grande marcha com cerca de 50 mil trabalhadores, Senadora Ana Amélia, dos mais variados

setores, de todas as centrais, exigindo o fim do fator e o reajuste correto para os aposentados e pensionistas.

Quero dizer que me socorro aqui, antes de conceder um aparte a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, de um pronunciamento do grande ex-Presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, assassinado, que disse certa vez: “Pecar pelo silêncio quando se deveria protestar, transforma homens em covardes.” O que ele está dizendo? Se nós achamos que é uma maldade tão grande esse fator previdenciário e não temos uma política para os aposentados, nós não podemos nos acovardar mediante esse debate. Temos que fazer o bom combate, o bom debate, mostrando que é possível, sim, acabar com o fator previdenciário e avançar numa política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Com satisfação, concedo um aparte para a nossa querida Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Paim, nós, os três Senadores do Rio Grande, estamos juntos na questão do FPE, defendendo os interesses do nosso Estado. E, da mesma forma como acompanhei seu trabalho e sua luta em relação ao fim do fator previdenciário, eu também queria lhe dizer que, quando li a notícia dos 105 anos – comentei com V. Ex^a aqui, na nossa Bancada –, imagino que tenha sido aquela coisa de colocar o bode na sala. Quando foi votado o Orçamento para este ano, V. Ex^a insistiu muito em conceder um reajuste maior para os aposentados do INSS que ganham acima de um salário mínimo, porque hoje o reajuste está sendo sempre menor. E isso, junto com o fator previdenciário, tem levado a uma queda brutal da renda dos aposentados do Regime Geral de Previdência Social do INSS. Então, penso que o Governo ou alguma mente colocou o bode na sala, ou seja, assustando com o 105 para que não se desse aquele reajuste. Então, estou com V. Ex^a nesta questão de evitar que seja adotada uma medida dessa natureza, que será inteiramente lesiva aos aposentados do INSS. Estamos juntos não só na questão do FPE, mas também em relação a essa matéria. V. Ex^a tem, aqui, nesta Casa, há muitos anos, liderado a defesa do interesse dos aposentados do Regime Geral da Previdência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. Estamos juntos nesta caminhada, com certeza absoluta.

Eu queria aproveitar este momento, Sr. Presidente, para dizer que, do dia 10 ao dia 14, haverá um grande debate em Aracaju – e estarei presente –, sobre os caminhos para melhorar a vida dos aposentados.

O evento é de 10 a 14, e eu me comprometi em estar lá, nos dias 11 e 12, participando do debate pro-

movido pela Cobap. O evento vai ser em Coroa do Meio, Aracaju, Sergipe. Na oportunidade, faremos um grande debate sobre as bandeiras e a defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas.

Aqui está o convite que recebi do Warley Gonçalves, da Cobap, e do Luiz Legnani, Secretário-Geral. Confirmei a presença.

Aproveito também, Sr. Presidente, para confirmar para a nossa querida e grande líder Berenice Piana que, no próximo domingo, estarei na grande caminhada que fará no Leblon em defesa das crianças portadoras do Transtorno Invasivo do Desenvolvimento ou do Transtorno do Espectro Autista.

É uma lei que ajudamos a construir via Comissão de Direitos Humanos. Hoje a lei está sancionada, a Lei nº 1.611, de 2011, à qual tive a alegria de dar o nome da grande militante Berenice Piana. E pegou. Que bom que pegou! Foi aqui, da tribuna, em homenagem a Berenice Piana. Eu não queria que ficasse só no número, mas que a lei se chamasse Berenice Piana, e a assim felizmente aconteceu.

Todos os militantes do Mundo Azul, que assim se identificam, concordaram, e Berenice Piana – o nome dessa grande militante que tem um filho autista – passou a ser o nome da lei.

Confirmo, então: no dia 7 de abril, às 9 horas da manhã, estarei aí, no Leblon, para caminhar com as pessoas com deficiência e com os autistas.

Por fim, Sr. Presidente, com a tolerância contumaz de V. Ex^a, Senador Ataídes, permita-me que eu fale aqui, ainda, um pouco sobre a importância do debate que esta Casa está fazendo – o Senador Delcídio do Amaral é o relator – sobre o ICMS.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, a guerra fiscal que se disseminou no País não favorece a ninguém, senão a alguns grupos empresariais que se aproveitam das disputas entre os Estados brasileiros para barganhar a concessão de benefícios fiscais cada vez mais generosos. Temos de ter uma política igual para todos em qualquer parte do País.

Na prática, o atual modelo fez com que, a fim de atrair investimentos privados, as unidades federativas estimulassem as empresas a realizar uma espécie de leilão para definir onde sediarão seus novos empreendimentos. Ao final, ganha quem oferece mais benefícios, entre os quais, a isenção ou a postergação no recolhimento do ICMS.

Nessa guerra de todos contra todos só há, entre os Estados, vencedores de curto prazo e, no longo prazo, uma grande vítima: o povo brasileiro. Segundo afirma o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, os Estados, em conjunto, renunciaram a cerca de R\$100

bilhões, com incentivos a empresas para que saíssem de um Estado e fossem para outro. Vão fechando as empresas, os complexos demitindo milhares e milhares de trabalhadores e levando esperança para outro Estado. Mas, depois, outro Estado oferece, demite todo mundo e vai para outro Estado.

O prejuízo, no entanto, é ainda maior, porque, no cálculo do Ministro, não estão incluídos, por exemplo, os custos da complexa engenharia contábil que a guerra fiscal produziu, nem o desestímulo ao investimento provocado pela insegurança jurídica que o modelo gerou para todos, porque, a qualquer momento... É como aplicação de capital volátil, conforme o vento, desloca de um lugar para o outro.

De fato, por diversas vezes, o Supremo Tribunal Federal se pronunciou acerca da inconstitucionalidade da concessão de incentivos fiscais do ICMS sem a prévia celebração de convênio entre os Estados-membros e o Distrito Federal, conforme prevêm a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 24, de 1975.

Não obstante isso, os benefícios continuam a ser concedidos, de forma explícita ou disfarçada, mediante a utilização de artifícios jurídicos e econômicos os mais mirabolantes.

No entanto, temos agora, diante de nós, a oportunidade única de acabar com tais distorções, incertezas e desconforto jurídico. Como todos sabem, tramita nesta Casa o Projeto de Resolução nº 1, de 2013, de autoria da Presidenta da República, que estabelece um cronograma de redução gradual e unificação da alíquota interestadual do ICMS para 4%, pondo fim à famosa guerra suja, a guerra fiscal.

Ao mesmo tempo em que encaminhou o PRS nº 1, de 2013, a Presidenta da República editou a Medida Provisória nº 599, de 27 de dezembro de 2012, que prevê a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao ICMS.

A MP nº 599, de 2012, prevê, ainda, a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR – para os Estados que serão afetados pela redução do papel do ICMS como instrumento de política industrial e desenvolvimento econômico.

Ambas as medidas, a compensação e a criação do FDR, estão condicionadas à aprovação de resolução do Senado Federal que unifique a alíquota interestadual do ICMS.

Sr. Presidente, Senador Ataídes, não por acaso, a Constituição de 1988 – e eu estava lá –, conforme estabelecido no inciso IV do § 2º do art. 155, atribuiu ao Senado Federal, por meio de resolução, a compe-

tência para estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

As regras constitucionais impõem tratamento federativamente uniforme em matéria de ICMS. O constituinte originário – repito, eu estava lá – teve a sensibilidade de entender que tais matérias deveriam estar reservadas à Casa Legislativa que reflete a isonomia federativa por meio da representação paritária dos Estados-membros, ou seja, o nosso Senado da República.

Creio que temos o dever de corresponder à responsabilidade que nos foi confiada aprovando um projeto de resolução que beneficie o conjunto da população brasileira, deixando de lado eventuais diferenças regionais.

Senador Ataídes, na atual conjuntura fiscal, não tenho dúvidas de que o PRS nº 1 atende ao interesse nacional e busca corrigir o quadro caótico em que nos encontramos, marcado pela competição danosa, desleal, entre os Estados.

Há poucos dias, vim à tribuna para denunciar que o texto proposto para as novas regras do FPE prejudicava inúmeros Estados e precisava de uma maior reflexão. Isso foi feito com a sensibilidade do nobre relator, colega e amigo de partido, Senador Walter Pinheiro.

Naquela ocasião, conclamei todos a estabelecermos uma boa discussão, um bom debate para a votação da distribuição do FPE. Que fôssemos na linha do equilíbrio, da serenidade, no campo da razoabilidade, na busca do senso de justiça. Penso que esses mesmos princípios devem orientar os debates em torno da PRS nº 1, de 2013.

O estudo realizado pelo Confaz, por exemplo, e divulgado pelo Ministério da Fazenda, sobre a estimativa de perdas e ganhos com a unificação do ICMS, baseado nos dados das notas fiscais eletrônicas de 2011, revela que, ao final do processo de unificação, quando todas as alíquotas estivessem niveladas em 4%, nove Estados registrariam impactos negativos no saldo líquido do ICMS nas operações interestaduais.

Na verdade, apenas oito, pois o estudo incluiu o Amazonas, sendo que o PRS nº 1 excetua do novo limite de 4% as operações e prestações originadas da Zona Franca de Manaus, cuja alíquota permanece em 12%.

Como vemos, a maioria dos Estados brasileiros, de pronto, sai com o benefício.

No caso do Rio Grande do Sul, o saldo projetado é de crescimento da arrecadação do ICMS em 3,2%, o que, considerando os dados de 2011, representaria um incremento de receita da ordem de R\$600 milhões.

Apesar de R\$600 milhões não ser uma cifra desprezível, o aumento da arrecadação, com o fim da guerra fiscal, certamente será muito superior, pois o

estudo do Confaz não capta, nem poderia captar, os ganhos advindos do restabelecimento de um ambiente mais homogêneo e juridicamente seguro que vai possibilitar a atração de novos investimentos, Estado por Estado, multiplicando a geração de emprego e renda.

Sr. Presidente, o ICMS constitui a principal fonte de finança do meu Estado, respondendo por quase dois terços do orçamento. Assim, eventuais oscilações na arrecadação afetam diretamente a capacidade do Estado. As vantagens do novo sistema não se concentram tanto no objetivo só de aumentar a arrecadação.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há uma percepção entre os especialistas de que a guerra fiscal promove a alocação ineficiente de recursos, gerando, no médio e longo prazos, efeitos nocivos para todos.

Sr. Presidente – concluindo –, já é passada a hora de encerrarmos o conflito fiscal entre os Estados que se instalou a partir de segunda metade da década de 90. O Rio Grande não almeja prejudicar ninguém, mas sim buscar o equilíbrio.

Nas palavras do Governador Tarso Genro, somente a adoção da alíquota única será capaz, de “maneira eficaz, direta e imediata”, de responder à questão da guerra fiscal.

O Rio Grande do Sul tem conhecimento de que, no primeiro momento, poderá ter de suportar até mesmo algum tipo de sacrifício, que deverá ser compensado, conforme a proposta do Executivo, por meio de auxílio financeiro da União ao Estado.

O que, no momento, compete a nós, parlamentares, é assegurar que os auxílios financeiros da União estejam bem calibrados e ajustados às eventuais perdas. Compete a nós, também, zelar para que o Fundo de Desenvolvimento Regional a ser criado seja, de fato, capaz de induzir a redução das desigualdades regionais.

Essas discussões me parecem legítimas e saudáveis. Muitas foram as vezes em que esta Casa logrou aperfeiçoar propostas encaminhadas pelo Executivo. Desta feita, não será diferente.

Não podemos, entretanto – e aqui eu termino, Presidente, Senador Ataídes –, deixar escapar a oportunidade de pôr um basta nessa disputa fratricida, entre irmãos, que afronta nosso Pacto Federativo.

Conclamo os colegas de todas as bancadas, que aqui representam seus Estados de origem, para que juntos possamos construir o consenso que vai permitir a aprovação da Resolução nº 1, de 2013.

Tenho certeza de que o Senador Delcídio do Amaral vai trabalhar muito para que isso aconteça, com o apoio de todos os Senadores desta Casa.

Era isso. Muito obrigado, Senador Ataídes, pela tolerância de V. Ex^a, e peço que considere na íntegra todos os pronunciamentos, todos os registros que aqui fiz.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre o falecimento de Sonia Saraí.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro o falecimento na noite de ontem, em Porto Alegre, aos 47 anos, da ex-vereadora Sonia Saraí.

Ele deixa um legado de muita luta em defesa dos direitos humanos, pelos direitos das mulheres, dos discriminados.

Negra Saraí como era conhecida também foi conselheira tutelar, promotora legal popular, e era uma incentivadora da reforma urbana.

O velório está sendo realizado na sala Ana Terra, da Câmara Municipal de Porto Alegre e o sepultamento será às 18 horas, no cemitério da Santa Casa de Porto Alegre.

O Rio Grande do Sul perde uma das suas mais destacadas militantes sociais. Fica aqui a nossa solidariedade aos familiares e amigos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento que trata da reunião ocorrida nesta data para tratar sobre o Fundo de Participação dos Estados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início da tarde de hoje, o senador Walter Pinheiro – relator dos projetos que tratam do Fundo de Participação dos Estados – FPE, reuniu-se com os três senadores do Rio Grande do Sul, este que fala, o senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia....

Juntamente com o Governador Tarso Genro, o Secretário de Fazenda Odir Tonollier e o Coordenador da Bancada Gaúcha – Deputado Ronaldo Nogueira, o Diretor Técnico que tem nos acompanhado Marcelo Ramos de Melo para fecharmos uma proposta que atenda não somente o Rio Grande do Sul, mas que abra a possibilidade de um consenso maior buscando o apoio dos demais estados.

O assunto é difícil, árduo, mas sempre acreditei no diálogo e nos sólidos argumentos que apresentamos para debate.

Ainda não conseguimos chegar a um acordo, a ideia é buscar o consenso antes da matéria vir a plenário.

Para tal, apresentamos uma proposta conjunta, endossada pelos três senadores gaúchos.

A proposta objetiva melhorar as condições não somente para o Rio Grande do Sul, mas beneficiar também outros estados brasileiros.

A construção consiste em incluir o artigo 2º que trata da inaplicabilidade da fórmula para os demais repasses, a imposição do limite populacional mínimo de 1% e incluir o redutor de 75% em relação a renda domiciliar per capita.

As três medidas aplicadas em conjunto, minimizam os efeitos para o Rio Grande do Sul e beneficiarão mais 18 estados brasileiros, em relação a situação atual.

Estou certo de que esta proposta é a mais equilibrada das soluções.

A inclusão do art. 2º impedirá que as perdas se multipliquem, pois, caso aplicada a mesma regra para os royalties, por exemplo, irá potencializar as perdas, o que representa uma injustiça.

A sugestão referente a imposição de um limite populacional mínimo de 1% favorecerá os estados com menor população.

O fator representativo da população corresponderá à proporção da participação da população do Estado na população do País, observado o limite superior 7%, já acordado. Que incidirá uma única vez nos cálculos.

Somando os índices obteremos uma soma inferior a 100%, desta forma, o excedente será redistribuído entre todos os entes.

Portanto, teremos um mínimo efetivo de 1,21% e um índice máximo de 8,44%, para evitar distorções nos cálculos.

Por fim, ao alterar o redutor de 70% para 75% em relação a renda domiciliar per capita, os Estados que tiverem uma renda maior que 75% da média de renda *per capita* nacional sofrerão a incidência no seu coeficiente.

O redutor corresponderá à razão entre o excesso e o valor de referência.

Como o Rio Grande do Sul e outros entes possuem a renda per capita acima da média nacional, quanto maior o valor de referência (75%, 80%, 85%) menor o excesso e menor o redutor aplicado ao índice, desta forma, melhor para os gaúchos e para aqueles que possuem renda per capita maior que a média.

Por todas essas razões, estou convicto de que poderemos avançar com essa proposição.

O relator se mostrou sensível e demonstrou disposição em caminhar nesta direção.

Vivemos hoje um momento histórico para os Estados, visto que estamos prestes a aprovar uma nova repartição de receitas, um novo pacto federativo...

E nós, como representantes legítimos dos Estados defenderemos juntos os interesses do nosso povo.

A Bancada gaúcha do senado está coesa na defesa da nossa gente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre o fator previdenciário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a previdência do setor urbano fechou o ano de 2012 com o maior superávit desde 2001, R\$ 25 bilhões.

A arrecadação urbana ficou em R\$ 277,8 bilhões, o que representa um crescimento de 6,4% em relação a 2011.

Já a despesa com pagamento de benefícios fechou em R\$ 252,7 bilhões.

Verdadeira prova de que as contas previdenciárias vão muito bem.....

E que os mandamentos constitucionais da universalidade e da diversidade da base de financiamento da Seguridade continuam hábeis à proteção dos direitos a serem cumpridos e defendidos.

Segundo a auditora fiscal Clemilce de Carvalho no artigo intitulado “Fugir do fator previdenciário ou acabar com ele?”:

“O orçamento da Seguridade Social suporta o pagamento dos benefícios, conforme a doutrina da Previdência, sem o confisco imposto pelo fator previdenciário.

Somente em 2011, as publicações da ANFIP apresentam saldo financeiro – favorável – de todo o sistema da ordem de R\$ 77 bilhões. Se considerarmos os seis últimos exercícios, chegamos à expressiva marca de R\$ 400 bi!”

Srs. Senadores e Senadoras, não sou somente eu que entende ser cabível o fim do fator previdenciário.

Especialistas, com fulcro nos sucessivos superávits de arrecadações, confirmam esta tese.

É inadmissível que esse mal perdure para sempre.

É inadmissível a insensibilidade do parlamento brasileiro, que tenta adiar a tão esperada votação do PL 3299/2008, que porá fim ao hediondo fator.

É inadmissível, acima de tudo, acreditar que o atual governo federal pretenda substituir o fator previdenciário pela fórmula 95/105.

Em que a soma entre a idade com o tempo de contribuição deve ter como resultado 95 anos para as mulheres e 105 anos ao para homens, como mecanismo de adquirirem o direito à aposentadoria.

Esta fórmula antes de ser uma crueldade, é inconstitucional, pois fere o princípio da isonomia, da razoabilidade e da dignidade humana.

Fere a isonomia porque para o servidor público foi adotada a fórmula 85/95.

Vale ressaltar, inclusive, que esse mecanismo de somar idade com tempo de contribuição foi uma sugestão nossa, quando tramitou no Congresso a reforma da Previdência na administração pública.

Na oportunidade, consideramos coerente, vistas as atrocidades que queriam impor aos trabalhadores da seara pública.

A pretendida fórmula 95/105, que a imprensa divulgou como sendo um mecanismo estudado pela assessoria do palácio, estende para mais dez anos a idade da aposentadoria do celetista e acaba sendo pior que o fator.

Tal mecanismo fere o princípio da razoabilidade, pois ao servidor público é facultado se aposentar aos 55 anos mulher e aos 60 os homens porque o trabalhador celetista deverá somar 65 e 70 anos de idade?

Por fim, a medida atinge também a dignidade da pessoa humana, pois alcança o respeito à pessoa, é desumano, é vil.

Tenho certeza que esta Casa Legislativa não irá tolerar tal afronta ao trabalhador.

No dia 6 de março ocorreu uma mobilização nacional em Brasília.

Diversos representantes sindicais mobilizaram a população e realizaram um grande evento na esplanada dos Ministérios.

A intenção foi envolver a classe trabalhadora numa grande marcha em prol do fim do fator previdenciário e de outras demandas trabalhistas.

Outro dia ouvi de um eleitor que o fator previdenciário é o mesmo que comprar um produto e receber apenas 60% dele!

Concordei, é isso mesmo!

Isso tem nome no Direito Civil, é enriquecimento ilícito, uma maldade que tem que acabar.

Por fim, quero encerrar este pronunciamento com uma frase de Abraham Lincoln, que diz:

“Pecar pelo silêncio, quando se deveria protestar, transforma homens em covardes.”

Enquanto o fator previdenciário não acabar continuarei protestando contra ele, porque represento a voz do povo, a voz dos movimentos sociais e jamais pecarei pelo silêncio.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Pronunciamento sobre alíquotas do ICMS.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a guerra fiscal que se disseminou no País não favorece a ninguém, senão a alguns grupos empresariais que se aproveitam das disputas entre os Estados brasileiros

para barganhar a concessão de benefícios fiscais cada vez mais generosos.

Na prática, o atual modelo fez com que, a fim de atrair investimentos privados, as unidades federativas estimulassem as empresas a realizar uma espécie de “leilão” para definir onde sediarão seus novos empreendimentos.

Ao final, “ganha” quem oferece mais benefícios, entre os quais, a isenção ou postergação no recolhimento do ICMS.

Nesta guerra de todos contra todos só há, entre os Estados, vencedores de curto prazo, e, no longo prazo, uma grande vítima: o povo brasileiro. Segundo afirma o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, os Estados, em conjunto, renunciaram a cerca de R\$ 100 bilhões com incentivos a empresas para que se instalem nos seus respectivos territórios.

O prejuízo, no entanto, é ainda maior, porque no cálculo do Ministro não estão incluídos, por exemplo, os custos da complexa engenharia contábil que a guerra fiscal produziu, nem o desestímulo ao investimento provocado pela insegurança jurídica que o modelo gerou.

De fato, por diversas vezes, o Supremo Tribunal Federal se pronunciou acerca da inconstitucionalidade da concessão de incentivos fiscais do ICMS sem a prévia celebração de convênio entre os Estados-membros e o Distrito Federal, conforme prevêem a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 24, de 1975.

Não obstante isso, os benefícios continuam a ser concedidos, de forma explícita ou disfarçada, mediante a utilização de artifícios jurídicos e econômicos os mais mirabolantes.

No entanto, temos agora, diante de nós, a oportunidade única de acabar com tais distorções e incertezas. Como todos sabem, tramita nesta Casa o Projeto de Resolução nº 1, de 2013, de autoria da Presidenta da República, que estabelece um cronograma de redução gradual e unificação da alíquota interestadual do ICMS para 4%, pondo fim à guerra fiscal.

Ao mesmo tempo em que encaminhou o PRS nº 1, de 2013, a Presidenta da República editou a Medida Provisória nº 599, de 27 de dezembro de 2012, que prevê a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao ICMS.

A MP nº 599, de 2012, prevê, ainda, a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para os Estados que serão afetados pela redução do papel do ICMS como instrumento de política industrial e desenvolvimento econômico.

Ambas as medidas, a compensação e a criação do FDR, estão condicionadas à aprovação de Resolução do Senado Federal, que unifique a alíquota interestadual do ICMS.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não por acaso, a Constituição de 1988, conforme estabelecido no inciso IV do § 2º do art. 155, atribuiu ao Senado Federal, por meio de Resolução, a competência para estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

As regras constitucionais impõem tratamento federativamente uniforme em matéria de ICMS. O constituinte originário teve a sensibilidade de entender que tais matérias deveriam estar reservadas à Casa Legislativa que reflete a isonomia federativa, por meio da representação paritária dos Estados-membros.

Creio que temos o dever de corresponder à responsabilidade que nos foi confiada aprovando um Projeto de Resolução que beneficie o conjunto da população brasileira, deixando de lado eventuais diferenças regionais.

Na atual conjuntura fiscal, não tenho dúvidas de que o PRS nº 1 atende ao interesse nacional e busca corrigir o quadro caótico em que nos encontramos, marcado pela competição danosa entre os Estados.

Há poucos dias estive nesta Tribuna para denunciar que o texto proposto para as novas regras do FPE prejudicava o Rio Grande, reduzindo em até 40% os recursos repassados aos gaúchos.

Naquela ocasião, conclamei minhas colegas e colegas parlamentares para que pautássemos a votação da distribuição do FPE pelo “equilíbrio, serenidade, no campo da razoabilidade, na busca do senso de justiça”. Penso que estes mesmos princípios devem orientar os debates em torno da PRS nº 1, de 2013.

O estudo realizado pelo Confaz e divulgado pelo Ministério da Fazenda sobre a estimativa de perdas e ganhos com a unificação do ICMS, baseado nos dados das notas fiscais eletrônicas de 2011, revela que, ao final do processo de unificação, quando todas as alíquotas estivessem niveladas em 4%, nove Estados registrariam impactos negativos no saldo líquido do ICMS nas operações interestaduais.

Na verdade, apenas oito, pois o estudo incluiu o Amazonas, sendo que o PRS nº 1 excetua do novo limite de 4% as operações e prestações originadas da Zona Franca de Manaus, cuja alíquota permanece em 12%.

No caso do Rio Grande do Sul, o saldo projetado é de crescimento da arrecadação do ICMS em 3,2%, o que, considerando os dados de 2011, representaria um incremento de receita da ordem de 600 milhões.

Apesar de R\$ 600 milhões não ser uma cifra desprezível, o aumento da arrecadação, com o fim da

guerra fiscal, certamente será muito superior, pois o estudo do Confaz não capta, nem poderia captar, os ganhos advindos do reestabelecimento de um ambiente mais homogêneo e juridicamente seguro que possibilitará a atração de novos investimentos, multiplicando a geração de emprego e renda.

O ICMS constitui a principal fonte das finanças estaduais do Rio Grande do Sul, respondendo por quase dois terços do orçamento do Estado. Assim, eventuais oscilações na arrecadação do ICMS afetam diretamente a capacidade de o Estado oferecer uma boa prestação de serviços em áreas essenciais, tais como, educação, saúde ou segurança pública.

As vantagens do novo sistema não se concentram, no entanto, no objetivo de incrementar a arrecadação. Há uma percepção, entre os especialistas, de que a guerra fiscal promove a alocação ineficiente de recursos, gerando, no médio e longo prazos, efeitos nocivos sobre a produtividade da economia.

Já é passada a hora de encerrarmos o conflito fiscal entre os Estados que se instalou a partir de segunda metade da década de 1990. O Rio Grande do Sul não almeja prejudicar nenhum outro Estado da Federação.

Nas palavras do Governador Tarso Genro, somente a adoção da alíquota única será capaz de coibir, de “maneira eficaz, direta e imediata”, a questão da guerra fiscal.

O Rio Grande do Sul tem conhecimento de que, no primeiro momento, poderá ter de suportar algum tipo de sacrifício, que deverá ser compensado, conforme a proposta do Executivo federal, por meio de auxílio financeiro da União ao Estado.

Compete a nós parlamentares assegurar que os auxílios financeiros da União estejam bem calibrados e ajustados às eventuais perdas. Compete a nós, também, zelar para que o Fundo de Desenvolvimento Regional a ser criado seja, de fato, capaz de induzir a redução das desigualdades regionais. Estas discussões me parecem legítimas e saudáveis.

Muitas foram as vezes em que esta Casa logrou aperfeiçoar propostas encaminhadas pelo Executivo. Não há por que ser diferente desta feita.

Não podemos, entretanto, deixar escapar a oportunidade de por um basta nessa disputa fratricida, que afronta nosso pacto federativo. Conclamo os colegas de todas as bancadas, que aqui representam seus Estados de origem, para que juntos possamos construir o consenso que permitirá a aprovação da Resolução nº 1, de 2013.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Serão considerados, Senador Paim.

Não posso deixar de dizer que sou um admirador de V. Ex^a, por vários fatores. Um deles, essa bandeira que V. Ex^a tem carregado sempre nesta Casa, em defesa desta categoria considerada fraca: os aposentados e pensionistas deste País.

Aos olhos de alguns, eu percebo, e eu posso dizer isto, que essa categoria não mais interessa ao País, mas essa categoria de aposentados e pensionistas é a memória de um País,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Escreveu a história deste País.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – ... é a história do País, e muito contribuiu.

Senador Paim, eu sou da época da CLPS – Consolidação das Leis da Previdência Social, da época do Funrural. E me lembro de que, naquela época, a Previdência Social era tida como um câncer para o governo – ou para os governos. Nada disso. Nada disso!

V. Ex^a acabou de colocar, salvo engano, que a Previdência obteve uma receita, no ano passado, em torno de R\$277 bi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Nos últimos seis anos, dá R\$400 bi.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Olha essa projeção enorme, mesmo com esta desoneração da nossa folha de pagamento!

Mas o grande problema da Previdência Social, no meu entendimento, foram as fraudes; as fraudes foram um câncer dentro da Previdência Social; a gestão foi outro câncer dentro da Previdência Social; as aposentadorias especiais. Esse é um conceito que eu tenho, é a visão que eu tenho.

Eu me lembro perfeitamente – V. Ex^a era constituinte e eu sou empresário – de que, na Constituição de 1988, o governo não teve outra saída senão fazer uma correção de 80% nas aposentadorias e pensões. V. Ex^a lembra, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Lembro, lembro perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Isso significa que aposentados com vinte salários mínimos à época – a CLPS permitia, de acordo com o seu salário de contribuição e seu tempo de contribuição, que pudesse se aposentar até com o teto máximo –, pessoas que se aposentaram com vinte salários mínimos chegaram a 1988 ganhando um salário; um salário e meio. Então, o governo não teve alternativa senão dar um aumento de 80%. E isso não representou praticamente nada.

Esse fator previdenciário é uma barbaridade! Isso é um absurdo e tem que ser derrubado, tem que cair por terra. E V. Ex^a colocou: o problema não está no trabalhador urbano, ele é superavitário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Vinte e cinco bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Vinte e cinco bilhões; eu anotei aqui: vinte e cinco bilhões! Pelo contrário, tem é que acabar com esse fator previdenciário e rever esse sistema de aposentadoria do trabalhador urbano. E o rural, que se aposentou com um saláriozinho mínimo, esse é que não faz diferença nenhuma para a Previdência Social.

Senador Paim, eu só tenho a dizer que admiro muito V. Ex^a. Continue carregando essa bandeira, porque essa categoria, esses aposentados e pensionistas são merecedores.

Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Cumprimento o Senador Paulo Paim pelo seu pronunciamento e quero também me somar à sua luta em defesa dos aposentados. Ainda na semana passada, Senador Paim, tivemos uma grande manifestação, na Câmara dos Deputados, organizada pela Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados, no sentido de acabar com a contribuição paga pelo servidor aposentado, que contribuiu já a sua vida inteira e que continua contribuindo após a aposentadoria. Fiz questão de manifestar a posição do meu Partido, do PSB, e o compromisso de que, tão logo seja aprovada aquela PEC na Câmara dos Deputados, trabalharíamos aqui, conjuntamente com V. Ex^a, para a rápida apreciação no plenário do Senado Federal.

Mas eu assomo à tribuna, Senador Ataídes, Senador Paulo Paim, demais Senadoras e Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, jornalistas aqui presentes, para parabenizar o *Correio Braziliense* por uma série de reportagens, de matérias veiculadas, ao longo das últimas semanas, mostrando a situação do desenvolvimento econômico do Distrito Federal ou a situação da falta de desenvolvimento econômico do Distrito Federal ou das oportunidades que o Distrito Federal vem desperdiçando por falta de políticas de desenvolvimento econômico.

Parabenizo, de forma especial, as jornalistas Lillian Tahan, Ana Maria Campos e Flávia Maia, que foram as três repórteres que assinaram esse conjunto de reportagens, e solicito a transcrição nos Anais da Casa, Senador Ataídes, do Editorial do *Correio Bra-*

ziliense “Industrializar o DF é desafio improrrogável”, de 29 de março de 2013.

E passo a fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, eu volto ao tema da Jurong. A demonstração cristalina, a demonstração insofismável de que o Governo do Distrito Federal não tem política de desenvolvimento econômico, não tem plano de desenvolvimento econômico para o DF é o fato de, dois anos e três meses após assumir, contratar uma empresa de Cingapura, que não tem a menor conexão com a realidade local, para dizer como vai ser o desenvolvimento econômico do Distrito Federal nos próximos 50 anos.

Isso é a prova cabal de que o Governo do Distrito Federal e as pessoas que estão hoje à frente do Governo do Distrito Federal se sentem incapazes de, utilizando todos os atores desta cidade, as universidades, o setor produtivo, os trabalhadores, as entidades da sociedade civil, conceber o desenvolvimento do Distrito Federal para os próximos anos; vão buscar uma empresa de consultoria em Cingapura, sabe-se lá por quê, para dizer como deve ser o desenvolvimento da nossa cidade.

Mas também é fato que é impossível ter uma política de desenvolvimento econômico quando o Governo do Distrito Federal, passados dois anos e três meses, exatamente hoje, concluindo dois anos e três meses, iniciando o segundo ano e quarto mês da gestão, teve seis – seis! – secretários de desenvolvimento econômico. Ou seja, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico foi, ao longo desse período, um instrumento de mera, de pequena, de minúscula barganha política, onde havia um secretário, daqui a pouco o secretário voltava para a Câmara, daqui a pouco estava envolvido num escândalo e era trocado. E o fato é que, em dois anos e três meses, o Distrito Federal, a Capital da República teve seis secretários de desenvolvimento econômico.

Mas também não é só isso, infelizmente não é só isso. Vejam que, para uma cidade, para uma unidade da Federação como o Distrito Federal, que é a unidade da Federação que tem o maior número de doutores por habitante; que é uma unidade da Federação que tem uma grande universidade, reconhecida nacionalmente, como a Universidade de Brasília; que tem vários centros da Embrapa, centros de ponta da Embrapa na área de agroenergia, na área de recursos de biotecnologia, na área do Cerrado, na área de hortaliças, na área de transferência de tecnologia; uma unidade da Federação que tem a Universidade Católica, que também já desenvolve pesquisas; tem uma sede da Fiocruz; esta cidade, esta unidade da Federação, Distrito Federal, neste Governo atual, teve, primeiro, algumas pessoas

que se relacionavam com a secretaria – que tinham as principais relações com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, através da Fundação de Apoio à Pesquisa – que estão com prisão decretada pela Justiça. E os que sucederam à última gestão anterior a esta que está neste momento em vigor, as pessoas foram presas. Estou falando da Fundação de Apoio à Pesquisa da unidade da Federação Distrito Federal, que tem a maior concentração de doutores por habitante, que deveria estar financiando pesquisas para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal, em todas as áreas do conhecimento, e que infelizmente passou até aqui, grande parte do seu período... Houve uma breve exceção, quando ali esteve uma pessoa extremamente qualificada do quadro do Partido Socialista Brasileiro. Fora isso, tanto a gestão anterior quanto a gestão posterior, uns estão com prisão decretada, e outros já foram presos.

Então, é assim que estão tratando áreas estratégicas para o Distrito Federal, como a área de desenvolvimento econômico e como a área de ciência, tecnologia e inovação.

É interessante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que não ocorreu a nenhuma cabeça dirigente do Distrito Federal, ao contratar essa empresa Jurong, de Cingapura, algumas das vocações. Contratou-se uma empresa para planejar um centro financeiro do Distrito Federal, e não sei de onde partiram os estudos iniciais de que isso seria uma vocação do Distrito Federal. Ninguém pensou, por exemplo, na vocação de Brasília como um polo de alta tecnologia. A cidade se arrasta há anos, há dezenas de anos, para implantar um parque tecnológico, capital digital, que é um parque tecnológico de tecnologia da informação e que, graças ao esforço do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, já tem um *data center* construído. Fora isso, que não dependeu de nenhum esforço do Governo do Distrito Federal... O Governo do Distrito Federal não conseguiu até agora, dois anos e três meses depois da posse, apresentar um modelo de governança do que seria um parque tecnológico na área de tecnologia da informação.

Nesta cidade, que tem toda esta vocação – e me referi aos centros da Embrapa; à Fiocruz; à grande expertise que a Universidade de Brasília tem na área de biotecnologia; à expertise também que vem sendo desenvolvida pela Universidade Católica nessa área, inclusive com professores remanescentes também da Universidade de Brasília, com escritório, com uma sede da Fiocruz –, o Governo do Distrito Federal foi incapaz de dar qualquer passo no sentido da implantação do parque tecnológico de biotecnologia.

Nós estamos perdendo a oportunidade que vem sendo aproveitada – e o jornal mostra isto – em Anápolis, que criou um *cluster*, um arranjo produtivo local em torno da indústria farmacêutica e hoje é um dos grandes polos farmacêuticos do País, pois houve uma ação ali, coordenada pelo Governo do Estado, de apoio à construção, à criação de um ambiente de inovação, ambiente que deveria estar presente no Distrito Federal. Mas, infelizmente, as coisas da área de ciência, tecnologia e inovação estão sendo tratadas como mencionei há pouco. Não existe, Presidente Paulo Paim, um único programa do Governo do Distrito Federal que utilize a grande capacidade instalada na Universidade de Brasília, no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia e em outras universidades no sentido de promover uma grande extensão tecnológica para pequenas e microempresas no Distrito Federal, o que poderia provocar uma revolução silenciosa nos processos, na gestão, nos produtos produzidos por essas empresas do Distrito Federal, que empregam grande parte da mão de obra do DF.

O que acontece? Acontece que, embora nós estejamos vivendo um momento de desenvolvimento econômico no País, com a melhoria das condições de vida da população brasileira de maneira geral, em face das políticas desenvolvidas no Governo Federal, o Distrito Federal é uma das unidades da Federação que menos tem aproveitado esse ambiente positivo. Hoje, o Distrito Federal só perde para a cidade de Salvador em número de desempregados nas regiões metropolitanas.

É estranho, Sr. Presidente, que, também nesse estudo encomendado à Jurong, não tenha passado pela cabeça de nenhuma autoridade do Governo do Distrito Federal a enorme vocação que Brasília tem para ser um grande centro de turismo de eventos deste País, de eventos de caráter político, de caráter profissional, de caráter científico, eventos de todos os tipos, porque nós estamos localizados no centro do País. Setenta por cento dos voos nacionais fazem escala em Brasília. Nós ainda temos uma segurança pública de nível razoável em relação a outras unidades da Federação, temos a proximidade com o poder, que facilita a presença do Presidente da República, de ministros, de parlamentares em congressos, conferências, convenções. Temos o exemplo de Washington, a capital americana, que transformou o turismo, também o turismo cívico, numa grande fonte de renda para a cidade. Mas, efetivamente, não vemos nenhuma política no sentido de transformar Brasília num grande centro de eventos, como é uma característica da cidade.

Percebe-se, com muita tristeza, o Governo gastar R\$1,3 bilhão para construir um estádio de fute-

bol – e somos favoráveis a que Brasília sedie a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, mas não nos conformamos de não termos um legado que ficará após a realização da Copa do Mundo, com obras de mobilidade urbana, com obras de infraestrutura turística, com programas de qualificação profissional. Não! Infelizmente, o que se percebe hoje na cidade é exclusivamente um enorme investimento na construção de um grande estádio de futebol, que será uma arena multiuso. É ótimo que seja assim, mas é muito pouco! É um investimento muito alto, sem ter outras contrapartidas, outros legados que poderíamos ter. Brasília foi a única cidade, ou a primeira cidade a tirar uma obra da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo, que foi o VLT. Nós vamos sediar uma etapa da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e não teremos legados posteriores à cidade na área de infraestrutura turística e de mobilidade urbana e de qualificação profissional.

Temos também uma grande vocação para sermos um grande polo na área de saúde. Existe já uma faculdade de saúde no Distrito Federal, existem profissionais da melhor qualidade, há anos, procurando contribuir, colaborar para a concepção de um grande polo tecnológico na área de saúde, mas também não encontram, no Governo do Distrito Federal, interlocução, apoio para, efetivamente, garantir a implementação de um parque tecnológico de saúde.

Articulação com o Entorno. O que se percebe – e o conjunto de matérias do *Correio Braziliense* deixa isso muito claro – é que não há efetivamente, até aqui, dois anos e três meses de Governo, nenhuma ação, nenhuma ação expressiva de articulação do Distrito Federal com a região do Entorno. Há uma competição burra, quando, na verdade, deveria fazer parte do processo de planejamento do Distrito Federal desenvolver polos industriais próximos ao Distrito Federal, na região metropolitana do Distrito Federal. Caberiam aqui, no Distrito Federal, as indústrias intensivas em tecnologia, e, nessa nossa região do Entorno, indústrias de beneficiamento intensivas em trabalho, fazendo uma articulação entre as políticas de desenvolvimento daqui e da região metropolitana do Distrito Federal, concebendo isso como uma coisa só, e não como duas coisas distintas. Mas falta essa visão do Governo do Distrito Federal, dessa integração positiva com a região do Entorno, com a região metropolitana.

Nós tivemos uma grande conquista para a cidade do Distrito Federal, do ponto de vista econômico. A maior conquista, do ponto de vista do desenvolvimento econômico do Distrito Federal, nesses dois anos e três meses, veio do Governo Federal, através da Sudeco. E quero aqui reconhecer o papel da Sudeco e o papel

do Senado Federal, e quero, mais uma vez, dizer que fiquei muito feliz de ter contribuído com isso, apresentando o projeto inicial, que depois se transformou numa emenda a uma medida provisória – que teve o apoio do Senador Pimentel, que foi o Relator do meu projeto na Comissão de Desenvolvimento Regional – e foi acolhida pelo Senador Walter Pinheiro, que modificou as regras do FCO, para garantir, para retirar qualquer tipo de limite para as atividades de comércio e de serviço, porque, até então, os recursos do FCO só poderiam ser utilizados até o limite de 20% para financiar atividades de comércio e serviço.

Como o Distrito Federal tem uma economia, Senador Paulo Paim, em que mais de 90% é sustentada na economia de comércio e serviço, o que estava acontecendo, na prática, é que estávamos perdendo, ao longo dos últimos anos, 53,38% dos recursos destinados ao Distrito Federal! Por falta de utilização, eram redistribuídos posteriormente aos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. E aí, com a minha participação aqui, com a colaboração do Senador Walter Pinheiro e do Senador José Pimentel, nós alteramos a medida provisória, retiramos os limites de financiamento para comércio e serviços, o que já vai garantir para este ano, no Distrito Federal, mais R\$250 milhões para o financiamento da atividade de comércio e serviços.

É importante registrar que informações da Sudeco já demonstram que até fevereiro já houve uma demanda enorme de empresários por esses recursos do FCO, o que nos permite dizer, com muita tranquilidade, que essa ampliação de R\$250 milhões por ano para comércio e serviços será toda utilizada, o que permitirá ainda ultrapassar esses R\$500 milhões, já que não há mais limite.

Agora, nós temos apenas 1,7% da economia do Distrito Federal sustentada pela indústria. E é claro que nós não queremos, aqui no Distrito Federal, qualquer tipo de indústria. Nós queremos as indústrias de alta tecnologia, indústrias vinculadas ao conhecimento. O Governo do Distrito Federal, por intermédio de sua Fundação de Apoio à Pesquisa – essa mesma que teve seus dirigentes presos recentemente – deveria estar apoiando as incubadoras de base tecnológica, as parcerias com as universidades, com a Embrapa, com o Instituto Federal de Educação, para garantir a incubação de empresas de base tecnológica na cidade, para promover a extensão tecnológica para a microempresa e para a pequena empresa, para colaborar na implantação dos parques tecnológicos, para garantir a implantação da banda larga em todo Distrito Federal. Mas não! Falta uma visão estratégica no Distrito Federal.

No que se refere à agricultura, que também demanda uma parcela menor do que a que tem direito, todo ano, no FCO, nós estamos vivendo outro tipo de problema. Eu tive a honra de ter sido autor de uma emenda, em uma medida provisória, que garantia a titulação direta das áreas rurais do Distrito Federal. Essa emenda foi sancionada pelo Presidente Lula, que teve a compreensão do quanto isso era importante para reconhecer o trabalho daqueles que, ao longo dos anos, mantiveram a destinação rural de suas terras e não as parcelaram, como muitos fizeram, de forma irregular. Mantendo a destinação rural de suas terras, preservando as águas, eles estão contribuindo, na verdade, para a qualidade de vida de toda a população do Distrito Federal.

Pois bem, existe um instrumento legal que permite a titulação direta, mas a morosidade da Terracap é tamanha, que, até este momento, o Governo do Distrito Federal não conseguiu entregar um título, um único título definitivo de terra. Até agora, fez alguns poucos, pouco mais de duas centenas de contratos de concessão. Ainda não são nem contratos de concessão de direito real de uso, que permitem muito mais segurança e permitem, com esse instrumento, que o agricultor, o proprietário vá ao banco para retirar um empréstimo.

É claro que a falta desse título definitivo, a falta dessa escritura tem dificultado ou tem inviabilizado, em muitos casos, que o agricultor vá ao Banco do Brasil ou vá ao BRB buscar os recursos do FCO a que tem direito em função dessa incapacidade da Terracap de agilizar os procedimentos administrativos para que, efetivamente, o Distrito Federal possa concluir ou implementar uma lei federal, sancionada pelo Presidente Lula, que garanta a titulação direta das áreas rurais do Distrito Federal.

Temos algumas questões em andamento... E aqui não posso deixar de falar do papel importante que vem sendo desempenhado pela Sudeco, da conquista que foi, para toda a região Centro-Oeste, através de projetos estruturantes para a economia do Distrito Federal e de toda essa região, o trem de passageiros ligando Brasília a Luziânia, o que vem enfrentando resistências diversas, porque o *lobby* das empresas de ônibus é muito poderoso. Isto é uma coisa extremamente importante para a nossa região, é a garantia, aproveitando que não é preciso fazer nenhuma desapropriação, mas apenas adaptações, porque já existe a via, de que as pessoas que moram no Entorno sul – Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama – e também nas cidades do Distrito Federal por onde o trem passa – Gama, Santa Maria, Núcleo Bandeirante – possam usufruir de um trem de passageiros que vai permitir o deslocamento para o Distrito Federal em muito menos

tempo, de forma muito mais barata do que o transporte via ônibus. É só perguntar a qualquer morador que faz esse trajeto para ver a verdadeira agonia que é vir todos os dias de uma cidade dessas para o Distrito Federal para trabalhar.

Tem um estudo recente do IPEA – subirei à tribuna nos próximos dias para falar especificamente dele – que mostra que o Distrito Federal já tem uma das maiores taxas de perda de tempo no trânsito por parte da população, sendo que estamos entre as maiores diferenças também no tempo perdido no deslocamento de casa para o trabalho entre ricos e pobres. E o Governo não pensa em uma alternativa aos ônibus. É importante fazer uma nova licitação para a exploração do transporte rodoviário por ônibus no Distrito Federal, mas isto é pouco. O Governo tem de ter uma visão de futuro, e a visão de futuro não passa pelos ônibus, mas pelos trens, pelos VLTs, pelos metrô, pela ampliação do metrô, mas não temos também, infelizmente, essa visão estratégica no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Quero aqui também cumprimentar a Sudeco e a ANTT pelo projeto de construção do trem de média velocidade ligando Brasília a Goiânia, em fase de contratação dos estudos de viabilidade econômica.

Nós estamos falando, Senador Paim, de uma das maiores regiões metropolitanas do Brasil. Se considerarmos Brasília, Alexânia, Abadiânia, Anápolis, Goiânia, esse trajeto, nós estamos falando de uma das maiores regiões metropolitanas, de uma região que cresce a níveis extremamente elevados. E essa estrada, essa ligação, certamente, contribuirá para a promoção do desenvolvimento, lembrando que no meio dessa ferrovia está a cidade de Anápolis, que montou o seu parque tecnológico de fármacos e hoje é uma das cidades mais desenvolvidas do Estado de Goiás e uma das regiões mais desenvolvidas do Brasil, especialmente na área de fármacos. Está entre as *tops* do Brasil.

Também é fundamental – e a Sudeco tem procurado estudar isso – o apoio à constituição de pólos industriais na região metropolitana do Distrito Federal. Cidades como Formosa, cidades como Luziânia, cidades como Águas Lindas precisam desenvolver atividades econômicas importantes que garantam emprego, que garantam a melhoria da qualidade de vida das suas populações, pensando nessas regiões como uma coisa só, porque o objetivo de Juscelino Kubitschek, quando concebeu Brasília, era de essa região ser um grande pólo indutor do desenvolvimento regional. E nós temos que compreender que cidades como Águas Lindas, como Santo Antônio do Descoberto, como Novo Gama, como Valparaíso, como Cidade

Ocidental, como Planaltina de Goiás se constituíram em função do Distrito Federal.

Muitas das pessoas que moram nessas cidades já moraram no Distrito Federal e foram expulsas pela especulação imobiliária, pelo alto valor dos aluguéis em Brasília, da moradia em Brasília. Muitas dessas pessoas foram morar nessas cidades e se deslocam diariamente para Brasília, buscando emprego aqui em Brasília.

Portanto, o desenvolvimento deve ser articulado. Nós estamos falando de cidades que têm a renda média *per capita* anual das mais baixas do Brasil. Já tive oportunidade de dizer aqui que, enquanto a renda média do Distrito Federal é de R\$60 mil anuais, nós temos cidades, como Águas Lindas, que têm uma renda média anual de R\$2,8 mil. No Novo Gama, ela é de R\$3,2 mil.

Portanto, é importante, para o desenvolvimento harmônico do Distrito Federal e de toda a região, o desenvolvimento de atividades econômicas nessas cidades que possam promover, efetivamente, o desenvolvimento econômico.

Quero, aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, parabenizar o jornal *Correio Braziliense* por entender que um órgão de comunicação da importância do *Correio Braziliense*, que tem uma vinculação fortíssima com a cidade desde a sua origem, tem também a missão de levantar temas adormecidos para o debate, temas estratégicos para o Distrito Federal. As vocações de Brasília, a forma, o modelo de desenvolvimento econômico do Distrito Federal são questões fundamentais a serem debatidas, a serem construídas, para que possamos assegurar às futuras gerações uma qualidade melhor do que a que temos hoje.

Muitas pessoas que vieram para Brasília o fizeram na esperança de construir um futuro melhor. E, de fato, o Distrito Federal, efetivamente, ofereceu muitas oportunidades a muita gente, mas nós não podemos ter olhares somente para nós. É importante conceber a vocação de Brasília como um grande pólo de desenvolvimento de toda a região. Para isso, é fundamental ter visão estratégica. E a gente lamenta muito que um Governo que a gente ajudou a eleger tenha se afastado completamente dos seus compromissos temáticos e dos seus compromissos com a cidade. Quando um governo vira as costas para as instituições da cidade, para as universidades da cidade, para o setor produtivo da cidade, para a sociedade civil da cidade e vai buscar em Cingapura as ideias para o futuro da cidade, realmente não foi esse o Governo que nos ajudamos eleger.

É por esses e outros motivos, pela falta de compromisso ou pelo descumprimento de compromissos

que o PSB, de forma muito acertada, a meu ver, em meados do segundo semestre do ano passado, depois de ampla consulta a toda a sua base, a todas as suas zonais, em todas as cidades, decidiu se afastar do Governo. Queremos dar a nossa contribuição de outra forma, discutindo com a sociedade, apontando caminhos, fazendo a crítica para que o Governo abra os olhos. O Governo ainda tem um ano e nove meses para governar. O Governo precisa governar. Nós precisamos começar o Governo do Distrito Federal.

A sensação que a população do Distrito Federal tem é que dois anos e três meses depois do início do Governo, depois da posse do Governador, o Governo do Distrito Federal ainda não começou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Visão do Correio :
Industrializar o DF é desafio improrrogável**

Correio Braziliense – 29/03/2013

Capital de maior renda per capita do país, responsável pela transformação do Centro-Oeste numa das regiões mais prósperas do Brasil, Brasília produz apenas 13% do que vai à mesa de seus cidadãos e menos de 10% de tudo que consome. E não é por falta de vocação. A indústria local capenga por causa da omissão do poder público, agravada por crise política sem precedentes que, nos últimos anos, abalou a vida institucional a ponto de, por pouco, não levar o Distrito Federal a sofrer intervenção do governo central.

No vácuo de poder, a especulação imobiliária elevou o preço de terrenos e edificações, e a ocupação do solo foi desvirtuada de tal modo que locais destinados a negócios passaram a abrigar prédios residenciais, e áreas de desenvolvimento econômico (ADEs) abriram espaço a igrejas, boates e até a casas de prostituição. A desfaçatez, como revelou série de reportagens publicadas pelo Correio de domingo até ontem, é tamanha que uma legenda política em processo de formalização, o Partido Liberal Cristão (PLC), não titubeou em ofender os princípios contidos no seu nome e instalar-se em pleno Setor de Indústria, no Núcleo Bandeirante.

Mais: no Guará, passa de mil o número de apartamentos construídos em setor de garagens e concessionárias. Na ADE de Águas Claras, uma igreja evangélica se esparrama por 2,8 mil m². Em Taguatinga, uma fábrica de refrigerantes tem motel e night club como vizinhos. Enfim, não há exceções: as 27 ADEs

criadas para incentivar o setor produtivo no Distrito Federal estão desvirtuadas.

Não é por acaso que a indústria contribui com apenas 1,7% na formação do PIB brasileiro, contra a média nacional de 19,2%. Tampouco surpreende que o índice de desemprego do DF seja o segundo do país. Esses dados são especialmente estarrecedores quando se sabe que, nos últimos seis anos, 53,38% do dinheiro destinado a empreendimentos no Distrito Federal foi parar em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A desorganização, os altos custos, a insegurança jurídica (renúncia fiscal concedida pelo GDF foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal), a inconsistência da política de incentivos, o excesso de burocracia, a incapacidade energética (a rede não suporta parques que demandem alta-tensão) e tantos outros gargalos fazem as empresas preferirem municípios próximos. É o caso da Hyundai e da Mitsubishi, instaladas, respectivamente, em Anápolis, a 160km de Brasília, e em Catalão, a 313km, ambas no estado de Goiás.

A iniciativa privada e o poder público precisam fechar parceria que vire essa página. É hora de o Distrito Federal produzir não apenas o que consome, como excedentes para exportar, gerando riqueza, emprego e renda para a população. Há projetos, dinheiro e vocação para tanto. Falta desfazer os gargalos, construindo saudável ambiente de negócios para a atração de investimentos. O desafio é improrrogável.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Ataídes Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Rodrigo Rollemberg, fazendo uma análise do Governo do DF.

Eu não poderia encerrar a sessão – até falei, pela Rádio Senado, para Goiás e para o País – sem fazer, neste momento, uma saudação aos familiares e aos amigos do ex-Governador de Goiás e ex-Senador Mauro Borges, que morreu neste fim de semana, exatamente no dia 27.

O ex-Senador e ex-Governador foi o único Governador, na época do início do golpe militar, que ficou ao lado do Governador Brizola, defendeu a posse de Jango, o nosso João Goulart, resistiu e botou seu Estado à disposição na peleia para que a democracia e a liberdade fossem garantidas. Por isto, eu, neste momento, faço esta saudação.

Perdemos um grande defensor das liberdades e da democracia.

Lembro que, quando eu fiz uma homenagem, na Comissão de Direitos Humanos, pelos cinquenta

anos da Legalidade, fiz questão de convidá-lo, pois foi o único Governador da época, depois do Governador do Rio Grande, que resistiu heroicamente, inclusive botando as Forças Armadas do seu Estado e a Polícia Militar à disposição. Ele não pode vir, mas fez questão de mandar seu filho para representá-lo aqui naquele momento em que fazíamos essa homenagem pelos cinquenta anos da Legalidade.

Enfim, fica aqui nossa solidariedade e nossa homenagem ao ex-Governador e ex-Senador Mauro Borges, que morreu no dia 27.

Que Deus o tenha!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 229, DE 2013

(REQUERIMENTO Nº 7, DE 2013 – CMA)

(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Nos termos do art. 71, VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre o cumprimento do Acórdão nº 346/2012-TCU, relativo à realização de auditoria nos contratos de concessão das rodovias que constituem o Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

A questão tem origem na solicitação do Congresso Nacional ao TCU para a realização de auditoria nos contratos de concessão das rodovias que constituem o Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná, que inclui trechos de rodovias federais delegados ao Estado, a fim de apurar a ocorrência de desequilíbrios econômico-financeiros na execução contratual.


Segundo o voto do relator da matéria, Ministro José Múcio Monteiro, realizadas diligências, inspeções, análises e avaliações, a equipe técnica do TCU concluiu no sentido da existência de “grandes indícios de que as diversas alterações promovidas nos contratos de concessão das rodovias do Programa de

Concessões do Paraná, algumas delas sem critérios técnicos, ocasionaram “desequilíbrio econômico-financeiro” e de “indícios de que as significativas alterações nos investimentos e nos cronogramas de sua execução não tenham ocorrido, simplesmente, no sentido de anular as perdas de receitas experimentadas pelas concessionárias nos primeiros anos dos contratos”. Para o corpo investigativo, “faltaram critérios técnicos de engenharia na definição dos remanejamentos de obras e, ao que parece, foram promovidas meras alterações nos números que compõem o fluxo de caixa, a fim de transparecer um equilíbrio financeiro fictício e desconectado das necessidades dos trechos rodoviários concedidos”.

À vista do apurado, o Plenário acolheu o voto de Sua Excelência no sentido de determinar ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) que promovesse, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, “o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, ajustando os investimentos, de acordo com as necessidades públicas e as taxas de rentabilidades praticadas a percentuais compatíveis com o contexto econômico vigente e o custo de oportunidade atual do negócio” e que adotasse, no mesmo prazo, “as medidas necessárias para que se faça constar cláusula de revisão periódica da tarifa, a fim de repassar os ganhos decorrentes de produtividade e da eficiência tecnológica, o aumento ou a redução extraordinária dos custos e/ou das despesas da concessionária, bem como as alterações ocorridas no custo de oportunidade do negócio, preferencialmente por negociações entre as partes, nos contratos de concessão”.

O presente requerimento tem, assim, o propósito de verificar junto ao TCU se as determinações daquela Corte de Contas, dirigidas ao DER/PR, cujo prazo de cumprimento expirou no último mês de fevereiro, foram efetivamente cumpridas.

Sala da Comissão, em 12 de março de 2013



Senador SÉRGIO SOUZA

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
Requerimento 7, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 3ª REUNIÃO, DE 12/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Sen. Blairo Maggi

RELATOR:

Sen. Sérgio Souza

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT) <i>Aníbal Diniz</i>	1. VAGO
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT) <i>Jorge Viana</i>	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) <i>Ana Rita</i>	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i>	5. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) <i>Sérgio Souza</i>
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. VAGO
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PSD)	6. VAGO
	7. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) <i>Ataídes Oliveira</i>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>
Cícero Lucena (PSDB) <i>Cícero Lucena</i>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	1. Gim (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Fernando Collor (PTB)
PSD PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Of. nº 43/013/CMA

Brasília, 13 de março de 2013.

Assunto: Requerimento de Informações

Senhor Presidente,

De acordo com o art. 216, III e IV. do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 12/03/2013, conforme ata e notas taquigráficas anexas, o Requerimento nº 07, de 2013-CMA, pelo encaminhamento do pedido de informações ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), sobre o cumprimento do Acórdão nº 346/2012-TCU, relativo à realização de auditoria nos contratos de concessão das rodovias que constituem o Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná.

Respeitosamente,



Senador Blairo Maggi

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Paulo Paim enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre o falecimento do ex-Senador Mauro Borges.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de registrar neste Plenário, meus sentimentos pelo falecimento do ex-Governador de Goiás e ex-senador Mauro Borges.

Ele morreu na sexta-feira, dia 29 de março, aos 93 anos de idade, após ter lutado bravamente pela vida.

Mauro Borges Teixeira é filho do médico e ex-governador de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, fundador de Goiânia.

Ele começou sua carreira política em 1958, quando se candidatou a deputado federal.

Dois anos depois foi eleito governador de Goiás, assumindo em 1961. Porém, foi deposto do cargo em 1964, pelo ato de intervenção em Goiás em consequência do golpe militar no Brasil.

Sr. Presidente, como gaúcho eu não poderia deixar de prestar minha homenagem a ele e destacar sua luta em favor da Legalidade. Ele foi o único governador a ficar ao lado de Leonel Brizola nessa Campanha.

Durante a ditadura militar, Mauro Borges foi preso no Rio Grande do Sul, em 1966, e teve os direitos políticos cassados.

Em agosto de 1979 veio a anistia e Mauro Borges foi eleito presidente regional do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em 1982 ele foi eleito senador pelo PMDB e, em 1990, deputado federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e, ao término de seu mandato como deputado, abandonou a política.

Quero registrar meus sinceros sentimentos junto à família do nosso ex-senador Mauro Borges e ratificar meus agradecimentos, em nome do povo gaúcho, por sua coragem e seu engajamento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 3, DE 2013

(Proveniente da Medida Provisória nº 587, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e dá outras providências.* (proveniente da Medida Provisória nº 587, de 2012).

Parecer sob nº 4, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE); e Relator Revisor: Senador Jayme Campos (DEM/MT), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2013, que oferece.

(Lido no Senado Federal no dia 26.3.2013)

(Sobrestando a pauta a partir de 06.2.2013)

Prazo final prorrogado: 21.4.2013

2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 192, DE 2011 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei

do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2011-Complementar, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.*

Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 289, DE 2011 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei

do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2011-Complementar, dos Senadores Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp e Jorge Viana, que *altera o art. 2º e acrescenta os arts. 2ºA e 2ºB à Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, e dá outras providências.*

Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 744, DE 2011 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei

do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2011-Complementar, do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.*

Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 761, DE 2011 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei

do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 761, de 2011-Complementar, do Senador Ricardo Ferraço, que *altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre*

o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.
Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

6**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 35, DE 2012 – COMPLEMENTAR**

*(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)*

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2012-Complementar, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que altera o art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados-FPE e dá outras providências.
Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

7**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 89, DE 2012 – COMPLEMENTAR**

*(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)*

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2012-Complementar, do Senador João Vicente Claudino, que estabelece critérios para a repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.
Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

8**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 100, DE 2012 – COMPLEMENTAR**

*(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)*

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2012-Complementar, do Senador Francisco Dornelles, que altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966, e 8.443, de 16 de julho de 1992, para estabelecer os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.
Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

9**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 114, DE 2012 – COMPLEMENTAR**

*(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)*

Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2012-Complementar, do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para incorporar o IDEB nos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.
Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que cria *Tribunal Regional Federal*. Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades. Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2011**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Requerimento nº 176, de 2013)*

*(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012**

*(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Requerimento nº 176, de 2013)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012**

*(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Requerimento nº 176, de 2013)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 115, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 101, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2008 (nº 6.039/2005, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rubem Santiago), que *institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro*.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

17

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 60, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 103 e 104, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

18

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 61, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e dá outras providências*. Pareceres favoráveis, sob nºs 105 e 106, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Alfredo Cotait; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

19

**REQUERIMENTO
Nº 116, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 116, de 2013, do Senador Jayme Campos, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2010, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 375, 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 137, 157, 214, 328, 334, 335, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 48, 49, 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (benefícios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)*.

20

**REQUERIMENTO
Nº 161, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 161, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (exoneração de fiança)*.

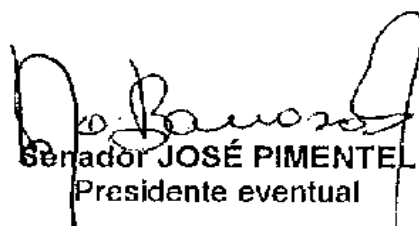
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 43 minutos.*)

ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 603, DE 2013, ADOTADA EM 18 DE JANEIRO DE 2013 E PUBLICADA EM 21 DE JANEIRO DE 2013, QUE "ALTERA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 587, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE AUTORIZA PARA A SAFRA 2011/2012 O PAGAMENTO DE VALOR ADICIONAL AO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA, DE QUE TRATA A LEI NO 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002; AMPLIA PARA O ANO DE 2012 O AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO, DE QUE TRATA A LEI NO 10.954, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004; E ESTABELECE MEDIDAS PARA AQUISIÇÃO DE MILHO EM GRÃOS PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE VENDA BALCÃO AOS PEQUENOS CRIADORES SITUADOS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 16H, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e quarenta e um minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e treze, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 603, de 2013, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Walter Pinheiro, Humberto Costa, Wellington Dias, Inácio Arruda, Ana Rita, Aloysio Nunes Ferreira, Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi, Armando Monteiro e Kália Abreu; e dos Deputados José Guimarães, Janete Rocha Pietá, Celso Maldaner, Antônio Andrade, Carlos Bezerra, Eduardo Sclarra, Anthony Garotinho, Glauber Braga, Oziel Oliveira, Humberto Souto e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e a suspende às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e treze, a Reunião é reaberta. São recebidos os seguintes ofícios: nºs 97 e 99/2013, da Liderança do PT na Câmara, pelos quais o Presidente do Senado designa, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho e Amauri Teixeira, em substituição, respectivamente, aos Deputados José Guimarães e Janete Rocha Pietá; nºs 97 e 100/2013, da Liderança do PT na Câmara, pelos quais o Presidente do Senado designa, como membros suplentes, os Deputados Pedro Uczai e Afonso Florence, em substituição, respectivamente, aos Deputados Beto Faro e Valmir Assunção; nº 50/2013, da Liderança do PMDB no Senado, pelo qual o Presidente do Senado designa, como membro titular, o Senador Lobão Filho, em substituição ao Senador João Alberto Souza; e nº 32/2013, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB, pelo qual o Presidente do Senado designa, como membro titular, o Deputado João Maia, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho. Registram presença os Deputados Amauri Teixeira e João Maia. O Presidente eventual, Senador José Pimentel, comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Amauri

Teixeira e Senador Humberto Costa para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Amauri Teixeira, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Lobão Filho como Relator e o Deputado Alberto Filho como Relator Revisor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente eventual

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Medida Provisória 603.

Há número regimental.

Declaro instalados os trabalhos,

Suspendo os seus trabalhos para serem retomados amanhã, a partir das 9h30.

(Iniciada às 16 horas e 41 minutos, suspensa às 16 horas e 42 minutos do dia 20 de fevereiro de 2013, a reunião é reaberta às 9 horas e 30 minutos do dia 21/02/2013.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 603, de 2013.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa.

Vou a registrar: Presidência, Deputado Amauri Teixeira; Vice-Presidente, Senador Humberto Costa.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por aclamação.

Convido o Deputado Amauri Teixeira para presidir os trabalhos e designar como Relator o Senador Lobão Filho e, como Relator revisor, o Deputado Alberto Filho.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Designo como Relator da Medida Provisória o Sr. Senador Lobão Filho e, como Relator revisor, o Deputado Alberto Filho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e já convoco para a próxima quarta-feira reunião de todos os membros da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 41 minutos, suspensa às 16 horas e 42 minutos do dia 20 de fevereiro de 2013, reaberta às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos do dia 21 de fevereiro de 2013.)

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 603, DE 2013, PUBLICADA EM 21 DE JANEIRO DE 2013, QUE "ALTERA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 587, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE AUTORIZA PARA A SAFRA 2011/2012 O PAGAMENTO DE VALOR ADICIONAL AO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA, DE QUE TRATA A LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002; AMPLIA PARA O ANO DE 2012 O AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO, DE QUE TRATA A LEI Nº 10.954, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004; E ESTABELECE MEDIDAS PARA AQUISIÇÃO DE MILHO EM GRÃOS PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE VENDA BALCÃO AOS PEQUENOS CRIADORES SITUADOS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas do dia vinte e sete de março de dois mil e treze, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Amauri Teixeira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 603, de 2013, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Lobão Filho, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Ana Amélia, Inácio Arruda, Ana Rila e Armando Monteiro; e dos Deputados Celso Maldaner, Onofre Santo Agostini, Ivan Valente, Pedro Uczai, Edio Lopes, Glauber Braga e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Deputados Hugo Leal e Leonardo Gadelha, parlamentares não membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do relatório. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Lobão Filho, que profere seu relatório. Aberta a discussão, usam da palavra para disculpir o Senador José Pimentel, o Deputado Pedro Uczai, o Deputado Edio Lopes, o Senador Waldemir Moka e o Deputado Hugo Leal. Encerrada a discussão, são colocados em votação os Requerimentos de destaque nºs 1 e 2, ambos de autoria do Deputado Leonardo Gadelha. Votados em globo, os requerimentos são rejeitados. Colocado em votação, é aprovado o Relatório do Senador Lobão Filho, passando a constituir parecer da Comissão, que conclui pela prejudicialidade da Medida Provisória nº 603, de 2013, das emendas a ela apresentadas, e pelo envio da matéria à Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, bem como da ata da presente reunião. Colocadas em votação, as atas são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Amauri Teixeira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Deputado AMAURI TEIXEIRA
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 603, de 2013.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação do relatório.

Passo a palavra ao Senador Lobão Filho, para proceder à leitura do relatório.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador José Pimentel, Senador Moka, Deputado Pedro Uczai, meus cumprimentos.

Sr. Presidente, como Relator da Medida Provisória 603, encaminhei ao Relator da Medida Provisória 587 todos os itens abordados inicialmente pela mensagem presidencial, além de todas as emendas que foram encaminhadas, estudadas e analisadas nesta Medida Provisória 603.

O Relator da 587, Sr. Presidente, acatou, prontamente, tudo que foi sugerido e incorporou ao relatório da 587, transformando, eu diria, da simbiose ou da união entre as ideias propostas na 603 e na 587, num só relatório.

Portanto, Sr. Presidente, eu aqui vou me restringir a abordar os itens que nós sugerimos na 587 e que foram, inclusive, incorporados: o pagamento adicional de R\$560,00 ao Benefício Garantia-Safra; o pagamento em quatro parcelas mensais subsequentes ao pagamento dos benefícios estabelecidos para a safra de 2011/2012; a proibição de a União descontar das contribuições anuais futuras aporte realizado para o fundo; a desvinculação do calendário de plantio para a safra 2012/2013 da adesão dos agricultores, que ficou admitida até 30 de dezembro de 2012; o pagamento adicional de até R\$160,00 ao Auxílio Emergencial Financeiro do Programa de Resposta aos Desastres do Ministério da Integração Nacional; a inclusão entre os beneficiários do Benefício Garantia-Safra dos produtores de culturas destinadas à alimentação animal; a autorização – este item é importante, Sr. Presidente, porque a mensagem presidencial falava em 300 mil toneladas, e, no meu relatório, proposto à 587, nós sugerimos, segundo emenda apresentada e acatada por mim, autorização quase dobrando o volume – para a aquisição de até 550 mil toneladas de milho em grãos para a recomposição dos estoques públicos, com o objetivo de venda direta para pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos sediados nos Municípios da área de atuação da Sudene; o pagamento de subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar na Região Nordeste, afetados pela estiagem da safra 2011/2012, no valor de R\$10,00 por tonelada de cana-de-açúcar, limitada a 10 mil toneladas; o custo do pagamento da subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar na Região Nordeste, que serão aportados por rubrica orçamentária do Ministério da

Fazenda, além, finalmente, da autorização para que agricultores irrigantes possam também participar do Fundo Garantia Safra.

Portanto, esses foram os itens que eu sugeri, através de relatório, ao relator da MP 587, que prontamente o incorporou ao seu próprio relatório.

Por conseguinte, Sr. Presidente, já que toda síntese da Medida Provisória nº 603 foi incorporada pela 587, bem como quase a integralidade de todas as emendas apresentadas pelos nobres Parlamentares, eu considero prejudicada a MP 603, e o meu voto é pela prejudicialidade e consequente encaminhamento para a Câmara dos Deputados, que poderá emendá-lo ou também declará-lo prejudicial, portanto dando fim ao processo da 603.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Em discussão o relatório do Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, só como aditivo – perdão –, meu assessor sugere, e eu acato, que eu declare prejudicial tanto a Medida Provisória como as emendas apresentadas, para que seja encarado em globo, como um todo.

Então, o voto é pela prejudicialidade da Medida Provisória nº 603, das emendas a ela apresentadas e pelo envio da matéria à Câmara dos Deputados, nos termos do §8º do art. 62 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Senador Pimentel; depois Pedro Uczai.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente desta reunião, Deputado Amauri, Sr. Relator, Senador Lobão Filho, quero parabenizar a iniciativa do Senador Lobão Filho nas tratativas para antecipar toda essa agenda, incorporando os seus efeitos à Medida Provisória nº 587. Essa Medida Provisória já foi aprovada na Câmara; já fizemos a leitura no Senado Federal e queremos, na próxima terça-feira, se Deus assim permitir, votá-la em definitivo.

Essas duas medidas provisórias têm como objetivo diminuir o sofrimento das famílias na Região Nordeste, em especial do Semiárido. Como muito bem o nosso Senador Lobão Filho aqui faz referência, nós temos um problema gravíssimo do abastecimento de milho naquela região. Esse processo já se arrasta desde o final de 2012; temos o milho comprado, mas não temos condições de fazer com que ele chegue a tempo à nossa região.

Com essa Medida Provisória, em vez da compra como ocorria, de apenas 300 mil toneladas, está sendo alterado para 550 mil toneladas. Está sendo feita uma série de mediações para que esse milho saia pelo Porto de Paranaguá e possa abastecer os vários portos da Região Nordeste, com isso diminuindo a necessidade de alimento, seja para a avicultura – o nosso Senador Moka acompanha de perto todo esse debate da avicultura –, para a pecuária, como também para o abastecimento da alimentação animal.

Portanto, quero aqui registrar o esforço que o Senador Lobão Filho fez para antecipar essa agenda para incorporá-la à Medida Provisória nº 587. E, na sua totalidade, ali foi acolhido. Foi aprovado na Câmara Federal, por unanimidade. Ontem, fizemos a leitura no Senado Federal e esperamos também, nosso Deputado Amauri Teixeira, aprová-la na próxima terça-feira.

Quero registrar ainda mais que dia 2, terça-feira, os nove governadores da Região Nordeste estarão fazendo uma reunião na Sudene exatamente para tratar dos efeitos gravíssimos causados pela seca em grande parte do Nordeste. Evidentemente que um Estado como o Maranhão, que tem a felicidade de ter um pouco mais de água, o sofrimento é menor, mas quando se chega ao nosso Ceará, à Paraíba, ao Rio Grande do Norte, aos sertões do Pernambuco, aos sertões da Bahia, aos de Alagoas, aos de Sergipe e também aos sertões do Piauí, a realidade é muito crítica. O objetivo dessa reunião do dia 2, dos nove governadores, com a presença da Senhora Presidente da República Dilma Rousseff, é exatamente montar uma agenda para enfrentar a continuidade da seca neste 2013, tendo clareza de que o estoque de alimentos que nós tínhamos ainda da safra de 2011 está se esgotando, seja o feijão, seja o arroz, os vários produtos que vêm para a cesta básica dos trabalhadores daquela região, na questão do abastecimento de água.

Nós temos algumas cidades em que a calamidade foi declarada na área rural inicialmente, mas agora, na área urbana, a exemplo de Crateús, que é uma região polo do semiárido do Ceará, não temos mais água para abastecimento humano. Precisamos discutir a chegada da água através do sistema férreo, que já utilizamos em épocas anteriores, pegando os vagões, ou através daquele sistema de transporte de produtos líquidos, com isso permitindo que se chegue à água, seja para abastecimento animal ou para abastecimento humano, para aquela região.

Sr. Presidente, a situação na Região Nordeste é tão crítica que proprietários, donos de gado, de animais estão doando os animais para não vê-los morrer de fome, e não tem quem queira receber uma vaca, um garrote, uma bezerra, mesmo doada, porque não tem onde deixá-la, onde colocá-la. É uma situação muito crítica.

Os dados que a gente tem do DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca mostram que essa é a última seca dos últimos 50 anos e nós queremos encontrar uma saída. Sabemos que a perda do rebanho é irreparável, mas pelo menos gostaríamos de diminuir esse sofrimento, essas dificuldades.

Por isso, quero parabenizar as diligências do nosso Senador Lobão Filho e incorporar toda essa matéria na Medida Provisória nº 587, como forma de agilizar e permitir que as medidas incorporadas pelos nossos Parlamentares, por meio das emendas apresentadas, tornem-se realidade.

Parabenizo mais uma vez o nosso Relator, o nosso Presidente e os nossos Pares.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT – SC) – Presidente dessa medida provisória, Deputado Amauri; Senador Lobão Filho; demais Senadores, eu tenho três observações a fazer. Uma é questão de ordem, para ter mais esclarecido esse encaminhamento que V. Ex^a fez, na medida em que esta é comissão especial. Em nós votando pela prejudicialidade dessa matéria, do conteúdo e do mérito da 603, se ela não seria já arquivada e não retornaria para a Câmara? Ela retorna para a Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Retorna.

O SR. PEDRO UCZAI (PT – SC) – Retorna à Câmara para que se manifeste sobre o conteúdo e o mérito da referida medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – É a tramitação mais segura do ponto de vista legal, para que não haja contestação.

O SR. PEDRO UCZAI (PT – SC) – Contestação futura. Só para eu entender um pouco. Então, ela deixa a comissão especial e vai direto para o Plenário da Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Exato.

O SR. PEDRO UCZAI (PT – SC) – O. k.

Em segundo lugar, em relação ao mérito quero cumprimentá-lo pela importância fundamental de dar resposta rápida ao problema da seca, da estiagem no Nordeste e principalmente quanto à produção de milho.

Em terceiro e último lugar, nós Deputados, juntamente com o Governo, precisamos influenciar para que haja uma política mais estratégica de autossuficiência de produção de milho no Brasil para além da estiagem.

Para os senhores terem uma ideia, em 2003 o Pronaf produziu 302 mil contratos da agricultura familiar para produzir milho no Brasil. Em 2011, de 302 mil foi para 187 mil somente, mais de cem mil a menos de contratos do Pronaf para financiamento de produção de milho no País. Consequentemente, a agricultura familiar está produzindo menos milho e outras regiões estão exportando milho, em período de entressafra do ano, com um custo maior desse insumo que vai prejudicando cada vez mais o setor agroindustrial no Brasil, na produção de suínos e aves e na bovinocultura de leite.

Então, essa medida provisória traz uma resposta emergencial, sim, mas o próprio Governo brasileiro precisa se colocar numa perspectiva estratégica de produzir autossuficiência de milho, uma vez que tanto o milho quanto o arroz e o feijão têm reduzido em mais de 100% o número de contratos do Pronaf para produzir o alimento para o povo brasileiro nessa última década.

Então, quero concordar com esse conteúdo, com o mérito, mas, efetivamente, precisaríamos dar mais um passo estratégico, uma vez que este ano os Estados Unidos também estão em seca de novo, pelo segundo ano, vão ter dificuldade de produzir soja e milho na quantidade histórica do país. O preço

desse insumo vai continuar elevado no mercado internacional. Mantendo elevado, vai estar para além da safra, para além da seca, mas na entressafra nós vamos ter muito problema. Essa medida provisória resolve temporariamente esse problema, mas não resolve o problema da entressafra a partir de setembro deste ano de 2013, quando vamos ter novamente problemas no Brasil inteiro de fornecimento de milho e principalmente farelo de soja para o setor agroindustrial.

Então, colabore e apoie esse encaminhamento.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – O senhor me permite?

Eu quero agradecer as gentis e carinhosas palavras do Senador José Pimentel e também do Deputado Pedro Uczai e registrar que nós justamente tivemos uma grande preocupação em relação aos produtores de milho. A proposta do Governo foi de 300 mil toneladas. Com muita negociação junto ao Governo, exaustiva, conseguimos dobrar essa quantidade, e de uma forma que o Governo não vá vetar, não vá impedir e não vá criar dificuldades.

Então, acho que é uma vitória desta Comissão, vitória dos Parlamentares que a compõem, no sentido de conseguirmos enriquecer e dar um formato, que considero o melhor, talvez não o ideal, mas o melhor para a sociedade brasileira na MP 587.

O que busquei fazer foi economia processual. Em vez de termos duas medidas provisórias transitando aqui, com discussões exaustivas, concentramos nossos esforços numa só e, com isso, economizamos tempo dos Parlamentares, tempo do Governo e principalmente do povo brasileiro, que tem um instrumento eficaz e num menor tempo possível à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Deputado Edio Lopes. Depois, o Senador Moka.

O SR. EDIO LOPES (PMDB – RR) – Sr. Presidente, só a título de levar ao conhecimento desta Comissão que, ainda pela manhã, na Câmara dos Deputados, nós tivemos uma situação muito semelhante com a que nos deparamos aqui.

Lá na Câmara dos Deputados, pela manhã, estava em apreciação a MP 591, que, a exemplo da MP 603, teve seu conteúdo inteiramente já analisado e aprovado através da MP 579. Levantada uma questão de ordem, o presidente, naquele momento, acolheu a questão de ordem e determinou a suspensão da análise da MP em questão, aguardando para discussão na semana que vem.

Como a MP 603, ao nosso modesto entendimento, também à semelhança daquela situação, já fora contemplada na MP 587, nós levamos ao conhecimento da Mesa questionamento se não seria também o caso de implantarmos aqui o mesmo entendimento que fora objeto agora, pela manhã, na Câmara dos Deputados.

Fica a questão levada à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Deputado Edio, essa questão de ordem foi levantada pelo Deputado Ronaldo Caiado, hoje, em relação à MP

591. Nós estudamos o assunto, inclusive identificamos dois casos precedentes, duas jurisprudências feitas na própria Câmara, inclusive tenho aqui cópia, que encaminho a V. Ex^a, de casos já resolvidos na presidência do Deputado Marco Maia. Portanto, essa questão de ordem levantada pelo Deputado Ronaldo Caiado já fica, por si só, respondida e resolvida.

Provavelmente o Presidente Inocêncio Oliveira, no momento, não tinha essa jurisprudência e essa precedência, o que daria a ele toda a justificativa técnica e legal para que ele pudesse responder, de pronto, ao Deputado Ronaldo Caiado.

Portanto, essa forma adotada é inteiramente legal e possível de ser realizada.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Deputado, aliás, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Fui Deputado por 24 anos, é um orgulho, é um elogio muito grande.

Caro Presidente, só vou ocupar dois minutinhos. Quero dizer que é muito raro que alguém na condição de relator tenha desprendimento que o Senador Lobão Filho teve. Na verdade, o que faz o Senador Lobão Filho? Abriu mão da sua relatoria e encaminhou as emendas, segurando o que o relator da outra medida provisória aproveita, tudo acolhido, num gesto realmente de quem apenas e tão somente quer acelerar o processo. Até porque quero dizer que para essas medidas – e aí eu falo com total isenção, sou do Centro-Oeste, mas as dificuldades nesse momento me obrigam a essa solidariedade, até pela ligação que tenho com o setor – o caminho é exatamente esse.

Quero parabenizar o Senador Lobão pelo desprendimento. Aqui o que temos que fazer, Sr. Presidente, é aprovar a prejudicialidade, dizendo que o conteúdo disso já está sendo encaminhado e só vai apressar e fazer com que o socorro chegue o mais rápido possível à Região Nordeste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Obrigado.

Registro antes que essa nobre atitude foi inteiramente apoiada e corroborada pelo Presidente Amauri Teixeira, combinado com ele. Realmente, viemos em busca de resultado. É a política da busca do resultado, esquecendo a forma, esquecendo as vaidades e em busca de um resultado melhor.

Agradeço e faço o registro ao Deputado Amauri Teixeira, Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Eu não considero nem que o Senador Lobão Filho tenha aberto mão da sua relatoria. S. Ex^a se portou como um verdadeiro relator: acolheu as emendas, acrescentou o número de tonelagem de milho, a questão da produção de cana, a subvenção. Portou-se como relator; apenas usamos algo mais prático e mais célere que era fundir as duas medidas que tinham temas correlatos.

Vamos continuar a discussão.

Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a estava no plenário da Câmara dos Deputados quando nós votávamos a Medida Provisória nº 579, que incorporou a Medida Provisória nº 591. Naquele momento, ainda não havia se concretizado o ato.

Vou me permitir, Senador, voltar a esse tema. Fui o autor de uma questão de ordem inclusive antecedente ao Deputado Ronaldo Caiado e o alertei naquele dia, porque ele não estava entendendo a dimensão do que se estava tratando naquela matéria quanto à incorporação de uma medida provisória por outra.

É óbvio que estamos aqui num processo de celeridade, temos que fazer o aproveitamento. Não nego em nenhum momento a pertinência, principalmente, nessa questão da seca, da atenção ao milho e também à cana-de-açúcar.

Essas matérias todas já são conhecidas da Casa e tive oportunidade, em outros momentos, de apresentar emendas pelo meu Estado, o Rio de Janeiro, apesar de ser um Estado que não tem características de produção rural e nem de ser um grande produtor do agronegócio. Mas é um Estado que sobrevive também com as suas duras realidades, principalmente no interior.

O que acontece? Fiz as duas emendas, a Emenda 21 e a Emenda 22, na Medida Provisória nº 603 e, obviamente, conforme diz o Regimento Comum, essas duas emendas seriam objeto nesse momento de uma manifestação de um destaque que pudesse levar ao Plenário.

Entendo até que esse precedente que é a Decisão nº 4, de 2011, que tratava da matéria de salário mínimo, pode até ter um indicativo, mas não supera, em momento algum, uma circunstância que continuará em aberto, que é o direito do Parlamentar ou da Bancada de fazer o destaque e levar essa discussão para o Plenário. O momento que há a absorção de uma medida provisória, no caso concreto foi a 579 que absorveu a 591, e agora a 587 que absorveu a 603, no momento em que há uma situação dessa, há sim a prejudicialidade do direito do Parlamentar em fazer essa manutenção, exercer o pleno processo legislativo, ou seja, dar vazão ao seu pleno processo legislativo. Isso está acontecendo.

Numa circunstância excepcional, numa excepcionalidade, poderia até ser uma situação derivativa. Mas, não é, ou seja, estamos em menos de um mês com duas circunstâncias que ferem o devido processo legislativo e obviamente o direito que o Parlamentar tem de exercer a sua plenitude no processo legislativo.

E o que me salta aos olhos também é que o art. 5º do Regimento Comum dispõe que, quanto ao mérito, a comissão poderá emitir parecer pela aprovação total ou parcial ou alteração da medida provisória ou pela sua rejeição,

e ainda pela aprovação ou rejeição de emenda a ela apresentada, devendo concluir quando resolver qualquer alteração de seu texto.

Não vejo aqui, no §4º do art. 5º do Regimento Comum, em momento algum, a palavra prejudicialidade. E eu, com todas as vênias que merecem tanto o Presidente quanto o Relator, vou insistir e manter essa discussão porque isso, para mim, até foi realçado, ressaltado pelo Deputado Ronaldo Caiado, é uma forma de reduzir o espaço parlamentar na discussão de uma matéria. O Governo tem o legítimo direito de emitir as medidas provisórias que entende, e esse é o caso, uma medida provisória importantíssima, de emergência e urgência. Porém, nós estamos pedindo, se isso se tornar uma prática, pode ocasionar aqui nesta Casa – hoje pode ser que eu esteja sendo prejudicado porque não vou poder exercer o destaque dessas duas emendas em vista do parecer que foi apresentado –, mas pode ser que hoje uma situação que seja banal, que seja comum, que não interesse, porque o Rio de Janeiro é um Estado pequeno, que não tem interesse de receber em volume o milho Pepro ou de receber a subvenção da cana-de-açúcar, é um volume tão pequeno que não interessa. Pode ser que seja isso, pode ser feito esse tratamento. Tudo bem. Eu até me conformo, mas nós continuamos abertos aqui, num procedimento que pode abrir precedente perigoso aqui nesta Casa.

Não me dou por satisfeito. Obviamente, vou buscar os caminhos legislativos legais com essa decisão. Claro, vou no momento certo porque a minha questão de ordem veio ao Congresso Nacional; cabe ao Presidente do Senado e do Congresso Nacional manifestar-se sobre essa questão de ordem e vamos desdobrar. Mas vejo que, neste momento, eu me sentiria cerceado no meu direito de fazer o destaque de duas matérias que já foram aprovadas na 587 e que não tive oportunidade de, no plenário, exercer esse meu direito.

Então, Sr. Senador Lobão Filho e Presidente Amauri, eu venho aqui exatamente, não como membro desta Comissão, mas como Parlamentar, exercer e manifestar essa preocupação que, pontualmente, do ponto de vista fático aqui, são duas emendas que tratam do Estado do Rio de Janeiro, tanto na extensão do milho Pepro para os leilões públicos, quanto a questão da cana-de-açúcar. Mas isso considero, ainda hoje, até certo ponto, tangencial, em vista de que talvez não tenha a relevância que V. Ex^{as} possam enxergar para o Estado do Rio de Janeiro. Porém, a questão de precedente, a questão do devido processo legislativo continua ainda uma situação em aberto.

Entendo, leio aqui a decisão de V. Ex^a, que me foi passada com relação a esse precedente, mas continua ainda a situação em aberto.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite responder ao Deputado Hugo Leal? (*Pausa.*)

Deputado Hugo Leal, conforme V. Ex^a afirmou, nem faz parte desta Comissão, não é de um Estado beneficiado também por essa medida provisória; até estranho esse posicionamento de V. Ex^a querer contestar formato, forma de

uma medida de que o Nordeste e o Norte do nosso País precisam com tanta urgência, mas vou responder a V. Ex^a assim mesmo.

Em primeiro lugar, a 591 é inteiramente diferente na sua relação com a outra medida provisória porque elas eram não complementares, como é o caso das nossas 587 e 603, mas eram modificativas. Além do que, a última palavra será dada pelo Plenário da Câmara, onde V. Ex^a terá oportunidade de contestar ou votar contra essa medida provisória.

Outro fato relevante, a assessoria técnica do Senado – é claro que eu, como Relator, não poderia deixar de atentamente escutar a assessoria técnica – estudou com muita clareza e profundidade a juridicidade do ato de pedir a prejudicialidade da 603. Eu jamais o faria se houvesse qualquer fragilidade na argumentação jurídica no pedido da prejudicialidade. Eu não estou declarando ou terminando como prejudicial a 603. Eu estou pedindo a prejudicialidade, para ser votada lá no plenário da Câmara. Esse foi um aspecto importante identificado pela assessoria aqui do Senado, desse formato e que essa tramitação acontecesse dessa forma para que não houvesse justamente um óbice jurídico em relação a esse ato que eu estou sugerindo no meu relatório.

Portanto, Deputado, eu respeito a preocupação de V. Ex^a com a forma e o formato. Quero tranquilizá-lo, no sentido de que foi estudado em profundidade pela assessoria do Senado, que deu parecer final no sentido que está dentro das normas, do procedimento legal e que não há nenhuma fragilidade jurídica no meu pedido de prejudicialidade a ser votado pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Hugo, se me permitir, eu lhe devolvo a palavra, mas, ainda refletindo sobre sua intervenção, eu gostaria de dizer que, na verdade, nós não prejudicamos os Parlamentares na sua intervenção no sentido de fazer a emenda. Primeiro...

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Acatei todas as que foram possíveis serem atacadas.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – ... o Relator acatou as emendas que, no momento das reuniões, foram ofertadas; emendas essas que, se fossem até o final, o procedimento seria o mesmo. O Relator acatou algumas, a maioria, diga-se de passagem, se não estou equivocado rejeitou apenas duas, e também o senhor – e aí eu queria refletir com o senhor – apresentou esse destaque, se eu não estiver equivocado, no que o senhor pode me corrigir. O senhor teve a chance de apresentar esse destaque quando da apreciação da 587, que foi rejeitado.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – O Rio de Janeiro... Essa discussão... O senhor não apresentou?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Não apresentei porque não tinha emenda para poder destacar. Como é que eu ia destacar uma emenda que não estava na 603?

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Então me perdoe. Houve essa discussão e o senhor não apresentou...

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Aí é que reside o problema.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Eu até faço uma complementação.

V. Ex^a estava aqui, porque eu me lembro perfeitamente de V. Ex^a, quando eu disse, na reunião da 587, que eu nem fazia parte, que iria fazer o meu encaminhamento ao relator da 587 contando as minhas emendas apresentadas na minha Comissão e o meu relatório. Eu iria propor a ele para que fizesse um relatório substituindo o dele. V. Ex^a estava presente no momento daquela reunião; não se manifestou contrário a minha tese, apenas corroborou a minha intenção hoje de pedir a prejudicialidade do meu projeto, visto que o relator da 587 acatou integralmente. Não houve nenhuma restrição do eminente relator da 587 em relação a minha proposição.

A minha proposição foi muito bem estudada. Eu só neguei, dentro da minha comissão, aquelas propostas de emenda que estavam em duplicidade, em valores diferentes, seja no valor monetário, seja em prazos. Existiam muitas emendas, cada uma pedindo prazos. Por exemplo, no pagamento do subsídio, um prazo de dez meses, doze meses, um ano, dois anos, três anos. Então, quanto a essas emendas em que havia duplicidade, optei por um caminho mais normal, para que o Governo não vetasse, não criasse qualquer dificuldade. Fizemos um relatório que, eu diria, aceitável pelo Governo, que foi aceito também pelo relator. Foi um trabalho, eu acho, muito benfeito por esta Mesa, o que redundou no fato de o relator da 587 tê-lo acatado integralmente.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Só para esclarecimento do nobre Relator, o Estado do Rio de Janeiro já foi contemplado por duas oportunidades, aliás, por três oportunidades nessa questão da subvenção da safra da cana-de-açúcar; em três oportunidades, em três medidas provisórias. Então, essa matéria não é nenhuma novidade. Talvez V. Ex^a não conheça porque não tenha se deparado em nenhum momento com relação a essa matéria, não tenha se aprofundado, mas o Rio de Janeiro já foi contemplado por três vezes na subvenção da safra da cana-de-açúcar, especialmente no norte fluminense, que tem as mesmas características climáticas que tem o Nordeste. Então, essa é uma questão que já está inclusive consolidada dentro do Ministério da Agricultura e quem era o responsável era o Gilson Bittencourt, que hoje é secretário na Casa Civil.

A questão do milho é a mesma coisa. Com três ministros diferentes, essa questão do milho já foi estendida para o Estado do Rio de Janeiro, uma determinada região, a compra desse milho Pepro exatamente por causa da

concorrência desleal que sofrem os granjeiros do Estado do Rio de Janeiro com relação ao Espírito Santo.

Então, esta matéria aqui não é nenhuma matéria nova, não é matéria que seja estranha; é um Estado reivindicando um tratamento que já é dado a determinado Estado, o que é chamado até mesmo de equilíbrio federativo, o que, muitas vezes, nesta Casa, é esquecido no debate.

Mas esse não é o caso. Mas só quero deixar claro que não é novel esta matéria com relação a medida provisória.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Então, V. Ex^a é a favor, não é caso. Então, vamos...

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Sim, mas deixe-me deixar claro. Quero deixar claro, porque V. Ex^a...

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Ficou bem claro.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – É que V. Ex^a disse que não entende o que o Rio de Janeiro estaria fazendo aqui. Eu entendo que essa forma não foi a primeira. Segundo, com todas as vênias aqui, essa circunstância ainda não está consolidada. Vou utilizar aqui do instrumento regimental, inclusive para pedir destaque para essa emenda, até para, num momento no plenário, podermos...

Nós temos aqui um vice-líder do meu Partido, que fará esse destaque. Então, o senhor pode ficar tranquilo que, regimentalmente, eu também conheço e sei muito bem quais são os meus direitos e quais são as minhas obrigações.

Está aqui o vice-líder do meu Partido, que fará o destaque da emenda, e nós teremos, então...

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Claro, claro.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – ... a plenitude para o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Esta Mesa tem o entendimento, mas não vai cercear nenhum aspecto...

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Perfeitamente. Até porque precisa ficar consolidado, Deputado Amauri, tem que ficar consolidado este cerceamento para que a gente possa fazer esta discussão, até mesmo meritória, junto à Presidência do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Nós não vamos considerar que nós cerceamos: nós vamos... Todas as possibilidades regimentais nós vamos encaminhar pelo trâmite normal. Nós temos um entendimento divergente, não quer dizer cerceamento. O que o senhor pode dizer é que o senhor entende que a fusão pode trazer algum prejuízo, mas nós, tanto o Relator, como eu, como Presidente, não vamos cercear nenhuma possibilidade regimental. Todas as possibilidades regimentais utilizadas nós vamos encaminhar normalmente.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, só para esclarecer, volto a registrar: o Deputado Hugo Leal não faz parte desta Comissão, ninguém vai cercear o direito dele; mas ele não faz parte da Comissão, e realmente não tem como fazer destaque algum, mas seu Líder pode fazê-lo.

Foi bom V. Ex^a registrar; desnecessário porque a gente conhece o Regimento também.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Hum, hum.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Mas V. Ex^a afirmou que iria fazer o destaque. Não vai. Quem vai fazer é o seu Líder. Muito bem.

E volto a dizer de novo. Vou repetir pela terceira vez! Terá toda a oportunidade do mundo de registrar seu posicionamento em plenário da Câmara, porque este relatório será enviado para a Câmara para votação lá. Aí, sim, V. Ex^a terá, não através do seu Líder, mas pessoalmente, toda a oportunidade do mundo de contestar a forma ou a legalidade do ato.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Sr. Presidente, só uma questão de encaminhamento, na verdade: é possível já colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – É possível.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Então, se for possível encaminhar para votação, seria bom porque a gente ganha tempo também.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Nós atingimos o quórum para apreciação, foram apresentados dois...

Nós mantemos aberta a discussão. Se ninguém quiser discutir, encerrada a discussão, e nós vamos apreciar os destaques. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Foram apresentados dois requerimentos de destaque para votação em separado, nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

De acordo com a questão de ordem decidida no dia 12 de fevereiro de 2012 pela Deputada Rose de Freitas, Vice-Presidente do Congresso Nacional, a apreciação dos requerimentos de destaque obedecerá às disposições do Regimento Comum.

Portanto, de acordo com o art. 50 do Regimento Comum, os requerimentos de destaque só poderão ser apresentados por um Líder, e não serão discutidos, nem encaminhados.

Pergunto aos Srs. Membros: podemos proceder à votação em globo dos requerimentos apresentados? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Eu solicito a votação em globo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Os Srs. Parlamentares que concordarem com o procedimento da votação em globo queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Havendo acordo para votação em globo, procedo à votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. *Fora do microfone.*) – Para rejeitar tem voto ou mantém? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Só esclarecendo: votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados.

Nós estamos votando os requerimentos.

Quem rejeitar os requerimentos de destaque levante a mão.

Vou encaminhar.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu peço a votação do relatório preliminarmente, até pelo nosso Regimento; caso o relatório seja aprovado, consequentemente os destaques todos ficam automaticamente prejudicados.

Então, peço regimentalmente que seja votado logo, de forma preliminar, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Nós temos que votar o requerimento antes. Se aprovado o requerimento, aí nós adotaremos a conduta sugerida por V. Ex^a.

Nós vamos votar o requerimento. Essa é a ordem de encaminhamento.

Se o requerimento for aprovado, aí nós adoraremos. Se não, nós procederemos...

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Então, quem vota contra o requerimento, vota "não"?

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Quem é contrário ao requerimento, levanta a mão.

Vou encaminhar.

Votação, em globo, dos requerimentos de destaque apresentados.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordarem queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitados os requerimentos votados em globo.

Sem requerimento de destaque, em votação o relatório apresentado pelo Senador Lobão Filho.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Lobão Filho queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, por unanimidade, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há alguém que queira registrar voto diferente do que foi aprovado pela Comissão.

O SR. LEONARDO GADELHA (PSC – PB) – Sr. Presidente, o Partido Social Cristão cumpre essa dolorosa missão, mas requer a votação nominal. Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Já foi votado. Nós já tínhamos encerrado.

Nós não encerramos os trabalhos, mas na votação ficou claro que foi aprovado o relatório.

O SR. LEONARDO GADELHA (PSC – PB) – O Partido Social Cristão insiste.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Eu declarei que foi aprovado por unanimidade.

Eu gostaria que os Sr. Parlamentares atentassem para o fato de que declarei aprovado; o Senador Lobão Filho ressaltou que foi por unanimidade. Eu só ressalvei que foi por unanimidade. Portanto, declarei o resultado e não foi requerida a tempo a votação nominal.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho dispensa de leitura e a aprovação...

O SR. LEONARDO GADELHA (PSC – PB) – Sr. Presidente, solicito uma vez mais verificação.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira. PT – BA) – Não cabe mais; sinto muito; só caberia antes de declarado o resultado.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho dispensa de leitura e aprovação da ata desta reunião e da segunda reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordam com a não leitura da ata queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada juntamente com o acompanhamento taquigráfico.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zezé Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PPL - João Costa** (S)

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Sodrê Santoro* (S)
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Morais.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Sodré Santoro.	PTB/RR

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa** (Bloco-PPL-TO)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sodré Santoro* (Bloco-PTB-RR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<div><div><div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></</div></div></div></div></div></div>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. O senador Mozarildo Cavalcanti está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 12/12/2012 a 12/04/2013.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
61. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
62. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
67. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
68. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
69. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
72. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
73. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.

78. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
84. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
85. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
87. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
88. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
89. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
93. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
94. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽²⁾
Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽²⁾	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽²⁾	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾
Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	2. Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	1. Mário Couto (PSDB-PA) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) ⁽⁴⁾	1. João Costa (PPL-TO) ⁽⁴⁾
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) ^(6,10,11)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n°s 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ⁽²⁾
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS

PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012

PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012

PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSEF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 33033508

Fax: 33031176

E-mail: gbrandao@senado.gov.br

**9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A
CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁾
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽³⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(61,10,14)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(70,34,35,46,47)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(60,17,22)
Jader Barbalho (PMDB) ^(60,36,37,49,50)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(60,3,7,16,26,27)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(60,11,12,18,20)	9. Benedito de Lira (PP) ^(60,5)
Kátia Abreu (PSD) ^(59,60,23,25,43,44,55)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽⁶⁷⁾
Gim (PTB) ⁽⁶⁷⁾	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(67,48)

Blairo Maggi (PR) (67,26,27,28,53)	3. João Costa (PPL) (67,38,39,51,52)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (67,6,54)	4. Alfredo Nascimento (PR) (67,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Graziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aríbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares, e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ^(3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(27,22)	
Sodré Santoro (PTB) ^(31,38,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
João Costa (PPL) ^(28,29,32,39,41)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(83,23)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,76)
Anibal Diniz (PT) ^(6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,77)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,77)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(71,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(11,71)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸²⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,81,82)
Sodré Santoro (PTB) ^(62,82)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,80,82)
Magno Malta (PR) ⁽⁸²⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸²⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,82)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).

51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) ^(17,41,60)	5. VAGO ^(41,44)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PSD) ^(41,44,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,59)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
Sodré Santoro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66)	3. VAGO ^(34,35,57,66)
VAGO ^(24,58,66)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDb)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDb).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDb).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(64,11)	
Aníbal Diniz (PT)	1. VAGO ⁽⁶³⁾
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. VAGO ^(14,55,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(9,10,19,21,55)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. VAGO ^(23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. João Costa (PPL) ^(39,59,65)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. ⁽⁶⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (Of nº 154/2012-GLPMDDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 13/2013-BLUFOR).
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (Of. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of nº 87/2013 - GLPMDDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).

64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. n° 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (Of. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*, Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO (58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,25,32,58)
Pedro Simon (PMDB) (2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (16,30,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (3,7,15,34,44,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. VAGO (45,53,65)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,22)	
Sodré Santoro (PTB) ⁽⁴⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,10,25,54,2)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(25,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(51,55)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(4,51,1)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(4,7,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁰⁾
João Costa (PPL) ^(34,60)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo

Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).

55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).

58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).

56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).

57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).

59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) (1,5,6,7,9,10)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO (3,4,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
 5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
 7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
 8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
 10. Em 20.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 15/2013-CI/PRES).
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoría), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(47,2)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(37,42,3)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(16,18,8,9)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,41,5)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(41,6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) ^(35,4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
Sodré Santoro (PTB) ^(30,50)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
João Costa (PPL) ⁽⁵⁰⁾	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ^(5,18,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
VAGO ^(24,33,34,46,66)	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBG).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(11,31,2,4)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,13,15,35,5)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(16,39,3)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF, nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lidice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 14/03/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

PROCURADORA: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

Atualização: 06/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDORA-GERAL: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

1ª Designação: 26/04/2011

2ª Designação: 15/03/2013

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTB

Sodré Santoro (RR)

PP

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 14/03/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados**COMPOSIÇÃO²**

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Relator do PLDO / 2014:**Relator do PLOA / 2014:****Relator da Receita:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	
Ivo Cassol (PP/RO)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Ailton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4.
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5.
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2.
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3.
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Dr. Ubiali (PSB/SP)	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB ¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893**Fax:** (61) 3216-6905**E-mail:** cmo@camara.gov.br**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo**Endereço na Internet:** www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**Relator do PLDO / 2014:****Relator do PLOA / 2014:****Relator da Receita:****RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 28}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 28}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 28}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 28}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 16 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notes:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB ¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:****Vice-Presidente:**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 13.03.2013)

Notas:

1-Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2-Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3-Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação: 14-12-2011

Instalação: 8-2-2012

Prazo Final: 19-8-2012

Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013¹⁷Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013²¹

Presidente: Deputada Jô Moraes

Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota

Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁸
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cede uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cede uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB ¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{8 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Gealdo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional. Distrito Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sérgio Sveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA ²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA ²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Instalação: 31.08.2011

Deputados

[illegible]

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	

(Atualizada em 11.03.2013)

Edição de hoje: 226 páginas
(OS: 11248/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

